



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A intervenção da juventude nos problemas sociais.
Uma análise antropológica ao Projeto Okulinga - Matala

Mário Zezano Boquina Aurélio

Mestrado em Antropologia

Orientadora:
Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho Piçarra,
Professora Associada,
Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (DCPPP)

Setembro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Antropologia

A intervenção da juventude nos problemas sociais.
Uma análise antropológica ao Projeto Okulinga - Matala

Mário Zezano Boquina Aurélio

Mestrado em Antropologia

Orientadora:

Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho Piçarra, Professora
Associada,

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (DCPPP)

Setembro, 2023

À Juventude angolana que, de forma heroica, tem exigido mais dos governantes.

Agradecimento

Chegado aqui, é justo que se reconheça a intervenção dos que tornaram possível a feitura do presente trabalho. É deste modo que agradeço aos professores que me motivaram e ajudaram a gostar de Antropologia, principalmente à minha orientadora, Doutora Clara Carvalho, que com paciência, sabedoria e atenção ajudou-me sem complexos nem preconceitos. Aos meus colegas, que tivemos uma relação de amizade sincera, ajudaram-me quando tudo parecia difícil. À Direção do Projeto Okulinga e ao Jesus Domingos, que foram meus olhos no campo de pesquisa; ao meu amigo, Pe. Sisto Sacatu, que me indicou o ISCTE e me ajudou desde o primeiro dia até ao dia de hoje; à D. Gabriel Bilingi, Arcebispo do Lubango, ao Pe. Vitorino Sawandi, agradeço pela estima e compreensão; a todos os meus benfeitores; aos meus pais, últimos na menção, mas primeiros na intenção, a minha eterna gratidão. A todos os que de modo direto ou indireto intervieram, o meu muito obrigado.

Resumo

Em Angola, a intervenção dos jovens nos problemas sociais aponta para uma participação política mais ativa. Com o engajamento da juventude na esfera pública, o regime tem encontrado uma enorme dificuldade de preservar as suas posições de domínio na sociedade, e diante das manifestações de protesto, tem usado a repressão policial para se assegurar no poder. A autocracia, que reveste o regime angolano, criou um tipo de militância que prescinde da cidadania para promover o Partido. Revoltando-se contra esta situação, surgiram organizações ativistas juvenis, como o Projeto Okulinga, que buscam formar a consciência cívica da população e confrontam o governo que usa, muitas vezes, métodos securitários e estratégias de cooptação, intimidação, clientelismo e suborno para se manter no poder. Assim, a juventude tornou-se uma séria ameaça à estabilidade do regime. Por isso, com o presente trabalho, pretendemos abordar o ativismo juvenil que constitui hoje uma nova forma de participação política e de engajamento social, cujo intuito primordial tem sido a mudança do panorama político que torna o MPLA hegemónico e ubíquo.

Palavras-chave: juventude; intervenção política; ativismo; protestos; Projeto Okulinga; Angola.

Abstract

In Angola, the intervention of young people in social problems points to a more active political participation. With the engagement of youth in the public sphere, the regime has encountered enormous difficulty in preserving its dominant positions in society and, in the face of protest demonstrations, has used police repression to secure power. The autocracy of the Angolan regime created a type of militancy that dispensed with citizenship in order to promote the Party. Revolting against this situation, youth activist organizations have emerged, such as the Okulinga Project, which form the civic conscience of the population and confront a government that uses security methods and strategies of co-option, intimidation, clientelism and bribery to perpetuate itself in power. Youth became a serious threat to the stability of the regime. With the present work, we intend to address youth activism, which today constitutes a new form of political participation and social engagement, whose primary purpose has been to change the political panorama that makes the MPLA hegemonic and ubiquitous.

Key words: youth; political intervention; activism; protests; Project Okulinga; Angola.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Glossário de Siglas e Acrónimos	xi
Introdução	13
CAPÍTULO 1. O Ativismo Juvenil em África	21
Preâmbulo	21
1.1. O Problema do Descontentamento Juvenil	21
1.2. A Juventude e o Ativismo Político	28
1.3. O Ativismo nos Países do Magrebe	32
1.4. O Ativismo na África Subsariana	36
CAPÍTULO 2. O Engajamento da Juventude nas Questões Sociais	41
Preâmbulo	41
2.1. A Construção de Angola Independente	41
2.2. Organizações Ativistas Juvenis	53
2.3. Partidos Políticos e Ativismos Juvenis	59
2.4. Instrumentalização da Imprensa	64
2.5. Desenvolvimento económico centralizado na produção de petróleo	67
2.6. Manifestação de protesto: resolução ou gestão de conflitos?	70
CAPÍTULO 3. Princípios e Ações do Projeto Okulinga	73
Preâmbulo	73
3.1. Panorama Geoantropológico e Enquadramento Social do Projeto Okulinga	73
3.2. Noção de Okulinga e Fundação	78
3.3. Princípios e Objetivos do Projeto Okulinga	79
3.4. Organização e Atividades do Projeto Okulinga	80
3.5. Projeto Okulinga: Desafios e Perspetivas	82
Conclusões	87
Referências Bibliográficas	90
ANEXOS	95
Anexo A: Guião de Entrevista	95
Anexo B: Fotografias de Atividades do Projeto Okulinga	96
Anexo C: Mapas	97

Glossário de Siglas e Acrónimos

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

UNITA: União Nacional para Independência Total de Angola

CASA-CE: Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral

FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola

PRS: Partido de Renovação Social

ONGs: Organizações Não Governamentais

PJD: Partido de Justiça e do Desenvolvimento

SARS: Special Anti-Robbery Squad

BBOG: Bring Back Our Girls

FAA: Forças Armadas de Angola

CEAST: Conferência Episcopal de Angola e São Tomé

CNE: Comissão Nacional Eleitoral

OMA: Organização da Mulher Angolana

JMPLA: Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

OPA: Organização do Pioneiro Angolano

AJAPRAZ: Associação de Jovens Angolanos Provenientes da República da Zâmbia

FESA: Fundação Eduardo dos Santos

FPU: Frente Patriótica Unida

CNJ: Conselho Nacional da Juventude

OGE: Orçamento Geral do Estado

JLo: João Lourenço

PRA-JA: Partido do Renascimento Angolano – Juntos por Angola

FOA: Friends of Angola

JURA: Juventude Unida Revolucionária de Angola

Introdução

Em muitos países africanos, às independências seguiu-se a instituição de regimes de partido único, por vezes mesmo de guerras civis. Os libertadores formaram governos que priorizavam mais o Partido do que a Pátria. Este mal-estar foi gerado por uma perceção política detidamente partidária e não patriótica, o que deixou a impressão de a militância partidária ser mais prioritária do que o direito à cidadania.

O Estado angolano passa por uma crise de paradigma jamais vista durante a sua construção histórica. Cabe aqui a análise segundo a qual vivemos uma época socialmente precária, moralmente falida, politicamente sem horizontes, religiosa e culturalmente mercantilista, historicamente desinformada, e é neste ambiente que os jovens viram no passado exemplos notáveis de resistência ao regime colonial de uma geração que empreendeu a luta pela independência. Todavia, esse exemplo não teve continuidade, pois, a geração que levou o país à independência não apresentou uma agenda para uma Angola independente. Como consequência, os libertadores tomaram o lugar dos antigos colonizadores e usaram alguns dos métodos coloniais para oprimir o povo que governam. A guerra civil, que terminou em 2002, foi prolongada por vários motivos, confrontando-se os que pretendiam manter o status quo e os que queriam a mudança de paradigma político. Contudo, quando se alcançou a paz, os jovens ainda se sentiram excluídos e a sociedade civil continuava silenciada.

Política e sociedade são hoje as duas dimensões que mapeiam os problemas da população angolana. O quadro nacional apresenta problemas sociais, tais como pobreza, desigualdades sociais, educação sem qualidade, saúde precária, desemprego, falta de habitação, injustiça, criminalidade, corrupção e supressão dos direitos humanos, que poderiam ser evitados caso houvesse compromisso, honestidade e responsabilidade da parte dos governantes. Assim, os jovens procuram meios pragmáticos de intervenção para se alterar o quadro deprimente em que maior parte da população se encontra confinada, tais como os ativismos juvenis e as manifestações de protesto que são hoje as novas formas de intervenção política. Em consequência, entraram em confronto direto com os governantes que usam o clientelismo, a cooptação e o suborno como estratégia de pacificação social, o que explica o facto de muitos terem sido atraídos para o círculo dos partidos políticos para escaparem à pobreza.

A forte intervenção juvenil que Angola vem registando no quadro das revoluções no Norte de África, desde 2011, não passa despercebida porquanto estar a despertar os partidos

políticos e o governo sobre as novas formas de participação política iniciadas pelos jovens, sobretudo nas redes sociais, o que tem provocado mudanças decisivas. Essa intervenção, como veremos adiante, passa pelo associativismo juvenil que congrega jovens de diferentes sensibilidades étnicas, religiosas, diferentes estratos sociais e graus académicos que se unem com o objetivo de pensar o país, união que tem desembocado no ativismo político que é o mais frequente em África, particularmente em Angola, dada as condições sociais precárias a que foi votada o povo.

O forte impacto gerado pelas manifestações de protesto iniciadas em 2011 conduziu à alteração do *modus operandi* dos partidos políticos fazerem política. Trata-se de um facto novo que tem a ver com a mudança de comportamento da geração atual, que não está presa na lembrança da crueldade da guerra civil que silenciou a geração anterior. Esta geração realizou sacrifícios de uma forma heroica como, por exemplo, repressão policial, prisões arbitrárias, perseguição aos ativistas, agressão e morte de manifestantes, com intuito de mudar o presente e garantir um futuro que valha a pena para todos os cidadãos. Estes jovens apresentaram uma sociedade alternativa, orientados pelo sonho de fazer de Angola um lugar melhor para se viver, opondo-se ao partido no poder que nega direitos aos seus opositores e concede privilégios aos seus militantes. Esta situação motivou a criação de organizações ativistas juvenis para pensarem Angola sem as lentes subservientes dos partidos políticos.

A juventude buscou novas formas de emancipação social, económica, cultural, política e religiosa para formar cidadãos que exigem mais dos seus governantes, cuja participação política não se restrinja apenas ao voto enquanto dever cívico, mas que sejam proativos e conscientes dos seus direitos e deveres. A juventude tem sido culpabilizada por assumir um ideal libertário, ao usar a vulnerabilidade dos líderes políticos. Contudo, a Constituição da República reconhece, através do artigo 47º (direito às manifestações) o direito a contestar o que impede o desenvolvimento. As ruas têm servido de palco para os jovens manifestarem o seu descontentamento. Esta constatação exigirá de nós um estudo antropológico de contacto com os jovens e uma análise histórica mais detalhada para compreendermos a situação recente de Angola.

Justificação

A escolha deste tema deveu-se ao quadro intimidatório e clientelista do regime, que não sabe conviver com ideias contrárias às suas. No meio deste panorama repressivo, emergiu uma juventude que questionou as políticas fracassadas do partido que governa há 48 anos, e por não ter sabido administrar os recursos naturais que fazem de Angola um dos países mais ricos do continente. Paradoxalmente, os governantes são ricos enquanto a população é extremamente

pobre. Esse contraste levou-nos a pensar que a riqueza do país tem favorecido apenas uma elite, não admira o índice elevado da pobreza.

Durante muito tempo, os jovens não podiam expressar as suas opiniões sobre o país por causa das estruturas políticas construídas depois da proclamação da independência (partido único e guerra civil). Mesmo depois da implementação da democracia, na década de 90, não houve a despartidarização do Estado, o que levou os jovens, a partir de 2011, a associarem-se em organizações ativistas para confrontar o regime que mostrava uma certa alergia à oposição da sociedade civil.

A problemática desta dissertação consiste em compreender o que levou a geração pacífica, em que se encontra inserida a juventude atual, a destruir os ‘dogmas’ políticos que silenciavam a população. A juventude angolana ganhou consciência de ‘a geração da utopia’¹ ter fracassado depois da realização do sonho da independência, por ter dado preferência ao partido em detrimento da nação. A nova geração, para salvar Angola, começou a escrever nas redes sociais e a motivar os interesses da sua luta com as seguintes palavras: “a nossa geração não pode falhar”. É neste contexto que adquire importância este trabalho por ser um contributo ao debate sobre os ativismos juvenis africanos.

Pretendemos perceber como esta contestação se realiza no terreno, tendo optado por estudar uma associação juvenil, intitulada Projeto Okulinga. A escolha deste Projeto decorre deste congregar jovens, na sua maioria menores de 35 anos, que se localizam nas periferias geográficas do país, lugarejos que não têm espaço na agenda política de quem governa. O Projeto Okulinga procura colocar o jovem no centro das transformações que se operam na sociedade, e ser protagonista dos eventos da mudança social e não espetador, sendo que as suas atividades se centram na promoção social e educação para a cidadania, numa luta cívica contra a pobreza e as estruturas que a provocam.

Questão de partida e hipóteses

Esta dissertação pretende responder à seguinte pergunta de partida: Quais as causas do Ativismo Juvenil em Angola de 2011 – 2022? Em particular, como se manifesta este ativismo no Projeto Okulinga?

¹ Título do livro do romancista angolano, Pepetela, que considera a geração da utopia aquela que conquistou a independência de Angola, mas que não apresentou um projeto de cidadania e soberania para a construção do Estado angolano, e, por isso, mais que ser libertador, ocupou o lugar do antigo colonizador e hoje usa os mesmos métodos coloniais para escravizar o seu povo.

A escolha de 2011 como ponto de partida decorre de este ter sido o ano em que se assistiu a um interesse particular da juventude em intervir nos problemas sociais, que o governo procurava silenciar, ao apresentar nos média um país mirífico que tem apenas lugar na televisão. Foi em 2011 que surgiram os protestos populares abertos contra o regime, fortemente reprimidos, assim como a criação de um novo partido, CASA-CE, em 2012, que ambicionava quebrar a bipolarização, MPLA – UNITA.

A questão, em torno da qual gravita o nosso estudo, considera que o que mais preocupava a juventude angolana, num determinado momento, era a questão do emprego. Diante dos problemas sociais, o país, como um todo, sofreu os seus impactos, e isto tem sido decisivo para as organizações ativistas juvenis, sendo as manifestações de protesto o que mais glosa o descontentamento dos jovens. Isto mostra que as causas dos ativismos são, de facto, políticas, económicas e sociais, situação que tornou Angola um estado frágil (Oliveira, 2015; Sogge, 2009). Este estudo pretende oferecer um panorama histórico e social da realidade angolana dos anos 2011 a 2022. Objetiva-se apresentar o contexto social político em que nasceram os ativismos, o que os impulsiona, como são encarados pelos governos e o seu contributo para a sociedade.

Diante dos problemas sociais, o governo demonstra uma certa inversão de hierarquia na resolução dos problemas que afligem a população. As avultadas despesas supérfluas e ostentosas revelam, da parte do governo, a inversão de prioridades e incapacidade de resolver os problemas reais do país, e conduziram os jovens à rua em protesto para exigir mais responsabilidade na administração do bem público, prestação de contas e transparência na governação.

A injustiça económica, que se verifica na subida do custo de vida em relação aos salários, desembocou em altas desigualdades económicas que têm mantido a miséria, e isto levou às manifestações de protesto como forma de expressão do descontentamento geral. Os protestos vão sendo mais frequentes na governação de João Lourenço: desde 2017 a pobreza vem atingindo níveis insuportáveis e a criminalidade aumentou por todo o território nacional. Não apenas os jovens se têm manifestado, mas também a sociedade em geral, com ênfase para as manifestações espontâneas das zungueiras que têm se realizado em Luanda.

Os jovens do Projeto Okulinga têm protestado, fundamentalmente, por causa do incumprimento da promessa constitucional da institucionalização das autarquias como forma de descentralização e partilha do poder, mas que a ambição excessiva do partido no poder tem ignorado o previsto pela Constituição o que, de certo modo, tem impulsionado os associativismos juvenis.

Objetivos

Objetivos gerais: analisar a intervenção dos jovens nos problemas sociais; enquadrar o ativismo nos estudos em antropologia sobre juventude e ativismo político em Angola.

Objetivos específicos: perceber como o ativismo em Angola se relaciona com o ativismo no continente; abordar o regime político angolano e a sua relação com as associações ativistas juvenis; explicar a organização, os princípios e as ações do Projeto Okulinga.

Metodologia

Para a elaboração do presente estudo privilegiámos os métodos qualitativos, fundamentalmente, as entrevistas semiestruturadas a atores-chaves da sociedade complementadas pela pesquisa documental e por um estudo de caso. A investigação iniciou-se pela leitura e análise da bibliografia académica sobre o associativismo juvenil em Angola, e no debate teórico sobre participação política e engajamento da juventude na resolução dos problemas sociais que os jovens enfrentam. A pesquisa documental foi realizada primeiro através da revisão da literatura, exposta no capítulo 1 desta dissertação, e depois da pesquisa sobre o contexto de estudo, nomeadamente o perfil e atividade das associações juvenis em Angola, cujos resultados são explorados no segundo capítulo.

O trabalho de campo recorreu a entrevistas, observação e uma *netnografia*. Foram efetuadas um total de oito entrevistas a atores-chave. Duas entrevistas foram realizadas telefonicamente e por WhatsApp, a primeira ao Doutor Eugénio Almeida (47 minutos), especialista em assuntos internacionais, nomeada e particularmente, em questões africanas, com especial enfoque para Angola e para a região Austral de África (ZOPACAS e CGG) e Investigador Integrado do CEI-IUL do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, e outra ao deputado da UNITA Sampaio Mucanda (54 minutos). Ambas as entrevistas abordaram a participação política da juventude, sociedade e governação, liberdade de expressão e de imprensa e o comportamento da Polícia diante das manifestações de protesto. Foram realizadas outras seis entrevistas aos jovens: dois jovens sem ligação partidária nem inserção em nenhuma associação ativista, e quatro jovens do Projeto Okulinga, por meio do WhatsApp, Messenger e ligação telefónica. Estas últimas entrevistas debruçaram-se sobre o engajamento político da juventude, direitos humanos, cidadania, religião e literatura. Elaboramos um guião de entrevista dividido em quatro blocos dirigidos: i) aos jovens, ii) aos deputados, iii) aos membros da sociedade civil e iv) ao Projeto Okulinga. Seguimos o Código de Conduta Ética do ISCTE-IUL. Todos os entrevistados foram informados do objetivo da entrevista e deram o seu consentimento oral. Asseguramos o anonimato a quem assim o desejou. A maioria das entrevistas acabou por

ter as características de uma entrevista aberta, dado o interesse que o tema suscitou junto dos entrevistados e consequência da confiança pré-estabelecida. Foi o caso do deputado Sampaio Mucanda, o qual nos ajudou a compreender melhor os contornos do tema em análise.

Fizemos um estudo de caso sobre o papel do Projeto Okulinga, baseado em pesquisa documental, trabalho de campo e entrevistas, e ainda uma *netnografia*, abordado no terceiro capítulo. Neste quadro, analisamos os relatórios, os documentos e as atividades do Projeto, desde a sua criação, e questionamos o aparente silêncio e inação do que têm, recentemente, caracterizados o Projeto. Não descuramos do método etnográfico clássico, nos moldes definidos pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942), responsável por consagrar a técnica de observação participante, metodologia essa que inspirou a nossa investigação de campo em Matala, e o conhecimento do objeto do estudo de caso. Esta imersão profunda foi possível por ter mantido uma relação de amizade com os membros do Projeto, principalmente com a direção, o que levou à criação de um laço de confiança que me permitiu conhecer os altos e baixos desta iniciativa, sem preconceitos nem desconfiança. Estas entrevistas foram coadjuvadas pelo método *netnográfico* ou etnografia virtual, com trabalho de campo online. Esta metodologia, que inclui o estudo de comunidades que interagem online através de fóruns, blog e redes sociais, com o objetivo de compreender as dinâmicas e comportamentos das comunidades virtuais, é cada vez mais utilizada na pesquisa *netnográfica*. Uma vez que vivemos imersos na tecnologia de comunicação mediada por computadores e telemóveis, que estão a ganhar cada vez mais espaço na produção cultural e nas interações sociais, as quais passam a ocorrer pela mediação de máquinas e em formatos digitais, buscamos explorar a etnografia do campo virtual, no sentido de acompanhar as atividades dos jovens nos média digitais, principalmente nas redes sociais. Exploramos a internet e o ciberespaço como campo de pesquisa a fim de compreender as atividades online e offline do Projeto Okulinga.

Divisão do trabalho

O nosso trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No Capítulo 1 faremos um estudo exploratório sobre os ativismos juvenis, começando por analisar o problema do descontentamento juvenil, buscaremos compreender as causas que têm levado os jovens em África e em outros lugares do mundo ao ativismo e às manifestações de protesto; no Capítulo 2 analisaremos o engajamento da juventude nas questões sociais, abordaremos o regime político angolano e a sua relação com a sociedade civil em geral e com a juventude em particular, sem esquecer do comportamento dos partidos na oposição diante das organizações ativistas juvenis; no Capítulo 3 apresentaremos os princípios e as ações do Projeto

Okulinga, e procuraremos estudar os desafios e perspectivas do Projeto em seu ambiente socialmente precário e economicamente vulnerável onde o clientelismo e cooptação são visíveis na administração pública.

Como todo o trabalho acadêmico, este trabalho não se pretende exaustivo, definindo-se como mais um contributo que, seguramente, permitirá aos investigadores corroborarem ou corrigirem o tema em estudo, para o enriquecimento da comunidade científica sobre o lugar dos ativismos juvenis em África enquadrados na pesquisa em Antropologia. Defrontamo-nos com alguns desafios, onde se destaca a dificuldade ao acesso a algumas pessoas chave da sociedade que se mostraram indisponíveis para as entrevistas.

O Ativismo Juvenil em África

Preâmbulo

Para compreendermos este capítulo, partimos do conceito de *waithood* que a pesquisadora moçambicana, Alcinda Honwana, apresenta para caracterizar os jovens que se encontram numa condição de espera financeira para se autoafirmarem e transitarem para a idade adulta. Ao longo do trabalho compreenderemos que esta situação de espera não é circunscrita apenas aos jovens africanos. Por quase todo o lado, os jovens unem-se em protesto para reivindicarem os seus direitos, como forma de expressar a sua insatisfação.

1.1. O Problema do Descontentamento Juvenil

Em África, depois das independências, na década de 1960, o debate girou em torno de que regime político seria melhor para os países africanos recém independentes, já que o contexto era de um período em que o mundo estava dividido entre os países comunistas (Pacto de Varsóvia), encabeçados pela URSS, e as potências ocidentais com influência norte-americana (NATO), cujas partes estavam sob a ameaça de uma guerra nuclear: a chamada Guerra Fria, onde o resto do mundo foi cenário de confrontações entre as duas superpotências.

Em busca de melhor regime, que respondesse aos desafios de então, alguns países africanos optaram pela democracia, enquanto outros optaram pelo socialismo; em busca de modelos de governação, muitos Estados africanos cederam rapidamente o lugar a regimes de partido único. Os perigos do tribalismo, o divisionismo, a “irresponsabilidade” da oposição e as urgentes tarefas de reconstrução nacional, ajudaram a emergir regimes autoritários, largamente dominantes, geradores de estados corroídos (Bellucci, 2010; Dumont, 1965; Furtado, 1998; Nóbrega, 2010; Vasconcelos & Araújo, 2022).

Em 1990 a democracia surgiu como a via para a alternância do poder, abandonando-se os golpes de Estado. Desde então, os problemas políticos, confirmados em grandes protestos desde a Primavera Árabe, dão validade às ideias de Chabal (2002); Dumont (1965); Furtado

(1998); Nóbrega (2010); Young (2002), segundo os quais a Democracia foi imposta a África, por não atender à situação socio-antropológica dos africanos².

De facto, a democracia proposta à África é um projeto elaborado pelo Ocidente, pelo que não admira as resistências enfrentadas por ela, em solo africano, desde o início do período pós-colonial (Nóbrega, 2010; Tomás, 2013). Dumont (1965) vai mais adiante dizendo mesmo que uma democracia “à europeia” só poderia ser razoavelmente encarada anos depois da generalização da instrução elementar, quando tivesse já sido realizado um mínimo de desenvolvimento económico.

Na perspetiva de Nóbrega (2010), os países ocidentais, principais doadores das economias africanas, encontraram-se pela primeira vez em posição de impor um novo condicionalismo político: a relação estreita entre ajuda económica e democratização. Ao que os países africanos tiveram de seguir as recomendações do Ocidente, uma vez que sem acesso aos fundos internacionais para pagar os salários da função pública, o soldo aos militares e para assegurar a fidelidade das extensas redes de clientes, a manutenção dos regimes autoritários tornava-se insustentável.

As eleições pluralistas, muito em voga para fortalecerem a democracia, foram realizadas, principalmente, devido à pressão interna para a mudança resultante do descontentamento com o sistema de partido único, e, na realidade, na maior parte do continente africano essa reforma ocorreu apenas por causa dos condicionamentos políticos, impostos externamente (Chabal, 2002)³. A análise de Chabal chega, assim, ao ponto mais interessante do fracasso das transições democráticas em África ao demonstrar que apesar do descontentamento popular contra os regimes em vigor, a transição para as eleições multipartidárias foi instigada pela comunidade doadora, que insistiu que só seria possível obter mais ajuda se as novas condições políticas democráticas fossem cumpridas.

² No período entre as independências, a construção de paradigma de governação e a democratização dos países africanos, o continente vivia grande instabilidade política provocada por conflitos internos e pelos constantes golpes de Estado, pois, maior parte dos países africanos não estavam democratizados, pelo que a forma mais comum de se chegar ao poder era através de golpes de Estado: “durante 30 anos de independência, entre 1960 e 1990, em África sucederam-se 267 golpes e tentativas de golpes” (Moniz, 2022:35). Assim, apenas nos anos 90 – com a queda do Muro de Berlim – assistiu-se à democratização do continente africano, o que condicionou a transformação política em África, dando início ao período das democracias (Nóbrega, 2010). Deste modo, os regimes autoritários africanos perderam a capacidade de usar a rivalidade Este-Oeste que, até então, mantivera ininterrupto o fluxo de fundos internacionais ao dispor das suas elites (Furtado, 1998). Como confirma Lobo-Fernandes (2008), o fim da bipolaridade confrontava a matriz teórica internacional com alguma perda de clareza conceptual, ou até mesmo com o que chegou a ser enunciado como uma “crise de paradigmas”.

³ Além de Cabo Verde, quase todos os outros países foram induzidos a realizar eleições como condição para a continuação da assistência. Do contrário, corriam sérios riscos de suspensão da ajuda.

A avaliação do relatório da *Freedom House* (2022) confirma que após a queda do Muro de Berlim, os líderes dos países em transição democrática sentiram-se compelidos a abraçar publicamente os mesmos ideais, a fim de ganharem aceitação na comunidade internacional, mesmo que o seu compromisso fosse apenas superficial. Os governos que dependiam de apoio económico ou militar externo tinham de realizar eleições pelo menos superficialmente confiáveis e respeitar alguns controles institucionais sobre o seu poder, entre outras concessões, para manter a sua boa posição⁴.

Com o fim da Guerra Fria e as mobilizações populares, especialmente da juventude urbana e o processo da democratização do continente, chegou-se a pensar que as tensões sociais e as crises políticas poderiam ser solucionadas, por se ter desenhado a democracia como multipartidarismo e liberdades públicas (Bellucci, 2010)⁵. Todavia, depois de trinta e três anos, desde o início dos processos de abertura política, a esperança no futuro da democracia em África é ensombrada pelos retrocessos e desvios que esta tem conhecido em múltiplas partes do continente, o que tem criado um clima de pessimismo, trazendo às ribaltas o velho argumento de que a democracia não é aplicável à realidade africana e que esta deve buscar nas suas raízes culturais o seu próprio modelo político, mas nos lembremos que nos anos sessenta este mesmo argumento ajudou a implementação de regimes autoritários e de partido único (Nóbrega, 2010). Contudo, a maioria dos países realiza eleições multipartidárias numa base regular, embora ainda os processos eleitorais, em muitos casos, se tenham revelado fraudulentos⁶.

O problema em África, na visão de Nóbrega (2010), não é o do Estado invasivo na esfera privada, mas o do Estado ausente na maior parte do território e incumpridor das suas funções,

⁴ Percebe-se que a democracia não se tornou cultura, por ter sido o preço a pagar para que os países tivessem assistência financeira contínua e não como modalidade política que tornaria o desenvolvimento mais provável (Nóbrega, 2010).

⁵ Sobre este debate, atualmente assiste-se em todo o continente africano a uma discussão enviesada que assenta no princípio de que a democracia consiste no multipartidarismo e na realização de eleições multipartidárias. Furtado (1998) entende que se está a chegar a uma fórmula simplista, segundo a qual os regimes pluripartidários são democráticos e os de partido único, ditatoriais.

⁶ Em suas análises, Amundsen (2011), percebe que até 2011, todos os países da África subsaariana (com exceção de Somália e Suazilândia), tinham já realizado eleições multipartidárias. Contudo, as eleições multipartidárias não aprofundaram nem consolidaram as práticas democráticas em África. Mais de 80 % das eleições na África subsaariana foram (e são) ganhas pelos partidos governantes. Mudanças de partido no poder são muito raras. Uma fachada institucional de democracia dissimula e reproduz agora uma dura realidade de governo não democrático, naquilo que já foi chamado de “autoritarismo eleitoral”. Ao esclarecer o porquê de as mudanças ocorridas nos anos 90 não terem sido suscetíveis de resultar numa maior “democratização” ou num maior “desenvolvimento” do continente, Chabal (2002) afirma que onde o Estado não está devidamente institucionalizado, onde o sistema judicial é deficiente, onde não há espaço para o investimento produtivo na sociedade, será difícil ver as eleições multipartidárias resultarem em melhor governo e com uma estrutura eficiente para o crescimento económico.

o que, de certo modo, tem originado o descontentamento juvenil como um problema que tem desembocado em manifestações de protesto.

Sair da crise e encontrar a paz, fundamental para a reorganização e o desenvolvimento do continente, são objetivos que, no presente, estão cada vez mais associados à necessidade de impor as vias democráticas e o multipartidarismo nos espaços políticos definidos. Contudo, a maioria dos países africanos têm investimentos mal concebidos, têm falta de capacidade para a gestão das tecnologias aplicadas, a corrupção do governo e a dependência dos modelos estrangeiros são alguns dos motivos alegados para o insucesso de suas políticas económicas, que desembocaram na crise económica, política e financeira sem precedentes na história do continente (Collier, 2007; Lobo-Fernandes, 2008; Martin, 2006)⁷. “O maior obstáculo ao progresso continua a ser a fraqueza da moralidade elementar (trabalho, honestidade, dedicação ao país) de muitos dirigentes políticos, mais ainda do que a insuficiência revolucionária” (Dumont, 1965:321).

A falta de honestidade, transparência na governação e a corrupção aliada ao medo que a população tem dos seus governantes bloquearam o andamento do progresso político e económico, entravaram, em último momento, a evolução socio-antropológica que pudesse catapultar o continente no pódio do desenvolvimento integral (Collier, 2007).

As consequências da falta de responsabilidade política e compromisso dos governantes com o Estado está a fazer com que a África enfrente o declínio económico devido às más políticas públicas e a má governação que desembocaram na má qualidade do sistema educativo e de saúde, no desemprego elevado e nos meios de subsistência inseguros, o que tem enfraquecido seriamente o tecido social (Collier, 2007; Honwana, 2012; Lobo-Fernandes, 2008). Segundo a argumentação de Collier (2007) e Lobo-Fernandes (2008), a estes problemas elencados acrescentam-se o fracasso da industrialização do continente, a crise agrícola, os choques petrolíferos, o peso da dívida externa, as perturbações políticas e a corrupção que são hoje os grandes obstáculos ao desenvolvimento de África

Muitos líderes africanos, depois da independência, tiveram um brusco acesso ao poder sem controle, o que perturbou certos espíritos e corroeu o senso moral, pois, para a liderança,

⁷ Dumont (1965) chamou a atenção ao fosso já grande entre as elites políticas e a população em geral, também para os programas de desenvolvimento mal planeados ou administrados, além de detalhes como o estabelecimento da época das férias escolares no Chade para que coincidisse com as da França ao invés de acompanhar os ciclos agrícolas na região. Bellucci (2010) considera que os investimentos realizados não tiveram retorno, o choque da dívida externa piorou a situação, e os Estados, sem rendas, deixaram de investir, provocando forte desemprego e um fluxo migratório dos jovens das zonas rurais para as zonas urbanas, em busca de melhores condições de vida.

governar era ter privilégios e regalias negadas a plebe (Dumont, 1965). Pensando nesta mesma linha de Dumont, Luzia Moniz fundamenta que “quem está no poder, geralmente, usa o poder como alavanca do enriquecimento pessoal, familiar ou de projeção do seu pequeno grupo, atraindo a nação. Quem quer derrubar os detentores do poder apenas pretende substituição, sem verdadeira alternância, sem rutura de paradigma” (Moniz, 2022:38).

Sobre esta discussão, Collier (2007) defende que o prolongado período de fracasso económico em África destruiu profundamente a autoconfiança das suas sociedades. Para este autor, a expectativa de fracasso contínuo reforçou as pressões para que as pessoas mais brilhantes abandonassem os seus países. Daí a emigração massiva de muitos africanos para a Europa em busca de melhores condições de vida, condições que lhes são negadas nos seus respetivos países. Portanto, se os governantes amassem realmente os seus países, a situação da África de hoje seria, seguramente, muito diferente.

Numa situação na qual a governação e as políticas públicas são, inegavelmente, más, diríamos que a África está a perder o controle do seu destino, isto porque uma minoria privilegiada, pouco preocupada com as liberdades e sem compromisso com o desenvolvimento do continente, usa as economias dos seus países em proveito próprio e dos seus familiares e amigos em detrimento da nação, o que explica muitos dirigentes não estarem preocupados com a estagnação económica dos países que governam, pois, muitos destes dirigentes governam por meio de processos eleitorais fraudulentos, não espanta perseguirem e intimidarem vozes contestatárias que se opõem às suas políticas excludentes (Ferreira, 2005; Idowu, 2020; Lobo-Fernandes, 2008; Murapa, 2002).

Em África, o funcionamento das instituições políticas formais é minado pela lógica informal do clientelismo (Collier, 2007; Chabal, 2002; Idowu, 2020). Por isso, muitas pessoas são atraídas para política não pelo trabalho, mas pelos privilégios e regalias que ostentam os detentores do poder político, o que denuncia a presença discreta do clientelismo que torna as pessoas clientes dos partidos políticos para manipularem as massas – aliciando ou subornando com promoções e benefícios de um dinheiro que é desviado do erário – e, assim, puderem garantir a vitória dos seus partidos nas eleições (Collier, 2007). A forma como o poder é exercido em África está em contradição com a democracia moderna, tal como é concebida no Ocidente.

A população africana hoje é maioritariamente jovem, tal como confirma a pesquisadora moçambicana Alcinda Honwana que “mais de 50% da população em África tem menos de 25 anos de idade, o que faz dos jovens africanos uma maioria marginalizada, em grande parte excluída dos processos socioeconómicos e políticos dominantes” (Honwana, 2014:400). Na

perspetiva de Honwana (2012), a juventude é sobretudo uma construção histórica relacionada principalmente às transformações que afetam a sua socialização e a educação.

Consideramos jovem todo aquele indivíduo a partir da faixa dos dezoito anos de idade – a idade legal para exercer o direito de voto em Angola – até aos 35, período que Honwana (2014) caracteriza como a época de muitos que se encontram numa situação interminável de espera (*waithood*): espera de independência financeira (autoafirmação) e de oportunidades de emprego para se passar à fase adulta.

Deste modo, Honwana (2014) apresenta o conceito *waithood* para considerar a juventude como uma categoria socialmente construída e baseada em expectativas sociais e responsabilidades de indivíduos que “ainda que possam ser considerados adultos do ponto de vista da sua idade cronológica, continuam dependentes do ponto de vista social, pois ainda não alcançaram, plenamente, os requisitos que lhes permitem assumir as responsabilidades da vida de adulto, ou seja, ter emprego ou formas de sustento estável, ser independente, ter recursos para criar e providenciar para a sua família e ser capaz de contribuir para o bem social comum pagando impostos” (Honwana, 2014:401).

Esta situação de *waithood*, em que se encontra a população juvenil africana, condicionou o descontentamento social que, em grande medida, é fomentado por uma gestão económica errada e por uma incorreta distribuição da riqueza, por investimentos sociais desadequados e pela falta de oportunidades de emprego digno e de participação política de uma população jovem (Rodrigues, 2013). Para Rodrigues (2013), os programas para obviar as causas profundas do descontentamento, além do seu cariz de assistência à população, terá de se considerar o contexto histórico, cultural, social e político, e garantir a incorporação das preocupações e da sensibilidade da população. Para Furtado (1998) as tensões sociais e políticas conjugam-se. Segundo a análise deste autor, em África a vida política se centra, essencialmente, nas elites dirigentes que deixam de fora, por um lado, os que, embora pertencendo às elites, contestam o *statu quo* e, por outro, os movimentos sociais urbanos e rurais que vivificam e dão corpo à cidadania.

Para a maior parte dos Estados africanos, os jovens são “a ponta de lança da nação, a garantia mais segura para o futuro, o futuro no presente” (Mbembe, 1985:19). De acordo com este pensamento de Mbembe, percebe-se que existe uma consciência política sobre o papel ativo da juventude, embora várias vezes seja relegada para o segundo plano pelos governantes. E fruto disto, os jovens vivem à margem das decisões políticas, são excluídos pelos governantes que os julgam incapazes de tomarem decisões ponderadas. Para Honwana (2020), um dos fatores que limita a capacidade de intervenção política da juventude é o próprio Estado que

controla o discurso político e restringe o espaço a vozes divergentes. Os governos africanos não ouvem os apelos da juventude, por isso, a mesma encontrou formas alternativas para expressar o seu descontentamento⁸.

Há uma liberdade formalmente reconhecida em termos políticos, académicos, de pensamento e expressão, todavia, também há uma elevada desigualdade económica e uma constante tentativa, por parte de muitos governos africanos, de limitar a esfera pública e as críticas de natureza política, o que em consequência, levou à “desordens” sociais e ao descontentamento generalizado (Bussotti & Mutzenberg, 2016). A este respeito, Bellucci (2010) diz que a massa de desempregados, oriunda da crise dos projetos de modernização e dos famintos da sociedade doméstica, passou a girar em torno de governos sem perspetivas, que, em muitos casos, corrompem-se para se manter. Criou-se, então, um palco formidável para todo o tipo de lutas contra o poder central. Assim, afirma Bellucci, a fome tomou conta de regiões inteiras, os governos entraram em falência financeira, passando a depender de ajuda externa para fechar as suas contas e impedir maiores catástrofes alimentares.

Diante dos problemas sociais, que os afeta diretamente, os jovens se mobilizaram em movimentos de protesto para exigirem melhores condições de vida, diante de uma realidade que leva ao desespero e ao pessimismo por causa das vagas de desumanidade que acontecem um pouco por cada canto do continente, por isso, os jovens protestam como uma via de participação ativa na política do país, e forçam os governos a mudarem os paradigmas políticos que têm levado muitos países à condição de Estado falhado (Furtado, 1998; Honwana, 2020; Idowu, 2020).

Por causa da ditadura, ainda existente em muitos países africanos, as redes sociais tornaram-se os meios alternativos de comunicação, e é isto mesmo que dão a entender Tomás (2013) e Sanches (2022), quando falam da importância do Facebook no impulso da Primavera Árabe, exatamente, por permitir aos jovens manifestarem livremente as suas opiniões, sem que fossem apanhados.

As redes sociais foram, e ainda são, um instrumento político muito forte para as revoltas no norte de África. Por causa das redes sociais, as revoltas na Tunísia e no Egito em 2011 mostraram ser exemplos de como a resistência civil de base pode surpreender as pessoas com o seu poder e potencial transformadores (Tsandzana, 2020; Sanches, 2022)⁹. A respeito deste

⁸ Referindo-se à juventude moçambicana, Honwana (2020) acredita que embora sejam a maioria numérica da população, os jovens optam pelo silêncio, abstendo-se de exercer a sua participação política por temer represálias que possam comprometer os seus projetos de vida.

⁹ Desde a primavera árabe, é cada vez mais recorrente observar que os jovens, em vários cantos do mundo, têm usado a tecnologia para se mobilizarem em torno das questões que os afetam (Tsandzana,

tema, Tsandzana (2018) argumenta que diante da aparente situação de abandono político, como refúgio, a juventude encontra nas redes sociais um espaço fértil para o exercício da sua cidadania, visto que o modelo democrático, por intermédio da votação e representação política, encontra-se em crise. Collier (2007), sobre esta reflexão, defende que os líderes de muitos países africanos gostam das coisas como elas estão, pelo que lhes compensa manter os seus cidadãos sem educação e mal informados, e, por isso mesmo, muitos destes políticos e altos funcionários públicos destes países seriam considerados criminosos.

Os políticos estão totalmente desconectados das realidades quotidianas dos jovens, o que tem levado a juventude africana, que vive marginalizada, excluída e sem perspectivas de futuro, a um descontentamento profundo. Portanto, o descontentamento juvenil é consequência de políticas mal concebidas e da má governação.

1.2. A Juventude e o Ativismo Político

A literatura científica sobre os movimentos sociais africanos continua bastante fraca, se comparada com o mesmo âmbito de estudos nos países ocidentais (Bussotti & Mutzenberg, 2016). A análise levada a cabo em África, durante o período das lutas pela independência e no imediato pós-independência, assim como o processo de transição democrática nas décadas de 1990 e 2000, tem destacado como questão-chave a construção duma nação centrada no Estado, pois, no período das lutas pela independência e no pós-independência, no dizer de Mutzenberg (2015), a questão central que orientou o debate e a pesquisa girou em torno da “construção nacional”, centrada no Estado, concebido como sujeito do desenvolvimento.

Bussotti & Mutzenberg (2016) e Chabal (2002) destacam os anos 90 como marco de um ponto de viragem fundamental para a sociedade africana e, consequentemente, para os movimentos sociais. Esta viragem, no modo de se fazer política, deveu-se à vaga de democratização e liberalização introduzida ou imposta a muitos países africanos nesta época, em estreito relacionamento com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da experiência comunista na antiga União Soviética. O processo de democratização originou, na maior parte

2018). Por um lado, tal como afirma Luvizotto (2016), com a internet e as redes sociais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa – e passam a ser mais participativas e democráticas. Ou seja, a informação circula com maior fluidez e o seu alcance é amplo, se comparado com outras ferramentas de média. Além de diminuir a distância e o custo, a internet (com destaque para as redes sociais como o Facebook) revolucionou a forma como a comunicação é exercida. Nas redes sociais, os jovens encontram um espaço ideal e um discurso de rebelião contra o velho mundo que não dá espaço suficiente para eles.

dos casos, uma situação em que os Estados africanos procuraram controlar e limitar a opinião pública, em detrimento da promessa de mais liberdade, sobretudo de expressão.

Bussotti & Mutzenberg (2016) consideram que os movimentos sociais em África não são novos, mas é evidente que, a partir dos finais da década de 2000, assumiram uma diferente configuração, se comparados com as agitações e demonstrações ocorridas antes do início do novo século. Na perspetiva de Mutzenberg (2015), os ativismos políticos em África são um produto e uma resposta a um contexto concreto de privação, negação de direitos e de injustiças, cujas formas, mecanismos e estratégias apresentam uma grande heterogeneidade.

Uma das principais razões para o desenvolvimento de protestos sociais, por parte das organizações ativistas juvenis, tem sido a difusão de instituições do ensino superior e, portanto, de indivíduos com elevada formação académica – as oportunidades, sobretudo nos centros urbanos, multiplicaram-se ao longo dos últimos anos –, juntamente com o incremento das desigualdades económicas; por lógica consequência, o ativismo político da juventude africana pode, assim, ser categorizado através do lema da justiça social e económica (Bussotti & Mutzenberg, 2016).

O adiamento da resolução dos problemas da juventude tem levado muitos jovens a unirem-se em movimentos de protesto. Bialoborska & Barros (2020) entendem estes movimentos como organização de grupos sociais – fundamento dos ativismos juvenis africanos – que defendem direitos civis e lutam contra os regimes totalitários que geram desigualdades sociais em várias escalas, por isso, estes grupos, associações ou movimentos organizados territorialmente, tematicamente, geracionalmente e por afinidades identitárias são protagonistas das principais transformações sociais. Tendo em conta o comportamento dos líderes políticos, os jovens unem-se em movimentos sociais como forma de intervirem nos problemas sociais e participarem ativamente na política¹⁰.

A estratégia que tem levado avante o ativismo juvenil, segundo Honwana (2012); Lázaro & Silva (2016); Mendonça Júnior (2018) e Mussunda Da Silva (2020), é o rap que se tornou hoje um

¹⁰ Se olharmos para a juventude mundial, e a história dos ativismos, é notório que ao longo do processo das lutas de independência, as lutas pelos direitos humanos e da dignidade da pessoa, foram encabeçadas pelos jovens: olhemos, por exemplo, para Martin Luther King, Malcolm-X, os nacionalistas africanos – Kwamme Nkrumah, Julius Nyerere, Patrice Lumumba, Leopold Senghor, Abdel Nasser, Hassan II, Aimé Césaire, entre outros –, perceberemos que a mudança e a transformação social dependeram da juventude. Quando os jovens se uniram em movimentos ou associações mudaram o mundo e fizeram a diferença que a sociedade precisava. O ativismo tem sido abraçado pela maioria dos jovens do continente por terem percebido que só haverá mudanças de paradigma, a nível de projetos políticos e económicos, quando eles forem reativos e proativos diante de seus governos que veem todo o cidadão dissidente das suas teorias como um inimigo.

dos meios mais importantes para implementar processos de formação política nas jovens classes urbanizadas africanas. Este fenómeno apareceu como consequência dos limitados espaços de participação política que as classes dirigentes africanas têm reservado aos jovens (Honwana, 2012). Daí as novas formas de participação política promovidas nas redes sociais da internet: “A juventude é, e historicamente tem sido, bastante idealista e, muitas vezes, quer mudar o mundo, o sistema político e relações do cotidiano. Isso não é novo, apesar de nem sempre ter tido visibilidade [...] Hoje, uma das diferenças está na convocatória pelas redes sociais virtuais, o que trouxe o povo para a rua quase em tempo real, ampliando o número de manifestantes e os locais de protesto” (Tsandzana, 2020:178).

Diferente da militância partidária, que tem princípios ideológicos que animam os militantes, o ativismo tem projetos e objetivos bem delineados. Pelo que se entende o ativismo como “uma das expressões mais marcantes para designar as formas de manifestação pública dos atores sociais, singulares e coletivos das últimas décadas. O conceito tem sido projetado quer para os campos de ação política *stricto sensu*, como forma de designar atores que se inscrevem no campo político-partidário, mas também, *lato sensu*, para designar formas de mobilização e participação de grupos sociais que defendem e promovem direitos cívicos” (Bialoborska & Barros, 2020:8).

Luvizotto (2016) entende o ativismo como uma forma de participar, atuar, discutir, deliberar e executar ações para defender uma ideia, uma causa ou ideologia. Esta ideia pode ser política, social, religiosa ou de qualquer caráter de cunho identitário. Para Luvizotto (2016), as ações dos movimentos sociais podem se manifestar na forma de protestos, greves, manifestações, ocupações de espaços públicos ou privados, podendo usar ou não de violência. Portanto, Luvizotto entende o ativismo como um modo de tomar parte de uma ação com objetivo de uma transformação social. A participação e suas modalidades mudam de acordo com a possibilidade de atingir diferentes sujeitos sociais que se identificam com determinada causa, ou simplesmente têm consciência de seu papel como cidadãos e a necessidade de participar.

Os conceitos de juventude e ativismo, na perspectiva de Honwana (2014); Idowu (2020) e Bialoborska & Barros (2020) dão a entender que a nível global os jovens têm-se unido diante de situações que põem em perigo o seu futuro; a nível da Europa, a título de exemplo, muitos jovens, por razões diferentes aos jovens africanos, também têm saído à rua, em manifestação de protesto, para reivindicar os seus direitos.

Idowu (2020) justifica que estes movimentos reivindicativos existem em qualquer país, exatamente, para assegurar a responsabilidade do pessoal do governo e prevenir questões que

podem levar à injustiça e à violência se deixadas sem supervisão, estes movimentos existem em todo o mundo e, portanto, não são peculiares aos países em desenvolvimento. Estes movimentos de protesto são excelentes ferramentas para expressar a natureza democrática de uma determinada sociedade e uma ferramenta de contestação contra muitos governos não democráticos.

Honwana (2014) considera a *waithood* não apenas um problema africano, porquanto os protestos dos jovens se terem tornado um fenómeno global: em Portugal, por exemplo, em março de 2011, a chamada “geração à rasca” saiu à rua para denunciar as altas taxas de desemprego e o elevado custo de vida; desde maio de 2011, o movimento *los indignados* em Espanha tem protestado contra as crescentes desigualdades socioeconómicas e a falta de perspectivas para a juventude; no Reino Unido, em agosto de 2011, os jovens de bairros mais pobres – e não apenas das comunidades de imigrantes – desencadearam motins violentos, queimaram e saquearam lojas de luxo, apoderando-se dos símbolos de uma cultura de consumo da qual se sentem excluídos; em Santiago do Chile, os estudantes saíram à rua para exigir uma melhor educação pública de baixo custo; nos Estados Unidos da América, o movimento *Occupy Wall Street* reuniu milhares de jovens americanos para protestar contra a ganância corporativa e a influência das multinacionais sobre o governo, a desigualdade de riqueza, a corrupção política, a questão do desemprego e a discriminação no emprego; em França, em 2016, o governo teve de “ceder” aos protestos juvenis contra a reforma laboral (Honwana, 2012; Idowu, 2020).

Idowu (2020) considera que muitos países democráticos e desenvolvidos, na maioria dos casos, veem o protesto público como um meio ou último recurso, desde que todas as outras medidas de engajamento político, tais como diálogos abertos ou secretos, resoluções judiciais, recursos eleitorais, entre outros, geralmente falhem de antemão. Para o caso dos países africanos, os protestos são uma ferramenta chave para a inclusão sociopolítica e para a agitação contra políticas de exclusão e governos antidemocráticos.

Bussotti & Mutzenberg (2016) acreditam que se a “época de ouro” dos movimentos sociais na Europa deve ser colocada na década de sessenta, em África esta tendência começou nos anos noventa. Os anos noventa foram decisivos, mesmo para os movimentos sociais no mundo ocidental. Com efeito, as manifestações de Seattle e Génova, contra as cimeiras do G8 ou do G20, representam um importante marco para os movimentos de protesto em todo o mundo. Segundo a argumentação de Bussotti & Mutzenberg, esta nova vaga de manifestações registou um brusco entrave com os factos do 11 de setembro de 2001: os protestos sociais sofreram uma drástica redução por causa de um novo inimigo global, o terrorismo islamita que substituiu as

reivindicações coletivas para um mundo mais justo. A palavra de ordem mudou de justiça para segurança: a agenda política global desenhou uma nova hierarquia.

Contudo, a partir de 2010 a 2011, as ondas de protesto nos países árabes foram aceites e até mesmo promovidas pelo Ocidente, devido ao interesse de algumas potências de implementar a democracia nos países árabes. A investigadora Maria João Tomás (2013) afirma que a Primavera Árabe, ao marcar o fim da era dos regimes ditatoriais, foi incentivada pela maioria dos países europeus e pelos EUA, que tinham a esperança de verem nascer democracias do tipo ocidental no Médio Oriente e Norte de África.

1.3. O Ativismo nos Países do Magrebe

A retomada dos estudos de caso sobre os movimentos sociais em África, de modo similar ao que tem ocorrido em outras partes do mundo, centra o interesse sobre a questão da democracia, a participação da sociedade civil e a multiplicidade de formas, atores e demandas das manifestações coletivas, particularmente na presença de ONGs locais e internacionais (Mutzenberg, 2015).

A literatura que aborda os ativismos em África é ainda pouca, por ter surgido recentemente com os movimentos de transformação social liderada por uma geração jovem, urbana, instruída e claramente desapontada, que, com o apoio da maioria, mobilizou a população (Bialoborska & Barros, 2020). Esta literatura considera que as mobilizações juvenis se caracterizam pela luta pela democracia e por melhores condições de vida, que decorrem da crise económica, desemprego e falta de liberdade de expressão.

As mobilizações sociais protagonizadas pelos movimentos ativistas juvenis, tiveram o apoio da população tanto pelas causas como pela diversidade dos protestos: das reivindicações básicas à afirmação de direitos, da superação de privações materiais a demandas políticas, portanto, ao reconhecimento de vozes que se querem fazer ouvir e compreender (Ackerman & Merriman, 2014; Bouras, 2020; Honwana, 2020; Munteanu, 2020; Tomás, 2013). Estes movimentos ativistas juvenis deram início ao que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, a partir de dezembro de 2010, por todo o Norte de África e Médio Oriente (Santos, 2012). A vaga de protestos teve início na Tunísia, onde houve uma revolta de 29 dias da juventude que levou à expulsão do Presidente Zine al-Abidine Ben Ali a 14 de janeiro de 2011.

A revolução tunisina foi desencadeada a 17 de dezembro de 2010, quando o vendedor de legumes Mohammed Bouazizi se imolou pelo fogo, na pequena cidade de Sidi Bouzid, como

sinal de protesto contra a corrupção governamental e o desemprego generalizado. Ao ato de desespero deste jovem sem perspectivas, milhares de jovens responderam tomando as ruas, exigindo empregos, melhores condições de vida e respeito pela sua dignidade (Bouras, 2020; Honwana, 2012; Munteanu, 2020; Tomás, 2013). Estes protestos em massa desembocaram no que ficou conhecido como a Revolução de Jasmim, na Tunísia.

O sucesso destes episódios tunisinos inspirou uma vaga de protestos que se alastrou à Argélia, Marrocos, Mauritânia, e algumas semanas mais tarde, muitos jovens egípcios, durante vários dias de protestos, derrubaram o reinado de quarenta anos de Hosni Mubarak, em fevereiro de 2011. A rebelião armada, liderada pelos jovens na Líbia, derrubou Moamar Kadhafi e culminou na sua morte, em outubro de 2011. Para Santos (2012), estes protestos foram como que o renascer da liberdade, e mostraram a transversalidade do descontentamento na região, ainda que em contextos e trajetórias nacionais claramente distintos.

No Egito a onda de manifestantes islâmicos pediu a queda de regimes despóticos em nome do slogan: “O Islão é a solução”. A derrota dos partidos políticos tradicionais e a vitória dos de cariz islâmico têm mostrado que estas populações querem um outro caminho, mais identificado com as suas convicções e com a sua cultura, o que explica “o apelo do Islão como resposta aos problemas de corrupção e de desigualdades económicas e sociais parecer a solução ideal, quando o mundo ocidental está para resolver uma crise financeira sem precedentes, com consequências imprevisíveis, quer para a sociedade como para a sustentabilidade do próprio sistema económico, tal como hoje o conhecemos” (Tomás, 2013: 109-110).

Santos (2012) afirma que na linha comum destes protestos estava a revolta contra as constantes violações de Direitos Humanos, a deficiente representação política, a fragmentação social, o desemprego, a inflação, e as desigualdades económicas decorrentes das más políticas públicas.

A professora de história Juliana Bezerra, no site de conteúdos escolares *Toda Matéria*, resumiu deste modo as principais causas da Primavera Árabe: desemprego; alto nível de corrupção, por parte dos dirigentes e da sociedade; falta de liberdade política e de expressão; população jovem, educada e atenta às novidades políticas do mundo; percepção de isolacionismo e desprezo da elite do país¹¹.

¹¹ Primavera Árabe. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/primavera-arabe/>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.

Com a Primavera Árabe, as mulheres começaram a engajar-se mais ativamente na política, motivadas pelo desejo de participar de manifestações e de debates¹². Anca Munteanu (2020) mostra que as mulheres ajudaram a construir o movimento islâmico tunisino e marroquino, pois a integração do Ennahdha (Tunísia) e do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (Marrocos), no jogo político estabelecido, levou à *feminização* desses partidos islâmicos e teve efeitos na carreira das mulheres ativistas em suas fileiras. O Ennahda e o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD) – partidos da Irmandade Muçulmana – são os dois partidos de referência islâmicos que continuam a participar nos governos e na vida política da Tunísia e de Marrocos.

A nível local, o movimento Ennahdha é, principalmente, social e liderado por mulheres que trabalham em associações sociais. O partido beneficia do contributo das mulheres que, trabalhando o mais estreitamente possível com a população, ajudam a aumentar o número de membros e eleitores. Naïma Bouras (2020) afirma que no Egito, como em outros países muçulmanos, as transformações dos próprios movimentos islâmicos abriram novas oportunidades para muitas mulheres se envolverem. Essas revoluções deram visibilidade a essas mulheres e mostraram a sua capacidade de mobilização e organização.

O envolvimento das mulheres em associações é um ponto de partida para aceder outras funções. Essas mulheres foram impulsionadas depois de 2011 para a vida política instituída ao lado dos homens. Apesar do engajamento das mulheres – que estão mais no terreno, mais próximas dos cidadãos, mais ativas onde chegam a organizar tudo – ainda são os homens que permanecem na liderança e em lugares de destaque e visibilidade dos Partidos. Tanto no caso do PJD quanto do Ennahdha, a visibilidade das mulheres no campo político não se traduziu em igualdade em termos de liderança (Munteanu, 2020). Todavia, Munteanu (2020) explica que este facto nada tem a ver com dominação porque os cargos de responsabilidade exigem disponibilidade para viajar, bem como a participação em reuniões tardias. Por essa razão, as mulheres não têm grande vontade de se envolver, uma vez que o seu papel na família permanece primordial.

Depois dos celebrados eventos no Norte de África e no Oriente Médio, chamados em conjunto de “Primavera Árabe”, ocorridos a partir de 2011, quando grandes manifestações desafiaram ditaduras estabelecidas havia anos, a região vive hoje uma grave crise de diversas

¹² De facto, houve mulheres que embora tenham afirmado pertencer à Irmandade Muçulmana ou aos movimentos salafitas, saíram à rua para se manifestar, no Egito, na Tunísia e em Marrocos. Algumas organizações islâmicas juntaram-se à luta, depois de os jovens ativistas desencadearem os primeiros protestos em janeiro de 2011, através do uso de redes sociais e digitais e através de blogs que se multiplicaram na última década (Tomás, 2013).

dimensões. Bruno Meirinho, na *Gazeta do povo*, apresenta tais crises: problemas económicos, fruto da queda dos preços do petróleo, instabilidade política e calamidade social. Fernando Nogueira, no seu Blog *Cidadania & Cultura*, faz uma análise aos países do Norte de África e do Médio Oriente que foram inspirados pela Primavera Árabe e conclui que o experimento do Egito com a democracia terminou em 2013, quando um golpe militar, que também foi popular na época, derrubou o governo eleito liderado pela Irmandade Muçulmana¹³.

Tomás (2013) constata que apesar dos tunisinos terem conseguido um Governo eleito democraticamente, os jovens continuam a debater-se com alguns dos mesmos problemas que os levaram às manifestações de rua, e até à morte: o desemprego e a miséria. O governo que saiu do Ennahdha defende-se com a falta de tempo para implementar as mudanças económicas necessárias. Por isso, hoje falta a esperança que faça as pessoas crerem que existe futuro no seu país e que não é preciso continuar a emigrar para a Europa.

Já a Líbia, depois da morte de Kadhafi, em outubro de 2011, mergulhou na violência entre as tribos, e o caos é aproveitado por grupos jihadistas, e ainda aumentou a interferência estrangeira, exacerbando assim um conflito que ainda não terminou¹⁴.

Diante deste quadro pós-Primavera Árabe, quando se poderia esperar o florescer do Norte de África (países do Magrebe) em possíveis novas democracias, o que se vê não se parece em nada com um ensolarado verão. A destruição da Líbia, a restauração de uma ditadura no Egito e diversas guerras civis, em países árabes, indicam-nos que se está a viver o que a investigadora Maria João Tomás (2013), caracterizando os dias a seguir a Primavera Árabe, chamou de “Inverno Árabe”.

O desespero face à miséria foi o que levou a juventude a desencadear os movimentos de protestos populares de uma dimensão sem precedentes na história dos povos do norte de África que derrubou ditadores e fez sonhar o povo de toda uma região: de Tunes (Capital da Tunísia) a Trípoli (Líbano), passando pelo Egito ou pela Síria, as manifestações, para os que participaram na Primavera Árabe, são um oásis, portanto, uma semente de esperança, ainda que as revoltas tenham tido resultados diferentes e muitas vezes dececionantes (Bouras, 2020; Munteanu, 2020; Tomás, 2013).

Depois de alguma esperança na Primavera Árabe, o povo vive um momento de grande depressão, deparando-se com a capacidade de ainda serem vítimas das piores barbáries. Basta

¹³ Inverno Árabe: Democracia Impopular. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2021/08/30/inverno-arabe-democracia-impopular/>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.

¹⁴ Primavera Árabe. Disponível em: <https://observador.pt/2020/12/16/primavera-arabe-a-revolucao-que-fez-sonhar-toda-uma-regiao-irrompeu-ha-10-anos/>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.

notar como a população civil foge aos milhares de seus países para procurar refúgio na Europa e em outras nações, enquanto a violência interna ganha enormes proporções nos países árabes (Tomás, 2013).

A situação a que chegaram os países do Magrebe pode ter sido fruto das pretensões ocidentais de levar para lá a democracia a qualquer custo, fazendo uso de meios injustos, embora buscando objetivos alegadamente justos¹⁵. Diante de um povo que ainda reclama por mais oportunidades de trabalho e medidas para combater a pobreza, Tomás (2013) acredita ser necessário, para os partidos da Irmandade Muçulmana, criar estratégias para acabar com a corrupção e solucionar os graves problemas económicos e sociais que enfrentam os países saídos da Primavera Árabe.

Bouras (2020); Munteanu (2020) e Tomás (2013) dão a entender que a revolução dos jovens do Magrebe procurou estreitar o abismo económico entre os governantes e os simples cidadãos que lutam por sobrevivência, em países economicamente fragilizados pela corrupção e ambição dos seus governantes. Para Tomás (2013), a Primavera Árabe trouxe a esperança de um novo começo para muitos jovens, e reforçou a necessidade de afastar os regimes autoritários, a opressão, a supressão da liberdade de imprensa e a luta pelos direitos humanos.

1.4. O Ativismo na África Subsariana

Olhando para África, hoje, chega-se a crer que a África subsariana é um dos lugares mais pobres do mundo, onde o paradoxo é impressionante: países com muitos recursos naturais mais com elevados índices de pobreza extrema, onde há gente muito rica, mas a maior parte da população permanece na pobre extrema, o que tem provocado reivindicações periódicas (Chabal, 2002; Collier, 2007; Moniz, 2022; Nóbrega, 2010). Tal como em outros lugares do mundo, na África subsariana – a parte do continente africano situada ao sul do Deserto do Sara, constituída por 48 nações – os protestos sociais foram desencadeados pelos jovens.

Em diferentes países do mundo, os impactos dos protestos iniciados pela juventude tiveram diferentes consequências, desde a ascensão ao poder de políticos conservadores e nacionalistas até ao derrube de governos autoritários (Bussotti & Mutzenberg, 2016; Moniz, 2022; Mutzenberg, 2015; Vasconcelos & Araújo, 2022). Em África, as primeiras manifestações de rua, no

¹⁵ Inverno Árabe. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaocolumnistas/bruno-meirinho/inverno-arabe-9vwvcgl4sh6cdv9qhal7rlusz/>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.

final da década de 2000, tiveram início nos países do Magrebe, também conhecidos como países do Norte de África: Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia, Saara Ocidental e Mauritânia.

Uma versão dos protestos da Primavera Árabe também ocorreu em países da África Subsaariana, como África do Sul, Nigéria, Burkina Faso, Cabo Verde, Moçambique, Senegal, Angola, Benim, Camarões, Chade, Comores, Costa do Marfim, Quênia, Madagáscar, Níger, Nigéria e Zâmbia, onde os cidadãos saíram à rua para manifestar o seu descontentamento por causa das dificuldades económicas, a repressão política e para exigir os seus direitos (Sanches, 2022).

Em 2014, no Burkina Faso, milhares de pessoas protestaram contra a recandidatura do Presidente Blaise Compaoré, que governava o país há 27 anos. E, mais recentemente, em 2019, no Sudão, o então Presidente Omar al-Bashir foi derrubado, após meses de protestos. No Zimbabué, onde Robert Mugabe governava há quase 30 anos com punho de ferro, apesar de figuras da oposição e ativistas terem sido malsucedidos na sua resistência, houve pelo menos a sensação de que as pessoas poderiam alcançar algo com os protestos em massa. Nos subúrbios da África do Sul, a maior expressão do espírito de luta foram protestos nacionais de milhares de estudantes contra as taxas escolares.

Luzia Moniz (2022), jornalista, socióloga e ativista interseccional angolana, entende os protestos africanos numa perspetiva de efeito contágio, por causa do mundo novo da Era da Comunicação. O que explica, no Mali, depois de algumas semanas a ser contestado nas ruas, Ibrahim Boubakar Keita não soube interpretar os sinais e antecipar-se aos protestos, mas preferiu esperar por um golpe militar de coronéis que destituiu o seu governo. Na Costa do Marfim, Alassane Outtara, depois de dois mandatos, ao arrepio da Constituição, decidiu apresentar-se para um terceiro mandato: as ruas transformaram-se no caos, a decisão de Outtara deixou o país em chamas. Estes e outros problemas de género, seguiram-se em países como a Guiné-Conacri, onde aos 82 anos de idade, Alpha Conde queria continuar na presidência, alterando a Constituição, tendo sido deposto por um golpe de Estado em 2021.

Em Angola, as primeiras manifestações de 2011 foram tímidas em números, embora agitadas por ações violentas por parte da polícia; este facto se entende, porque em Angola não se registava uma manifestação de rua desde 27 de maio de 1977, marcada por “um crime contra a humanidade até agora silenciado” (Mateus & Mateus, 2010:152). De 1977 até 2011, o silêncio prevaleceu no país, por causa do medo de repressões com semelhantes proporções e que desembocassem no mesmo crime registado a 27 de maio de 1977. Telo (2018) confirma que a primeira mobilização juvenil oficial ocorreu a 07 de março de 2011, e exigia a saída do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tendo sido convocada a partir das redes

sociais. A polícia reprimiu violentamente a manifestação, detendo alguns dos participantes, com destaque para a jornalista Ana Margoso que na altura fazia a cobertura do evento. A partir daí, as manifestações tornaram-se mais regulares, o que passou a preocupar o governo.

Os jovens na Nigéria lideraram os protestos contra a violência perpetuada pelo Esquadrão Especial Antirroubo, SARS (Special Anti-Robbery Squad), e exigiram o fim da violência policial. O movimento #EndSARS foi uma resposta contra o Esquadrão Especial Antirroubo (SARS), unidade policial da Nigéria conhecida por prender, intimidar e assassinar cidadãos fora dos limites da lei¹⁶. Entre janeiro de 2017 e maio de 2018, a Amnistia Internacional documentou 82 casos de tortura e execução extrajudicial consumados pelo SARS (Burocco, 2020). Burocco vai mais adiante na sua pesquisa, apresentando o relato de testemunhas oculares, segundo o qual o massacre dos manifestantes foi bem orquestrado, as câmaras de vigilância foram retiradas e as lâmpadas das ruas desligadas; os manifestantes, com as bandeiras nigerianas, cantavam o hino nacional, mesmo assim os soldados atiraram neles.

Estes episódios aberrantes caracterizam os Estados autocráticos, que utilizam a polícia contra os cidadãos como instrumento de violência e não de defesa. Este episódio repressivo, onde a polícia disparou contra os manifestantes na Nigéria, também aconteceu em Luanda no dia 11 de novembro de 2020, quando o país comemorava 45 anos de independência, houve uma manifestação pacífica, mas a polícia respondeu com uma violência desproporcional, e acabou por assassinar um manifestante: Inocêncio Alberto de Matos (Moniz, 2022).

Idowu (2020), focando a atenção para os países da África subsariana, apresenta alguns fatores dos ativismos políticos juvenis: elevados índices de pobreza, analfabetismo e desemprego, a renda per capita baixa, a inflação, a má qualidade no sector da saúde, baixo desenvolvimento tecnológico. A estes fatores, acrescenta-se o fator que levou aos protestos recentes na Nigéria: os desafios ou ameaças de segurança em algumas partes da Nigéria, particularmente, a região norte infligida por Boko Haram, onde aconteceu o sequestro de cerca de 250 meninas da escola Chibok, o que mostrou ser um indício claro de o governo não estar à altura de proteger vidas e propriedades do povo nigeriano. Para Idowu (2020), o sequestro

¹⁶Segundo Burocco (2020), o Presidente Buhari em 2018 definiu os jovens nigerianos como “preguiçosos que não querem fazer nada”; hoje, os jovens estão na linha de frente da revolução #EndSARS, a ponto de serem definidos como a *EndSARS generation* não apenas enquanto alvos preferidos do SARS, mas porque representam a resistência a um sistema político autocrático disfarçado de democracia liberal.

destas meninas, por Boko Haram, e o silêncio do governo é um caso de injustiça e maldade que impulsionou o movimento sociopolítico BBOG (Bring Back Our Girls)¹⁷.

O ativismo na África subsaariana, nos últimos 20 anos, tem sido feito e impulsionado pela música: o rapper de intervenção tem ajudado a juventude a se expressar (Honwana, 2012; Lázaro & Silva, 2016; Mendonça Júnior, 2018, 2020; Mussunda Da Silva, 2020).

Sanches (2022) considera que os músicos, particularmente os artistas de hip hop, têm usado o seu carisma, a sua popularidade e palavras pungentes para o ativismo antirregime em vários contextos. Podemos aqui lembrar músicas de intervenção social do Rapper Azagaia (em Moçambique), Brigadeiro 10 Pacotes e MCK (em Angola), recentemente, o Kuduro do lamento de W King, Rei Loy e DJ Naile (também em Angola), músicos nigerianos: Bukola Elemide, profissionalmente conhecida como Asa, Folarin Falana, mais conhecido por seu nome artístico Falz, que continuam com a respeitável tradição de cantar contra as injustiças sociais, contra a violência policial e outros problemas sociais.

Embora as queixas socioeconómicas fossem proeminentes em muitos dos protestos dos jovens africanos, o objetivo visava também derrubar os governos em alguns dos países e estabelecer regimes mais representativos (Sanches, 2022). Para Sanches, muitos envolvidos nas primeiras manifestações eram jovens – estudantes e/ou rappers – que, de algum modo, se sentiram estimulados pelas manifestações de rua que estavam a ocorrer no Norte de África, que levaram multidões às ruas contra os governos autoritários durante a Primavera Árabe. De facto, os cidadãos em muitos destes lugares transpuseram a barreira do medo para participar em ações coletivas e imaginar novos futuros políticos.

O antropólogo Frank Marcon (2019) fundamenta que, embora as realidades políticas sejam distintas para cada caso, as pautas do autoritarismo, da corrupção e da crise social e económica foram fatores de indignação comum, bem como a ampliação do acesso e a apropriação das tecnologias móveis e da internet que são considerados um fenómeno transformador dos movimentos juvenis em tais manifestações.

O que se pode verificar, mediante a literatura, é que a situação política dos países do Magrebe é diferente da dos países da África subsariana. Apesar de os protestos terem a ver com a instabilidade política e económica não há como comparar o que se viveu no Norte de África

¹⁷ Trazer de volta nossas meninas (BBOG) foi uma resposta não-violenta a uma ação violenta, buscando assim a responsabilização do governo. Seus membros atravessam pessoas de muitas religiões porque as meninas são maioritariamente cristãs e algumas poucas muçulmanas, portanto, a opção da violência não pode ser a primeira opção. Este movimento surgiu como forma de levar o governo a prestar contas e demonstrar a sua capacidade de governo para poder sustentar o mandato popular que lhe foi dado pelos eleitores e pelos cidadãos em geral do país (Idowu, 2020).

com a realidade dos países da África Subsariana (Marcon, 2019; Santos, 2012; Idowu, 2020 Sanches, 2022).

A Primavera árabe levou ao derrube de ditadores no norte de África, enquanto as manifestações de protesto na África Subsariana eram contra os governos autoritários – por exemplo, no Gabão e no Sudão –, e a tentativa de os presidentes ultrapassarem a duração dos seus mandatos – por exemplo, no Senegal, Burkina Faso e República Democrática do Congo. Portanto, a natureza dos protestos na África subsariana é, claramente, antirregime e antigovernamental, contrariamente aos protestos do norte de África que visavam derrubar todo o sistema (Sanches, 2022).

No norte de África existia o autoritarismo, quando na maioria dos países da África subsariana já existia a democracia. Houve necessidade de se implementar a democracia no Norte de África, o que deu legitimidade às ondas de protestos iniciados com a Primavera Árabe por causa da situação deplorável da ditadura que asfixiava a população (Tomás, 2013). O objetivo dos protestos, no Norte de África, era de libertar o mundo árabe da ditadura para a democracia (Idowu, 2020), enquanto na África Subsariana a situação era diferente, visto que, na sua maioria, muitos países já tinham implementado a democracia, o que se protestava era o modo de como se vivia nestes estados democráticos, tal como denuncia Moniz (2022) que em muitos países africanos a democracia não passou de simulacro, ao invés de regimes democráticos caracterizados pela partilha do poder, criaram-se tiranias assentes na corrupção. Por isso, os países do Magrebe e da África subsariana são realidades que não se podem comparar, já que no contexto dos países do Magrebe procurou-se implementar a Democracia.

Portanto, estas duas realidades são incomparáveis, pois, muitos países da África Subsariana já eram e continuam a ser mais avançados em termos de liberdade do que os países da região árabe: na África subsariana há lutas por política e eleições, mas é diferente de um movimento que visa derrubar todo o sistema (Sanches, 2022; Moniz, 2022). Apesar de ter inspirado os protestos, o Norte de África ainda precisa de uma estrutura democrática, para que se respeitem as liberdades civis (Tomás, 2013).

O Engajamento da Juventude nas Questões Sociais

Preâmbulo

Para a compreensão do modo como os jovens angolanos se engajam na sociedade e participam na política do país, há necessidade de se abordar o regime político angolano e a sua relação com a sociedade civil e como os partidos políticos encaram os movimentos ativistas juvenis. Este Capítulo é o estudo do contexto dos ativismos juvenis em Angola, onde buscaremos compreender o lugar da juventude na sociedade e as suas lutas para construção de um país melhor, em que o primado da Constituição da República seja respeitado.

2.1. A Construção de Angola Independente

Angola e a sua história são um caso incomum por muitas razões; uma destas razões consiste no facto de os movimentos de libertação, que conduziram a luta pela independência, terem recebido o poder, praticamente sem transição gradual, por meio do Acordo de Alvor¹⁸ celebrado com o Estado Português (Oliveira, 2015). A proclamação da independência, em 1975, foi feita num clima de crise e de instalação da ordem nacional num contexto de disputa armada do poder, por isso, rapidamente o país mergulhou numa guerra civil que já germinava entre os movimentos de libertação durante a guerra anticolonial (Imbamba, 2010; Miranda, n.d.; Ndapassoa, 2018; Pestana, 2003).

Com a conquista da independência, esperava-se que os movimentos de libertação – FNLA, MPLA e UNITA – impulsionariam e promoveriam os direitos humanos e a dignidade

¹⁸ O Acordo de Alvor é o documento que definiu o quadro jurídico da transição do colonialismo para a Independência Nacional e determinou o dia 11 de novembro de 1975 como a data para a sua proclamação. O documento foi assinado a 15 de janeiro de 1975, em Alvor, zona de Algarve, Portugal, entre o Governo português e os três movimentos de libertação nacional, nomeadamente a FNLA, o MPLA e a UNITA. Nos termos do Acordo de Alvor, o Governo de Transição estava autorizado a criar lugares de secretários e subsecretários de Estado, desde que respeitasse, na sua distribuição, a regra da heterogeneidade política. Entretanto, o que parecia ser uma solução, pouco tempo depois, deu lugar à luta armada, envolvendo os três movimentos de libertação. Em plena vigência do Acordo de Alvor, cada movimento pretendia ter mais protagonismo sobre o outro, ignorando o pacto que previa a partilha do poder, na fase transitória para a independência. Sempre com visão egoísta e de desconfiança, cada um pretendia o controlo de Luanda, que era fundamental, numa altura em que Portugal previa entregar o Estado, a 11 de novembro (<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/acordo-de-alvor-foi-assinado-ha-47-anos/>).

do povo liberto do jugo colonial, mas não foi o que aconteceu. O MPLA, após ter consolidado o seu poder em todo o país, pôs em moto a sua guerra ideológica com o escopo de construir a quimérica sociedade socialista sem classes, seguindo à letra as teorias filosóficas de Marx, Engels e Lénine (Imbamba, 2010).

Depois da independência, o MPLA transformou-se em partido único de orientação marxista-leninista, caracterizando-se, essencialmente, pela não admissão do direito de oposição, ou na sua admissão, repressão, fraco cumprimento das liberdades individuais e um monopólio do exercício do poder, concentrado nas mãos de uma minoria política, a elite partidária; por causa disso, a organização política e social não assentava na divisão do poder, mas sim na sua concentração (Imbamba, 2010; Ndapassoa, 2018).

Os resultados, todavia, foram catastróficos: a solidificação da ditadura monopartidária, isto é, as antigas estruturas e os métodos coloniais, que tão heroica e tenazmente combateu, o MPLA os herdou, usando-os contra os seus próprios compatriotas (Imbamba, 2010).

Com o avançar dos anos, o 11 de novembro de 1975 tornou-se o início de uma trajetória de autoritarismos, repressão e privação de liberdades, inclusive a liberdade de pensar, tomada como ato criminoso passível de punição (Gonçalves, 2016). De facto, o partido único, MPLA, confundia-se com o Estado e impôs o seu modelo e visão política a todos os cidadãos, o que explica a intolerância de opiniões diferentes das concebidas pelo partido único: Agostinho Neto defendia um regime onde não poderia haver lugar qualquer autonomia da sociedade, face ao partido único e ao Estado; o seu radicalismo foi ao ponto de recusar a diversidade de pensamento, quer na sociedade como no seio do partido, impondo à sociedade uma cultura de sujeição, cuja resistência desembocou no massacre de 27 de maio de 1977 (Mateus & Mateus, 2010; Ndapassoa, 2018; Pestana, 2003)¹⁹.

A transição do monopartidarismo para o pluripartidarismo aconteceu muito ao contragosto do partido único, então, no poder, pois, a democratização do Estado foi imposta por fatores internos e externos, e por uma conjuntura regional africana e internacional a que

¹⁹ Houve uma política de exclusão quando se instalou o regime de partido único, que reduzia o campo político a si próprio, e às organizações de massas que eram afinal a sua própria continuação, pelo que tudo girava em torno dos interesses do partido MPLA (Pestana, 2003). Mesmo depois da democratização do Estado com as primeiras eleições, em 1992, não houve respeito pelas práticas democráticas, houve manipulação das normas constitucionais, perseguições políticas e a severa limitação da liberdade de expressão, isto por causa da imposição de um regime autoritário, com características militares, que em poucos anos de independência cometeu sucessivos atropelos de governação (Ndapassoa, 2018).

Angola não podia fugir (Ndapassoa, 2018). Com os Acordos de Bicesse deu-se a mudança de regime, em 1991, que desembocaram nas eleições de 1992 (Miranda, n.d.; Ndapassoa, 2018)²⁰.

A atual Constituição da República de Angola de 2010 declara Angola como um Estado Democrático de Direito (artigos 2º e 236º, alínea f) com supremacia da Constituição e da lei (artigo 6º). Embora a Constituição assinale a existência de uma democracia em Angola, onde o pluralismo político e a participação em grupos sociais organizados são um direito garantido, na prática, o que se vê são privações, controle excessivo, autoritarismo e a vigência de um regime ditador que desvirtua e ressignifica o que deveria ser uma democracia (Gonçalves, 2016)²¹. Por não haver limitação de poderes, tem-se verificado um certo “constitucionalismo abusivo” (Martins, 2019) cujas consequências são notórias na atual democracia que é apenas um simulacro, exatamente porque o poder continua concentrado num só homem, que transformou as instituições em figuras formais (Moniz, 2022).

O regime político concentrou, de modo excessivo, os poderes constitucionais na figura do Presidente da República, com clara tendência de invasão nas esferas de competência de outros poderes de soberania e a ausência de referenda ministerial, que teria sido um freio ao exercício pessoal do poder (CRA, artigos: 108; 119; 180; 181), o que denuncia o modelo de governação angolano como sendo autocrático (Moniz, 2022; Sogge, 2006).

É difícil identificar, no regime político angolano, a existência de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, a menos que o encaremos sob o aspeto puramente formal, pois, ao invés de regimes democráticos caracterizados pela partilha do poder, criaram-se tiranias

²⁰ Os Acordos de Bicesse foram assinados em Estoril, Portugal, por José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, em maio de 1991. Os acordos estipularam que seriam realizadas as primeiras eleições livres e democráticas em Angola, supervisionadas pelas Nações Unidas, assim como todas as forças beligerantes seriam integradas nas Forças Armadas Angolanas (FAA), cabendo ao Estado Português, através das suas próprias forças armadas, ministrar a formação necessária. Apesar dos esforços internacionais, da assinatura destes acordos e do Protocolo de Lusaka, a guerra civil em Angola continuou até em 2002.

²¹ A respeito deste tema, a mensagem dos Bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST) para a Jornada Nacional da Reconciliação e da Paz, de 14 de março de 2023, sugere aos governantes: “Angola necessita de uma Nova Constituição de acordo com as exigências da hora presente, pois, a prática atual faz com que as instituições do país sejam reféns do partido no poder. As instituições vão perdendo credibilidade a nível nacional e internacional, por causa da corrupção e da impunidade, embora a mídia estatal se esforce em querer mostrar outra imagem de Angola”. A Assembleia Nacional tem competências que lhe permitiria fiscalizar o exercício do Poder Executivo do Governo. Porém, não o faz por causa da “confusão de poderes” e conflitos de interesses (Miranda, n.d.; Ndapassoa, 2018). O Presidente da República concentra em si excessivos poderes executivos e partidários, com os quais se intromete também no poder legislativo, fazendo com que o Parlamento seja um órgão politicamente incapaz de fiscalizar e controlar o governo (Amundsen & Abreu, 2007; Ndapassoa, 2018). Em termos formais, o Presidente da República não é apenas o Chefe de Estado, mas também o Chefe do Governo, o comandante em chefe das forças armadas, e o Presidente do Partido no poder, portanto, Angola apresenta características de um acentuado presidencialismo (Amundsen, 2011; Amundsen & Abreu, 2007).

centradas no nepotismo, assentes na corrupção onde as receitas dos recursos naturais são utilizadas para criar uma classe política de clientela corrupta (Amundsen, 2011; Collier, 2007; Moniz, 2022; Paiva, 1965; Schubert, 2013; Sogge, 2006, 2009). Por isso, pouco importa que a Constituição distinga várias categorias de organismos governamentais, entre as quais os seus artigos se esforcem conscienciosamente por distribuir as funções de maneira equitativa: todo este poder é puramente fictício (Schubert, 2013). A realidade do poder, sob todas as suas formas, fica nas mãos dos dirigentes do partido: ministros, deputados, administradores, e que agem de acordo com as diretivas do partido (Paiva, 1965)²².

O Relatório da Freedom House (2022) constata que tem contribuído para uma perceção errónea da democracia a exigência da realização regular de eleições. Em Angola, por exemplo, desde a implementação da democracia até ao momento, não houve alternância do poder, apesar de se ter realizado cinco pleitos eleitorais – 1992, 2008, 2012, 2017 e 2022 – todos ganhos pelo MPLA. O referido relatório, tanto o de 2017 como o de 2022, colocam Angola na lista dos países não livres do mundo. Pois, a legitimidade das eleições, em todos os pleitos eleitorais, tem sido severamente criticada pela oposição angolana. Esta oposição denuncia irregularidades e fraudes eleitorais, o que revela que as vitórias eleitorais do MPLA nunca foram reconhecidas pela oposição (Ndapassoa, 2018)²³.

O regime serve-se mesmo das eleições para mostrar que o país é democrático, mesmo que a sua prática diga o contrário, o que confirma que, realmente, a democracia é uma farsa, pois, Angola reflete a tendência de grande parte dos países da África subsaariana, onde o partido governante consolidou a sua permanência no poder através de eleições multipartidárias (Amundsen, 2011; Da Cruz, 2016)²⁴.

²² O MPLA tornou-se um partido hegemónico que enfraqueceu o poder legislativo, através da maioria parlamentar e da ditadura do voto, e ainda interfere e perturba a independência e a imparcialidade do judiciário, quer pela nomeação e controlo de juizes, quer pela impunidade caracterizada por ignorar ou mesmo desautorizar decisões judiciais, por isso, até o sistema eleitoral, tutorado pela CNE, sufoca a competição eleitoral (Amundsen, 2011; Ndapassoa, 2018; Schubert, 2013).

²³ A comunidade internacional tem reconhecido a vitória do MPLA pelo facto de as leis eleitorais estarem conforme às práticas internacionais; o que se vê na prática, é que as leis são concebidas numa perspetiva de favorecer, a todo o custo, o partido no poder. A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) é pouco independente, por causa da separação entre o partido no poder, o governo e o Estado ser muito fraca ou quase nula, e ainda porque os membros da CNE, em muitos casos, são escolhidos ou infiltrados pelo governo, com base na confiança política (Ndapassoa, 2018; Moniz, 2022).

²⁴ Moniz (2022), Oliveira (2015) e (Pestana, 2003) acreditam que se trata de um simulacro de democracia pluralista para fugir às pressões internas e externas. Se houvesse responsabilidade, compromisso e seriedade, evitar-se-iam as perdas de tempo e de dinheiro nestas campanhas eleitorais, verdadeiras caricaturas da democracia, o que explica o partido, que cativou a CNE, apresentar-se como jogador e árbitro em simultâneo, onde alguns partidos são simplesmente marionetes (Moniz, 2022). As eleições de agosto de 2022, também ganhas pelo MPLA e pelo seu candidato, só vieram confirmar mais uma vez que as instituições públicas são reféns do MPLA, o que tem baixado, sobremaneira, os níveis

A realidade de muitos países africanos, como argumenta Amundsen (2011), é de as eleições multipartidárias parecerem democráticas, porém, em vez de apresentarem alternativas, apenas dão legitimidade aos governantes, por isso, a oposição é marginalizada. As eleições são controladas e servem, basicamente, para dar legitimidade ao regime instalado. Portanto, os regimes autocráticos «jogam pelas regras» da democracia ostensivamente, enquanto na prática subvertem e mudam o seu significado (Schubert, 2013)²⁵.

O MPLA é um partido hegemónico; por causa da sua hegemonia, ganhou os cinco pleitos eleitorais realizados no país, o que o permitiu expandir-se por todo o tecido social do Estado, criando o que atualmente se chama anocracia²⁶ que é um meio termo entre democracia e autocracia, com sucessivas instabilidades e ineficiência governamental, por causa da concentração e ausência de separação e limitação de poderes, corrupção endémica, clientelismo exacerbado, vazio de programas políticos, anemia dos aparelhos administrativos, ausência ou fraca legitimidade das instituições da sociedade civil, que são usados para baralhar os partidos na oposição (Martins, 2019; Ndapassoa, 2018; Pini, 2018; Puello-Socarrás, 2015).

O comportamento autoritário do regime não permite vozes contrárias, o que explica o receio dos cidadãos de se expressarem abertamente, pois, há um controle rígido das atividades da sociedade civil, principalmente para os movimentos sociais que se opõem ao partido MPLA (Oliveira, 2015; Schubert, 2013).

Neste sentido, Schubert (2013) argumenta que a sociedade civil parece ser aceite apenas como um interlocutor quando se trata de questões relativas à prestação de serviços delimitados, mas não é bem-vinda nas questões fundamentais como: o significado das eleições, a escolha política e questões de governação, responsabilidade, transparência orçamental e direitos humanos. Como se pode depreender, existe uma tradição de supervisão, restrição e controlo da parte do partido que governa (Amundsen, 2011; Amundsen & Abreu, 2007; Gonçalves, 2016; Oliveira,

de participação política e a confiança dos cidadãos nas instituições do Estado, particularmente nas instituições da administração eleitoral e de justiça (Ndapassoa, 2018). As eleições, mesmo quando apresentam irregularidades, dão aos líderes autoritários um verniz de legitimidade, tanto em casa como no exterior (Freedom House, 2022).

²⁵ O regime autocrático é um mecanismo para mascarar a corrupção, a fraude eleitoral e os abusos de poder, e para legitimar noções de democracia e inclusão política que, na realidade, não existem; assim, este autoritarismo eleitoral tem dois elementos que se podem verificar no presidencialismo e nas manipulações eleitorais (Amundsen, 2011; Honwana, 2020).

²⁶ A palavra «anocracia» é um neologismo, oriundo do inglês «anocracy». Consiste num regime de governo marcado por instabilidade política e ineficácia governamental, tendo em vista a existência de um regime democrático, com traços autocráticos. Comumente, uma anocracia é um tipo de regime em que o poder não está investido apenas em instituições públicas, mas se espalha entre grupos de elite que estão constantemente competindo entre si pelo poder. «Anocracias» são consideradas um regime intermediário entre a autocracia e a democracia (Martins, 2019).

2015). O governo angolano tem uma tradição de controle comunista e corporativista e de uso das organizações de massa (Amundsen, 2011; Amundsen & Abreu, 2007; Oliveira, 2015; Sogge, 2009). O partido MPLA mobiliza e controla as mulheres e os jovens através de sub-organizações: OMA, JMPLA e OPA. Estas e outras “organizações de massa” são controladas pelo governo a nível do desporto, da cultura e do trabalho social, como, por exemplo, o Movimento Social Espontâneo, a AJAPRAZ, a FESA e o Fundo de Solidariedade Social - LWINI, são todas usadas para implementar a estratégia do regime angolano e demonstrar legitimidade (Amundsen & Abreu, 2007; Da Cruz, 2016; Ndapassoa, 2018; Oliveira, 2015; Schubert, 2013), tendo como objetivo branquear a imagem do Presidente da República e do seu governo (Schubert, 2013). Portanto, o MPLA “colonizou” o espaço civil ao criar ONGs e fundações sob suas tutelas (Sogge, 2009). Desta maneira, o partido no poder subordinou os cidadãos aos seus interesses, vontade e orientação, excluindo a liberdade de escolha e de opção política por parte dos governados (Amundsen & Abreu, 2007; Miranda, n.d.; Ndapassoa, 2018; Paiva, 1965; Pini, 2018).

Oliveira (2015) considera que a sociedade civil, no sentido convencional do termo, tem uma presença reduzida em Angola, em virtude de um passado repressivo imposto pelos governos colonial e pós-colonial, onde as pessoas não eram livres, eram perseguidas e agenciadas pelo sistema que olhava para a liberdade de expressão como um atentado ao poder²⁷. A voz da sociedade civil foi constantemente abafada porque Angola apresenta um sério défice democrático²⁸; assim, no lugar da sociedade civil, existem as chamadas organizações democráticas de massas, ou “comités de especialidade”, incluindo “células” para “orientação” e controlo, não só em instituições estatais, mas também em segmentos sociais e comunidades, visando supervisionar as atividades de cada grupo profissional existente na sociedade (Amundsen, 2011; Oliveira, 2015). Todas as organizações não públicas são objeto de controlo permanente e as suas atividades são sancionadas e circunscritas de inúmeras formas (Oliveira, 2015).

²⁷ Pestana (2003) diz que o poder autoritário se desenvolveu e se instalou no quadro da guerra civil. Tratando-se de um país em guerra, toda a tentativa de autonomização da sociedade civil foi esmagada pela guerra, porque a ação de contestação da sociedade é ainda mais difícil e arriscada.

²⁸ Embora o marxismo-leninismo tenha sido oficialmente abandonado pelo MPLA como ideologia do partido, no seu III Congresso em 1990, prevalecem ainda práticas autoritárias na estrutura do partido e nas mentes e espíritos tanto dos quadros do partido como do público em geral (Amundsen & Abreu, 2007). O MPLA está interessado em garantir que os intelectuais e os artistas tenham um papel conformista e se posicionem do lado correto da história (Oliveira, 2015). A respeito disso, o ativista político Domingos da Cruz, na entrevista que concedeu ao Semanário Digital, Camunda News de 25 de fevereiro de 2023, afirmou algo interessante: “Não existe uma imprensa livre e não existe uma sociedade civil vibrante e as minorias não são tidas nem achadas. Tudo isso expressa, claramente, a ausência de uma democracia”.

Ao penetrar em todos os níveis da sociedade, o governo instrumentaliza as atividades cívicas para alcançar os seus objetivos, enquanto exhibe uma atitude aberta, relativamente à «democratização» (Schubert, 2013). A filiação partidária ainda é condição prévia para se obter e manter a maioria dos cargos públicos de autoridade, portanto, o partido continua a permear grande parte da vida política do país (Amundsen, 2011; Amundsen & Abreu, 2007). Por isso, Schubert (2013) denuncia que muitos representantes da sociedade civil angolana se queixam da partidarização do Estado que tem afetado as suas atividades diárias.

Muitos dos entrevistados, consideram que as organizações da sociedade civil são, muitas vezes, monitoradas, instrumentalizadas ou manipuladas pelos infiltrados do regime. Daí que muitos atores da sociedade civil são cuidadosos nas suas atividades. E é em função mesmo desta infiltração e cooptação, a validade da afirmação de Da Cruz (2016) segundo o qual, as autoridades criaram a sua própria “sociedade civil” que disputa o espaço com a autêntica sociedade civil. Portanto, para este autor, faz sentido dizer que, paralelamente às Organizações da Sociedade Civil, existem organizações da Sociedade Civil Governamental. Esta sociedade civil governamental é a que aparece organizada para fazer a manutenção do regime, e dar a entender ao mundo que há liberdade de expressão. E como revelou o deputado Sampaio Mucanda, numa entrevista, esta sociedade civil governamental é a que tem lugar nos meios de informação públicos, como, por exemplo, a TPA, Rádio nacional de Angola, Angop e o Jornal de Angola, quando a verdadeira sociedade civil é silenciada, oprimida, cooptada ou perseguida.

Além dos fatores descritos, que inibem as organizações da sociedade civil em Angola, existe também uma política governamental deliberada de restringir o espaço de manobra e o possível impacto político das organizações da sociedade civil: o estabelecimento de um sistema político fortemente presidencialista e um sistema de clientelismo de favores e apadrinhamento (Amundsen & Abreu, 2007). Assim, a fragilidade da sociedade civil tornou o Estado refém do MPLA, através da partidarização de todos os seus órgãos e setores da sociedade, onde a militância ativa, nos locais de trabalho, passou a ser obrigatória para os seus membros, especialmente, para aqueles que exercem cargos de chefia e de direção, a todos os níveis (Amundsen, 2011; Ndapassoa, 2018; Oliveira, 2015; Schubert, 2013).

Hoje, os atores da sociedade civil angolana esforçam-se por construir uma identidade, sem os rótulos ligados ao partido, e uma legitimidade, onde seja visível uma certa independência em relação aos partidos políticos, e uma participação na gestão da coisa pública sem objetivos de alcançar o poder político (Amundsen & Abreu, 2007; Ndapassoa, 2018; Oliveira, 2015; Pestana, 2003).

A maior parte dos jovens que entrevistamos concorda que, ultimamente, as liberdades políticas e civis dos cidadãos têm estado sob tremendo ataque do partido que se confunde com o Estado, e se tem verificado um certo abuso de autoridade e prisões arbitrárias aos ativistas, o que explica a relação entre o Estado e a sociedade civil ser bastante tensa, uma vez que algumas organizações ativistas juvenis e muitas vozes respeitadas da sociedade civil, que se opõem publicamente ao partido no poder, serem consideradas uma ameaça, e muitas vezes rotuladas como “revús” (palavra pejorativa para se referir aos jovens que são mentores das manifestações de protesto ou cidadãos que criticam o governo), arruaceiros, lumpenes, malandros, inimigos da paz, frustrados.

Assim, o engajamento dos jovens na política ativa dentro dos partidos políticos está intrinsecamente ligado a redes de clientelismo, através das quais o partido dominante estende benefícios e privilégios exclusivamente aos seus membros (Honwana, 2014, 2020; Honwana, 2012; Oliveira, 2015; Sanches, 2022). Há uma ampla condição de precariedade ao qual os jovens estão submetidos, com vários *déficits* gerados pela ausência de políticas capazes de dar oportunidades para construção da autonomia durante a experiência juvenil, entendida aqui como construção social e como etapa de transição da vida (Honwana, 2020).

A atual paisagem política e económica em Angola é causadora da instabilidade política que tem motivado os protestos em todos os lados do continente, tal como analisou Honwana (2012) que as oportunidades educacionais e de emprego disponíveis atualmente em África são insuficientes para permitirem que os jovens realizem as suas aspirações básicas, particularmente num ambiente económico marcado pela rapidez tecnológica, inovação e globalização, bem como políticas de ajustamento estrutural que não conseguem estimular o crescimento económico e o emprego, onde a oferta de trabalho é praticamente nula. De acordo com a análise de Honwana, a instabilidade política e económica é que tem aumentado a pobreza e os protestos.

Para Honwana (2020), a instabilidade política e económica tem impulsionado o engajamento político da juventude devido às dificuldades socioeconómicas que afetam a grande maioria dos jovens e as suas lutas diárias para “desenrascar a vida” em condições de desigualdades, injustiças e políticas falhadas. Esta realidade produziu formas específicas de engajamento e de ativismo cívico, social e político. E foi isto que revelou Eugénio Almeida: “existem manifestações de protesto porque aquilo que os jovens almejam e ambicionam lhes é adiado, pois, o governo não tem conseguido ir ao encontro das ambições da população em geral. Quando temos grande parte da juventude formada no desemprego é, realmente, porque as políticas públicas são insuficientes, e não estão a ir ao encontro das vontades que os jovens

apresentam. Em Luanda há um número considerável de jovens no desemprego, o que pode explicar a perda do MPLA em Luanda, nas eleições de 2022”.

Sampaio Mucanda defende que “os jovens protestam contra políticas falhadas. De modo prático, o governo tem falhado bastante. O barril de petróleo pode subir, mas isto não se reflete no Orçamento Geral do Estado nem na resolução dos problemas básicos que os ativistas reivindicam, talvez por insensibilidade ou por falta de vontade política”.

O Estado angolano é económica e politicamente vulnerável, por isso, transpõe características de um Estado falhado por causa das más políticas públicas e má governação (Collier, 2007; Sanches, 2022; Sogge, 2006, 2009). A vulnerabilidade social nasceu da corrupção endémica, do nepotismo e do desemprego juvenil (Sanches, 2022), por isso, a injustiça económica – subida do custo de vida em relação aos salários, desigualdades económicas que mantêm a miséria – tem impulsionado as manifestações de protesto.

Os baixos níveis de investimentos públicos em reassentamentos para os despejados, em saneamento básico e políticas de emprego e assistência social para socorrer a fome, o desemprego e a falta de habitações dignas em contraste com a elitização dos espaços em Luanda, somados à violação de direitos humanos e a repressão dos protestos têm sido os estopins da revolta social em Angola²⁹. O descontentamento, embora ainda ténue, mas já significativo, de algumas organizações ativistas juvenis, um pouco na pista da chamada Primavera Árabe, têm-se manifestado contra o *status quo* político, com a particularidade de aliarem a essas manifestações a arte, isto é, fazem-no através dela (Venâncio, 2012).

As manifestações de protesto de rua contra o governo foram sempre coibidas em Angola, invisibilizadas nos média ou fortemente reprimidas. Desde 1975, o país é governado pelo mesmo partido MPLA, e desde 1979 até muito recentemente, 2017, o país teve o mesmo Presidente da República: José Eduardo dos Santos (Marcon, 2019). Assim, a primeira onda de protestos de rua, que exigia a saída do então Presidente da República Eduardo dos Santos, foi a 7 de março de 2011, onde os ativistas foram agredidos, presos e alguns mortos.

Eduardo dos Santos não tolerou a dissidência, por isso, os que ousaram protestar enfrentaram uma resposta repressiva do regime (Pestana, 2003). Nestas manifestações, os manifestantes exigiam melhores condições de vida, emprego e transparência na governação; além disso, os manifestantes exortaram Eduardo dos Santos a demitir-se porque pensavam que *32 anos no poder era demasiado* (Sanches, 2022).

²⁹ O rap e o ativismo pelos direitos humanos em Angola - parte 1. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/palcos/o-rap-e-o-ativismo-pelos-direitos-humanos-em-angola-parte-1>. Consultado dia 20 de fevereiro de 2023.

Para Marcon (2019), o surgimento da série de protestos iniciados em Angola a partir de 2011 esteve relacionado ao empobrecimento sistemático da maioria da população angolana, em contrapartida ao enriquecimento ilícito de uma classe de políticos e suas famílias. A crise da economia mundial atingiu o país – com a queda do valor mundial de seu principal produto, o petróleo – e os mais de 30 anos de autoritarismo de um único presidente no poder tornaram-se fortes elementos para questionar a ausência de democracia de facto e a falta de respeito pelas liberdades civis, principalmente, a liberdade de expressão.

O crescimento das manifestações aumentou a perseguição aos ativistas, isto se entende a partir da afirmação de Sampaio Mucanda: “o regime não ausculta a população e encara os ativistas como inimigos ou membros dos partidos na oposição, quando na verdade, os ativistas lutam pela melhoria da condição de vida da população e não para o alcance do poder político”.

A partir de 2011, muitos jovens começaram a promover reuniões e debates para a criação de métodos que pudessem ajudar a realização de uma revolução pacífica em Angola. Apesar de o pacifismo ser considerado fundamental entre os ativistas, 15 deles foram presos em junho de 2015. E nos dias subsequentes acresceram à lista duas jovens, surgindo assim o processo que ficou conhecido como 15+2. Durante pouco mais de um ano, em que os ativistas ficaram presos, os problemas políticos em Angola ficaram bastante expostos internacionalmente (Mendonça Júnior, 2018). Neste sentido, Marcon (2019) considera que a tentativa de o governo parar as manifestações com prisão e violência, teve o efeito inverso de difundir ainda mais as motivações e as ações do grupo.

Para Mendonça Júnior (2018) o maior ganho disso foi que o Presidente da República e do MPLA, José Eduardo dos Santos, finalmente, encerrou o seu mandato em agosto de 2017. Os motivos foram o quadro de saúde instável e as pressões políticas internas e externas. Todavia, mesmo com a saída de José Eduardo dos Santos do governo e as promessas de mudanças no sistema político, de renovação dos quadros, de investigação da corrupção e ampliação da democracia por parte do novo presidente, João Lourenço, o MPLA permanece no poder e as promessas de mudanças estruturais não foram colocadas em prática, por isso, as manifestações não pararam (Marcon, 2019).

À medida que os protestos aumentavam, a resposta do governo, na presidência de João Lourenço, tornou-se mais repressiva. De facto, os dados desagregados revelam um número crescente de protestos com intervenção e força excessiva por parte das autoridades, especialmente em 2020 e 2021, o número de protestos também aumentou durante este período (Sanches, 2022). Essas manifestações tiveram bloqueio mediático imposto pela comunicação social oficial e o receio excessivo revelado pela maioria dos partidos na oposição em apoiá-las.

No entanto, a reação exagerada por parte do governo, agredindo e prendendo os manifestantes, conferiu-lhes uma notoriedade que, de outro modo, nunca teriam (Oliveira, 2015).

No dia 11 de novembro de 2020, quando o país comemorava 45 anos de independência, os jovens tomaram as ruas de Luanda (capital de Angola), e manifestaram-se contra as más políticas públicas e as péssimas condições de vida, exigiram empregos, institucionalização das autarquias para 2021 e o fim do regime do MPLA, que governa o país desde a independência. Antes desta manifestação de protesto, milhares de policiais, fortemente armados, foram enviados às ruas de Luanda. A repressão da manifestação foi imediata: a polícia usou balas de borracha, em alguns casos usou balas reais, e gás lacrimogéneo para dispersar os manifestantes (João, 2020). A brutalidade da polícia resultou na morte de Inocêncio de Matos³⁰ e em graves lesões de muitos manifestantes.

De acordo com o Relatório da *Amnesty International Report 2002/23*³¹, referente a Angola, afirma que a repressão de reunião pacífica e protesto dos jovens aumentaram no período que antecedeu as eleições que ocorreram a 24 de agosto de 2022. Em meio ao descontentamento geral, devido ao elevado custo de vida e à crescente impopularidade do governo, os jovens eram os mais insatisfeitos, irritados com o crescente desemprego e o fracasso do governo em criar os 500 mil empregos que João Lourenço prometeu durante a campanha eleitoral de 2017³².

³⁰ Inocêncio de Matos, estudante de engenharia de 23 anos, tornou-se símbolo da revolução e da coragem. Nos dias a seguir à sua morte, muitas vigílias foram realizadas em sinal de protesto contra um governo que usa o medo como aliado. A resposta violenta das autoridades assinalou a natureza autoritária do regime e a inversão das promessas iniciais do presidente João Lourenço de abraçar um Estado mais democrático. Os notórios excessos do regime autoritário angolano condicionaram a exacerbação da insatisfação popular. A repressão política e a falta de liberdades civis foram um importante fator que provocou o descontentamento popular. Este trágico acontecimento realçou o mal-estar do regime, ao lidar com a agitação cívica no meio da crescente crise interna. Segundo Sanches (2022), estes episódios de uso excessivo da força por parte das autoridades angolanas deram à presidência de João Lourenço um tom mais repressivo.

³¹ ANGOLA 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/location/africa/southern-africa/angola/report-angola/>. Consultado dia 31 de janeiro de 2023.

³² Quando ficou claro que João Lourenço não cumpriria as suas promessas eleitorais, as expectativas frustradas levaram a mais protestos não só contra as queixas socioeconómicas, mas também a impulsionar a mudança política (Sanches, 2022). O relatório da *Freedom house* (2023) relativamente a Angola, relata que a 15 de setembro, quando o Presidente João Lourenço foi empossado, a polícia deteve o ativista cívico Osvaldo Caholo durante sete horas, antes de o libertar sem acusação. Três dias antes, tinha dado uma entrevista à *Deutsche Welle* onde dizia que “nos próximos cinco anos, o MPLA transformaria Angola num Estado terrorista contra o seu próprio povo”. No mesmo mês, 12 ativistas cívicos foram detidos nas instalações do SIC em Luanda, acusados de publicarem vídeos nas redes sociais para “semear insegurança, ódio e pânico”. Eles foram libertados sem acusação depois de quatro dias, a 28 de setembro.

Os jovens têm-se manifestado com frequência como forma de forçarem o governo a reverter a situação política insalubre. As entrevistas concedidas pelos jovens com os quais trabalhamos, muitos afirmaram que não se limitariam a esperar que as suas vidas mudem. Para operar a mudança estão dispostos a recorrer às manifestações de protesto, porque segundo eles, acordam todos os dias com o objetivo de melhorar as suas próprias vidas, apesar das circunstâncias deprimentes criadas pelo governo. De facto, as elites políticas não cumpriram as promessas de inclusão social e política feito em dois momentos fundamentais de transição: do domínio colonial à independência e das ditaduras de partido único ou militares ao multipartidarismo (Sanches, 2022). Por isso, a promessa dos direitos humanos não foi cumprida, e o dinheiro tornou-se mais importante do que o próprio angolano. E isto se pode verificar nas palavras de desilusão de um jovem: “o sistema parece que se reúne para pensar em como nos vão fazer sofrer”.

Contudo, essa geração mais nova de angolanos recusa-se a ser intimidada; para essa geração mais nova, o argumento da guerra, para se instalar um regime autocrático, não tem dado certo, pois, os jovens, para os quais a guerra é apenas uma memória longínqua, têm-se feito ouvir cada vez mais (Oliveira, 2015; Pestana, 2003). Esta geração é muito diferente da geração que a precedeu, por isso, pouco talhada a suportar poderes vitalícios, políticos ou partidos salvadores da pátria que usam a história como o elemento para a conquista e/ou manutenção do poder, vão se manifestando contra o regime (Moniz, 2022).

Auerbach (2021) acredita que muitos no governo sentem que se as pessoas em Angola começarem verdadeiramente a pensar, eles não terão opção, haverá sublevação contra a corrupção e a incompetência do Estado. E como defende Imbamba (2010), o Estado, estabelecido no contexto do socialismo, supostamente oferecia educação gratuita, assistência em saúde, proteção policial, mas, na verdade, conseguia fazer muito pouco.

A maioria dos entrevistados afirma que os manifestantes expressam várias queixas no mesmo evento de protesto, que pode ser resumido como questões relacionadas com a governação. Em geral, os manifestantes acreditam que a sua resistência implacável tem ajudado a formar uma consciência coletiva, o que simboliza um “gosto crescente pelo protesto”, que fez do protesto um canal privilegiado de reivindicação para os ativistas angolanos neste novo ambiente político (Sanches, 2022). Apesar destas manifestações de protesto, percebe-se que depois de anos de incompetência e corrupção generalizada, o regime não é capaz de se alterar radicalmente, exatamente, por não ter um projeto inclusivo de desenvolvimento nacional (Oliveira, 2015).

2.2. Organizações Ativistas Juvenis

A intervenção dos jovens nos problemas sociais e o engajamento dos mesmos na sociedade ocorre no seio de movimentos, associações e organizações que procuram formas alternativas do uso da liberdade de expressão e da participação política. Em Angola o partido no poder, MPLA, tornou-se dono de tudo (Auerbach 2021), e os jovens perceberam que só se pode vencer na vida pertencendo ao movimento juvenil deste Partido, JMPLA. Quem critica as políticas do governo é perseguido, ameaçado e alvo de represálias.

Entre os anos 2015 e 2017, o ativismo juvenil ganhou maior visibilidade com o caso que se tornou internacionalmente noticiado e conhecido como 15+2. No dia 20 de junho de 2015, um grupo de jovens foi detido quando se reuniu para discutir o livro de Domingos de Castro: “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura - Filosofia de Libertação de Angola”, inspirado em outra obra “Da ditadura à Democracia”, de Gene Sharp (Marcon, 2019). Na ocasião em que discutiam o livro, as instalações foram invadidas pela polícia e o grupo foi preventivamente acusado de conspirar um golpe de estado. O caso ficou conhecido por 15+2 em alusão ao envolvimento inicial de quinze jovens do sexo masculino e posteriormente o acréscimo à prisão de duas jovens do sexo feminino³³. Durante um ano de processo judicial, cheio de percalços, concluído em julho de 2016, o caso ganhou repercussão nacional e internacional por meio das redes sociais, mídias digitais e protestos de rua em apoio aos ativistas (Marcon, 2019).

A ausência de uma separação clara entre o Estado e o partido no poder influenciou e moldou as organizações ativistas juvenis, pois, existem muitos jovens que não se interessam em ser militantes de partidos políticos (Honwana, 2020). De acordo Honwana, muitos jovens são céticos quanto à vontade e capacidade dos partidos políticos em responder aos seus anseios, por isso, muitos jovens veem os partidos políticos como organizações hierárquicas bastante centralizadas, sem abertura para visões críticas. Por essas razões, alguns jovens ativistas criaram associações e organizações como forma alternativa de participação na política do país.

³³ São eles e elas: Domingos José da Cruz, Henrique Luaty da Silva Beirão, Nuno Álvaro Dala, Manuel Chivonde Baptista, Afonso Mayenda João Matias, Benedito Jeremias Dali, Inocêncio António de Brito, Sedrick Domingos de Carvalho, Albano Evaristo Bingo Bingo, Arante Kivulu Italiano Lopes, Hitler Jessy Tshikonde, Fernando António Tomás, Nelson Dibango Mendes dos Santos, Osvaldo Sérgio Correia Caholo, José Gomes Hata, Laurinda Manuel Gouveia e Rosa Kusso Conde. Para mais informações, ver reportagem “É Proibido Falar em Angola”, no endereço eletrônico da Agência Pública <http://apublica.org/2015/10/proibido-falar-em-angola/> por Elisa Capai e Natalia Viana. Último acesso em 12/09/2023. O Jornal Maka Angola publicou também uma pequena bibliografia dos ativistas, em <https://www.makaangola.org/2015/07/jose-eduardo-dos-santos-tem-medo-de-livros-e-de-miudos/> consultado em 12/09/2023.

Segundo Honwana (2020), os jovens em *waithood* estão conscientes da sua marginalização e compreendem que ninguém lutará pelos seus interesses senão eles próprios. Por isso, estão a desenvolver uma consciência crítica e a unir-se para encontrar soluções para os seus inúmeros problemas, o que explica a existência de muitas organizações ativistas lideradas por jovens em vários domínios de atividade, e procuram despertar a consciência cidadã da população para a participação responsável em processos de governação, e não cingir esta participação no simples voto durante as eleições. Muitas organizações juvenis foram criadas para formação cívica dos jovens, opondo-se claramente à estratégia do governo que pretende alinhar a juventude na órbita da sua ideologia partidária. Têm sido os jovens inseridos em organizações ativistas, com ações impactantes contra o *status quo* do país os principais promotores das ações de reivindicação por mudanças políticas de um modo geral.

Muitos jovens veem o MPLA como a causa do sofrimento do povo procurando afastar-se das ideologias deste partido, e estruturar a vida, criando espaços novos de intervenção. Um desses espaços têm sido as organizações juvenis, mesmo quando o governo procura bloquear a reforma exigida por estas organizações ativistas, tal como explica Abel Tshitunda: “a importância dessa participação juvenil reside no facto de o jovem aliar-se a outros jovens que pensam o país”³⁴. A perceção de muitos jovens é de que a política partidária não lhes oferecer espaço para participação, o que motivou a criação de movimentos e associações que se comprometem em ajudar a sociedade a ganhar uma cultura de responsabilidade social, empenhada na defesa do bem coletivo e limitar o poder autocrático do regime, que se tornou hoje um obstáculo ao desenvolvimento de Angola.

Das muitas associações que vão surgindo, localmente, existem algumas que merecem ser aqui destacadas:

Associações laicas	Atividades	Localização
Movimento Revolucionário Angolano (MRA)	Composto por jovens que se autodenominam “revús”: tem organizado vários protestos e manifestações por direitos humanos e justiça social. Tem uma agenda própria,	Este movimento começou em Luanda e alastrou-se rapidamente a várias cidades angolanas.

³⁴ Entrevista concedida no dia 23 de março de 2023.

	uma organização horizontal e libertária, uma direção e ações coletivas que visam inicialmente conscientizar o povo da necessidade de mudanças profundas na sociedade angolana ³⁵	
--	---	--

Projeto Ekolelo	Prima pela cidadania, cujo escopo essencial assenta na capacitação e apoio ao ativismo para propor soluções de civismo juvenil e cultura democrática	Benguela
Associação Esengo	Filantropia, defensores dos direitos humanos e educacionais	Lubango – Huíla
Movimento Hip Hop Terceira Divisão	Prima pela cidadania	Luanda
Associação Onjango Yocili	Educadores e profissionais, proteção do ambiente, culturais e recreativos	Caluquembe – Huíla
ACCRES: Associação de Combate à Criminalidade e Reintegração Social	É uma organização não governamental, cujo nome diz a causa da sua existência	Luanda

³⁵ O Movimento Revolucionário, além de organizar atividades realizadas diretamente nas ruas, como as manifestações e a distribuição gratuita de um DVD intitulado “A Geração da Mudança”, com diversas matérias de utilidade pública sobre o governo e a história e posições políticas do Movimento, também está fortemente apoiado nas redes sociais *facebook* e *twitter* e possui o *blog* “Central Angola 7311”, sendo este número uma referência à data de 07/03/2011, ocasião da primeira manifestação pacífica organizada pelos jovens que viriam a constituir o MRA e que foi impedida pela repressão policial (Disponível em: <https://www.buala.org/pt/palcos/o-rap-e-o-ativismo-pelos-direitos-humanos-em-angola-parte-1>. Consultado dia 20 de fevereiro de 2023.

Movimentos cívicos que integram organizações ativistas		
Movimento cívico MUDEI: é integrado pelas organizações Mosaiko, Handeka, Ambuila, Friends of Angola, Jango Cultural, Rede de Ativistas de Benguela e o portal Club-K. O movimento tem ainda como parceiros: o Laboratório de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Católica de Angola; Mbakita (Cuando Cubango); a Associação Ame Naame Omuu (ANO) (Cunene); Mentos Brilhantes (Bié); Soka Yola (Huila); e outras associações em fase de legalização espalhadas pelo país, como Mudar Viana (Luanda), Semente Solidária (Moxico), Yetu Mu Yetu (Zaire), Nhunga Kuluftwe (Lunda Norte) e o portal ISTO É NOTÍCIA!		
Movimento Jovens pelas Autarquias: organização que se bate pela institucionalização das autarquias locais em Angola e que tem levado a cabo ações de protesto para apelar a implementação das autarquias. Este movimento tem procurado pressionar as autoridades sobre a importância das autarquias locais para o desenvolvimento dos municípios. Por isso, visa resgatar a cidadania e estimular os cidadãos na vida pública. Eis as organizações ativistas que fazem parte do Movimento: Laulenu (Moxico), Mizangala Tuyenu Kuzole (Bengo), Plataforma Cazenga em Ação-PLACA (Cazenga – Luanda), Projeto Agir (Cacuaco – Luanda), Plataforma De intervenção do Kilamba Kiayi (Kilamba Kiayi – Luanda), Núcleo de Boas Ações do Município de Belas (Belas – Luanda), Projeto Mudar Viana (Viana – Luanda), Projeto Okulinga (Matala – Huila), Movimento Revolucionário de Benguela, Yetu Mu Yetu (Zaire) e Forças Ativas do Malueka-FAMA (Malueka – Luanda).		
Associações literárias	Atividades	Localização
Existem associações e movimentos juvenis cujas expressões e representações culturais são em forma de poesia, música, comédia, teatro, e são importantes veículos de intervenção e crítica social: Lev'Arte e Brigada Jovem de Literatura.	Lev'Arte: movimento cultural de âmbito nacional e sem fins lucrativos. Brigada Jovem de Literatura: conjunto de jovens escritores, designados por “novíssima geração”.	Estes dois movimentos encontram-se em quase todas as províncias do país.

OPELAO	promove fóruns académicos e culturais.	Cunene
Associações religiosas	Atividades	Localização
Escutismo	Os jovens também estão envolvidos em associações de carácter religioso, escutismo, fundamentalmente, por abarcar jovens de vários credos religiosos. Os escuteiros alegam ser o maior movimento fora da estrutura partidária dominante mantida pelo MPLA. Embora seja muito menor que a ala jovem do MPLA.	Os escuteiros são visíveis em quase todas as cidades angolanas e na maioria dos grandes eventos. Diferente de muitos outros países, Angola não permite a existência de escuteiros seculares (Auerbach, 2021).

A tendência do ativismo dos movimentos juvenis gravita em torno da política (cidadania), literatura e religião. Em todo o país, os jovens usam as suas experiências de vida quotidiana para exporem, de forma criativa e crítica, as contrariedades de uma sociedade rica e pobre, tal como denuncia o título do livro *A miséria de um povo rico*. Os jovens propõem soluções para minimizar os problemas horripilantes que tem revoltado o povo. E como refere Eugénio Almeida: “a participação política dos jovens tem sido bastante forte e mais interventiva, e se sentem mais livres desde o processo dos 15+2”³⁶. Oito anos depois do processo dos 15+2 muitos acreditam que em termos de direitos humanos, a situação piorou. Com a saída de José Eduardo dos Santos se pensava que as coisas mudariam, mas o que se vê é o índice cada vez mais elevado das detenções arbitrárias, os ativistas são espancados apenas por exprimirem as suas ideias e participarem nas manifestações.

Para Sampaio Mucanda³⁷, depois do processo dos 15+2 houve mais união e engajamento da parte da juventude pelas questões sociais, motivados pela esperança de salvar Angola. Os

³⁶ Entrevista feita no dia 14 de abril de 2023 sobre a participação política da juventude em Angola.

³⁷ Entrevista feita no dia 21 de junho de 2023 sobre o engajamento da juventude em Angola.

15+2 abriram caminho para uma transformação social que tirou a juventude da abulia política e letargia social, portanto, a ação protagonizada pelos 15+2 influenciou muita gente.

Desde o processo dos 15+2, os jovens ganharam o gosto pelas questões sociais e usaram, como meio para enfrentar a ditadura do governo, a arte subversiva, sobretudo a música e a poesia. A utilização da música e da poesia têm sido uma forma de contestação do *status quo* do país (Sanches, 2022). Não obstante o rap, pela sua própria natureza, ter ganho importante destaque nessa contestação, outras formas artísticas, a nível da música kuduro, da poesia, ganharam também o seu espaço de intervenção (Venâncio, 2012)³⁸.

As associações e movimentos ativistas juvenis uniram jovens que vivem em situações precárias e exigem mudanças. Existem ainda grupos espontâneos que se notabilizam com a ajuda das plataformas sociais digitais, Net ativismo, que constituem a arena de mobilização e de ativismo juvenil por excelência, como é o caso, por exemplo, da CENTRAL ANGOLA 7311, do *MakaAngola*, do *Club-K* e alguns websites interativos.

O mundo digital é dominado pelos jovens e proporciona-lhes a autonomia e o anonimato que lhes permite a apropriação destes espaços, sem a interferência direta do MPLA e das gerações mais velha e conservadora. É o que pensa Abel Tchitunda quando diz que *o ativismo nas redes sociais é o mais participativo e livre, em relação ao ativismo de contacto físico. Ele é mais célere, e veicula informações em tempo real*. É desta opinião Luvizotto (2016) que compreende a importância fundamental da internet como ferramenta para disseminação de conteúdos informacionais de carácter político e social, bem como suporte para organizar ações coletivas.

Tem havido vários casos de intimidação, prisão de ativistas e manifestantes, assassinato de indivíduos cujas opiniões divergem ou entram em conflito com o discurso oficial³⁹. Além de assassinatos e represálias, a cooptação de líderes da sociedade civil tem sido outra estratégia de ataque às organizações ativistas juvenis. Alguns ativistas reportaram terem sido convidados

³⁸ A maior ferramenta de contestação ao regime do MPLA, na primeira década dos anos 2000, foi o rap. Segundo Lázaro & Silva (2016) o rap de intervenção tem sido capaz, de forma muito mais ostensiva do que outros estilos musicais, de sinalizar as contradições da sociedade angolana através das letras explícitas das músicas. Assim, são várias as manifestações artísticas desenvolvidas ou mobilizadas para o propósito político.

³⁹ Especialmente desde maio de 2012, a polícia angolana reprimiu violentamente a ação dos manifestantes que culminou no desaparecimento dos ativistas Alves Kamulungue e Isaías Cassule. No dia 23 de novembro, data do protesto por justiça a Cassule e Kamulungue, Luanda foi cenário de mais uma repressão violenta da polícia angolana que teve como principal consequência a morte do ativista e militante da CASA-CE, Manuel de Carvalho Ganga, executado com um tiro nas costas enquanto colava pacificamente cartazes da mobilização num sítio que, segundo argumentou a segurança presidencial, seria considerado “impróprio”. Ao invés de adverti-lo, a polícia o matou (*MakaAngola*, 26/11/13; <https://www.buala.org/pt/palcos/o-rap-e-o-ativismo-pelos-direitos-humanos-em-angola-parte-1>).

para se tornarem membros do partido MPLA, como foi o caso do Presidente do Projeto Okulinga que foi convidado a trabalhar na Administração Municipal. E hoje é Diretor Municipal dos Transportes Tráfego e Mobilidade. Como se pode inferir, mesmo neste universo, das organizações ativistas juvenis, o MPLA acaba sempre por conseguir subornar algumas vozes proeminentes.

2.3. Partidos Políticos e Ativismos Juvenis

O MPLA é o partido que desenha o quadro político e social angolano. Em si tudo converge: a sua influência e estratégia de cooptação, suborno e infiltração tem lhe dado uma posição confortável na sociedade angolana (Oliveira, 2015; Schubert, 2013; Sogge, 2009). A infiltração do MPLA não se verifica apenas nas organizações ativistas juvenis e nas organizações da sociedade civil, verifica-se também nos partidos na oposição: “O partido-estado está, pois, profundamente envolvido no funcionamento dos partidos da oposição. Não faltam queixas sobre a presença de agentes infiltrados dos serviços de informação no seio das forças da oposição. Não obstante serem verdadeiras, muitas vezes basta um simples rumor para intensificar a sensação de que o MPLA é uma presença ubíqua” (Oliveira, 2015:164).

Amundsen (2011) e Oliveira (2013) explicam que Angola partilha algumas tendências de orientação política com muitos outros países da África subsaariana, e duas podem ser destacadas: a primeira é a tendência de os partidos na oposição serem moderados, pragmáticos e clientelistas, onde fazem de tudo para ganharem alguma representação no Parlamento. Isto consiste em partidos orientados para o *status quo*, concentrados em “levar parte do bolo orçamental” aos seus círculos eleitorais através de negociações com a elite governante, em vez de desafiar as regras do jogo ou a elite governante, e consegue operar, negociar e obter votos com algum sucesso; a segunda tendência é para a “regionalização” e “política étnica”.

O terceiro maior partido de Angola, Partido de Renovação Social (PRS), ilustra a primeira tendência: o PRS está sediado no nordeste do país e nas províncias das Lundas, e tem tido bastante sucesso em negociar benefícios para o seu eleitorado. Não desafia o poder do MPLA e não promove quaisquer diferenças políticas de relevo. Em vez disso, procura um espaço dentro da órbita do partido no poder, de forma a “levar parte do bolo” para o seu eleitorado (Amundsen, 2011).

Apesar destas tendências, os jovens têm apoiado os partidos na oposição, para a realização da alternância e diminuição da hegemonia política e económica que faz o MPLA sentir-se confortável e dono de tudo e todos (Oliveira, 2015). Verificou-se este apoio à oposição

em 2012, quando a CASA-CE, em pouco tempo de existência, conseguiu o apoio da juventude angolana, e o mesmo sucedeu em 2022, ao apoiar a Frente Patriótica Unida⁴⁰.

O MPLA tomou consciência de a juventude não estar a seu favor e, realmente, antes das eleições de 2022, os jovens ameaçaram o Presidente da República, nas redes sociais, dizendo: “JLo, em 2022 vais gostar!”. Assim, o Presidente optou por acalmar as vozes críticas e sinalizar integração e diálogo, num encontro que manteve com a juventude, a 24 de novembro de 2020. O presidente viu-se confrontado com duas opções para salvar a sua imagem manchada: intensificar a repressão de manifestações pacíficas, recorrer a técnicas de cooptação ou apresentar sinais de abertura (Sanches, 2022).

No Novo Jornal de 19 de março de 2021, o Engenheiro Fernando Pacheco escreveu que *os diálogos com a juventude resultaram em nada, pois, não passaram de monólogos, dado que os interlocutores pensavam, ou expressavam, as mesmas ideias. Abandonaram a componente de concertação porque 'não funcionava', isto é, porque havia vozes incómodas que foram sendo eliminadas, portanto, o MPLA ou não quer verdadeiramente dialogar, usando mimetismos, ou seja, disfarces, para fazer crer o contraditório, ou não sabe dialogar. Num caso ou noutro, tem de mudar de práticas com a maior urgência.*

Apesar de existir o CNJ (Conselho Nacional da Juventude), o que se tem verificado é o controle das ideias e iniciativas dos jovens. É o que podemos entender a partir da explicação de Eugénio Almeida, segundo o qual *o CNJ foi criado pelo MPLA e tem cumprido a agenda do MPLA. E muitos jovens que lá estão são militantes do MPLA. E como se sabe, todos os militantes do MPLA têm de cumprir o que determina o bureau do partido. O CNJ devia ser reformulado para que haja uma mentalidade mais aberta. Para isto se realizar, terão de abdicar algumas das suas benesses. E como não estão dispostos a ceder estes benefícios, hoje parece haver um retrocesso.* Isto explica a saída da JURA (Juventude da UNITA) do CNJ.

Com a criação da Frente Patriótica Unida (FPU)⁴¹, liderada pela UNITA, muitos esperavam a derrota do MPLA, ou pelo menos o equilíbrio dos deputados no Parlamento. E

⁴⁰ A UNITA, o PRS e a CASA-CE, nas eleições de 2012, mostraram ser verdadeiros partidos políticos com uma base de apoio eleitoral que procuram expressar posições reconhecidamente diferentes das defendidas pelo MPLA. Os três partidos incomodaram a supremacia do MPLA. Por causa da sua influência e estratégia de cooptação e neutralização da sociedade civil e dos partidos da oposição, a CASA-CE, que tinha conseguido um lugar notável que rivalizava com a UNITA, foi perdendo hegemonia até nas eleições de 2022 perder assentos no Parlamento. E isto se deveu aos problemas ligados ao seu cultor ideológico, Abel Chivukuvuku, que saiu coercivamente desta Coligação Eleitoral; nas últimas eleições, de 2022, ficou notável que Abel era a pedra angular da Coligação, pelo que a sua saída asfixiou a Coligação até perder eleitores e assentos parlamentares.

⁴¹ A Frente Patriótica Unida – formada pelo Bloco Democrático, o projeto político PRA-JA Servir Angola e a UNITA – apresentou-se como uma plataforma político-eleitoral “ad hoc” que congregou

como se verificou nas redes sociais, muitas atas sínteses foram falsificadas, e houve denúncias⁴². Em Lisboa, por exemplo, a Polícia teve de intervir pelo facto de os eleitores angolanos não quererem sair do lugar do voto sem a afixação das atas sínteses.

Os jovens esperavam que os partidos na oposição, principalmente a UNITA, passassem das queixas costumeiras, relativamente à fraude eleitoral, e agisse, o que não aconteceu. Não admira a indignação de Domingos da Cruz, um dos ativistas integrantes do processo dos 15+2, na entrevista que concedeu ao Semanário digital da Camunda News de 25 de fevereiro de 2023: *os partidos na oposição são marionetes, são usados numa competição eleitoral para justificar a continuidade do regime autoritário. Nesse sentido, esse grupo que se chama oposição, é um instrumento fundamental para legitimar a continuidade da tirania*. Também pensa assim, Luiz Araújo, que escreveu no seu Facebook, no dia 23 de março, quando o país assinalava a efeméride do dia da libertação da África Austral: *a UNITA é de facto uma coprodutora da autocracia. Assumiu a postura inequívoca de parceira do MPLA pela cooperação com as instituições do regime na fabricação da fantasia da democracia. A UNITA está reduzida ao papel de uma oposição parlamentar domesticada*. Na verdade, a desonestidade, o suborno, a fraude e as disputas políticas entre partidos políticos reforçam o ceticismo dos jovens em relação às eleições e aos processos eleitorais (Honwana, 2020).

Pereira (2011) refere que há muitos jovens inseridos em organizações ativistas que estão insatisfeitos e desiludidos com o poder político, e por isso, já não acreditam mais na participação eleitoral como mecanismo de mudança, e procuram agir de outras formas para manifestar os seus interesses, posições e insatisfações. Para Pereira (2011), o facto de muitos jovens não acreditarem nas instituições do Estado – por julgarem que estas instituições reproduzem as desigualdades existentes –, fez com que os ativistas procurassem manifestar-se a partir de ações diretas, tais como, por exemplo, manifestações de rua, passeatas, invasões de sites oficiais, desobediência civil e outras tantas formas de manifestação, para tornarem públicas as suas posições e, assim, influenciarem a esfera pública.

todos os cidadãos nacionais coletivos ou individuais, dentro ou fora de Angola, para a realização da alternância democrática do poder político.

(Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/formalizada-frente-patriotica-unida/>).

⁴² O RELATÓRIO DA AMNISTIA INTERNACIONAL 2022/23 informa que embora não tenham sido relatadas violações dos direitos humanos nas assembleias de voto no dia das eleições, registaram-se numerosas repressões por parte das forças de segurança contra o direito à reunião pacífica, ao protesto e à liberdade de expressão no período pré e pós-eleitoral. Os agentes de segurança gozavam de impunidade por esses crimes. Enquanto as alegações de irregularidades eleitorais lançavam uma sombra sobre a legitimidade da vitória do MPLA, o Presidente João Lourenço foi empossado com uma demonstração de poderio militar nas ruas e céus de Luanda.

Maior parte dos jovens que entrevistamos dão a entender que nem todas as vozes críticas foram cooptadas ou silenciadas. Basta notar que desde 2011, Luanda tem sido palco de uma sucessão de manifestações de oposição ao regime, convocadas através das redes sociais. Sogge (2009) acredita que os ativistas do Facebook não constituíram uma grande preocupação para o MPLA, que estava mais apreensivo perante uma eventual adesão da população dos bairros degradados.

Contudo, o MPLA aprendeu da Primavera Árabe que a verdadeira ameaça não provém da oposição oficial, que ele tem sabido muito bem controlar e contornar, mas dos jovens quando se unem por uma causa comum, e o seu potencial para causar distúrbios (Freedom House, 2023; Oliveira, 2015; Sanches, 2022; Sogge, 2009). Por isso, o governo tem usado a Polícia Nacional para controlar e intimidar a população, e muitas vezes faz o uso da força para conter as manifestações de protesto popular. Muitos jovens denunciam que tem sido a polícia que mata as pessoas ou as faz desaparecer; a polícia e os órgãos de comunicação social são as duas armas do governo, que de agressor torna o governo vítima.

Sampaio Mucanda, falando da Polícia Nacional, diz: “a nossa polícia está a ser instrumentalizada, porque o regime entende que combater os ativistas é usar a polícia contra o povo”. Para Sampaio Mucanda, o regime tem usado a polícia para agredir a população, e se esquece que o sofrimento é transversal a todos, até também para os policiais que sentem o peso das políticas falhadas do governo. Por isso, afirma: “chegará um momento em que a polícia poderá despertar e não aceitará mais ser instrumentalizada para benefício da manutenção do regime”.

As atenções estão hoje voltadas aos excessos da polícia: a constatação destes excessos recai sobre a atuação policial, numa relação difícil com a juventude, que tem como primado a liberdade (Lázaro & Silva, 2016). Os jovens assumem o ideal libertário, na medida em que esse ideário é constantemente posto em causa pela atitude e atuação das autoridades policiais. A este respeito, Eugénio Almeida contrapõe o argumento do Ministro do Interior, Eugénio César Laborinho: *temos uma polícia que está formada para distribuir rebuçados*⁴³.

A opinião de vários jovens evidencia uma desilusão com a política e com a pseudodemocracia do MPLA, ou seja, o pequeno grupo que detém o poder e que compartilha privilégios especiais entre si. Os jovens acreditam que as elites políticas se preocupam,

⁴³ Eugénio Laborinho, numa das conferências de imprensa, em Luanda, após a primeira semana de estado de emergência, decretado em Angola para combater a Covid-19, o ministro avisou que a polícia angolana reagiria de forma adequada ao comportamento dos cidadãos, pois, “a polícia não está no terreno para servir rebuçados nem para dar chocolates”.

fundamentalmente, com os seus próprios interesses em detrimento das aspirações da juventude e da população em geral. E é isto mesmo que revelou Abel Tchitunda: “há uma infinidade de problemas que afetam os jovens, causando neles a morte dos seus sonhos, com maior realce para o desemprego, falta de habitação, falta de formação (formação especializada, sobretudo os jovens que sonham mais além), o acesso dificultado aos serviços médicos”⁴⁴.

O Padre Jonas Pacheco Simão, no prefácio do livro: *Angola um projeto falhado?*, lamenta: “As opções ideológicas estão na base do falimento da construção de Angola como nação. Mas, infelizmente, essa lição não foi absorvida porque se insiste na aplicação velada de manuscritos do partido socialista soviético, levados ao Alvor, Nakuru, Bicesse, Lusaka, etc. De facto, Angola começou mal, os alicerces estavam viciados, as alianças estabelecidas na hora da largada eram presentes envenenados. A independência nacional, proclamada em 11 de novembro de 1975, não significou para os angolanos a recuperação da dignidade, depois de 500 anos de exploração e humilhação”. E conclui a sua reflexão dizendo: “A negação do outro não permite um diálogo genuíno, cria anticorpos nos interlocutores. MPLA, FNLA, UNITA e, outros, não conseguiram, ao longo destes anos, estabelecer um diálogo sincero e patriótico, porque não houve aceitação mútua” (Zezano, 2021: 11-12).

A situação recente dos partidos políticos dá legitimidade às palavras de Isabel dos Santos, filha do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, na entrevista que concedeu à CNN Portugal no dia 29 de novembro de 2022, onde disse: “Angola é um país onde não se respeita a lei. Os tribunais dependem diretamente do Presidente da República. Daí a necessidade de novos paradigmas e novas forças políticas que tenham uma visão nova do país, porque hoje se precisa de estratégias viradas para economia a fim de se gerar empregos. E terminou dizendo: os tribunais não são independentes e a lei não se cumpre”.

É verdade que tanto a UNITA como o PRS se insurgem contra a corrupção do partido MPLA. Apesar de se mostrarem frequentemente intransigentes nas suas posições críticas, infelizmente estão interessados em ser incluídos no sistema (no plano material), algo que o MPLA não se importa de fazer, dentro de certos limites. Em suma, revelam-se muitas vezes ambíguos acerca dos seus projetos políticos alternativos e quanto ao grau de consenso com as premissas do partido dirigente em relação à economia política (Oliveira, 2015). Portanto, os movimentos de libertação – FNLA, MPLA e UNITA – cumpriram com o seu papel e objetivo de construção, hoje são convidados a refazerem-se e a mudarem o seu modo de fazer política.

⁴⁴ Entrevista concedida no dia 23 de março de 2023.

2.4. Instrumentalização da Imprensa

Os meios de comunicação social e o jornalismo independente, a liberdade de informação, o debate público de ideias, a intervenção da sociedade civil e o engajamento da juventude na esfera pública são elementos fundacionais tanto da opinião pública quanto da democracia (Amundsen & Abreu, 2007; Ayres & Babo, 2018; Honwana, 2020).

A comunicação social tem grande poder no despertar da consciência coletiva, por isso, é considerada como o quarto poder que fiscaliza os outros três poderes: executivo, legislativo e judicial (Collier, 2007). Todavia, o que acontece em Angola tem sido um controle total dos órgãos oficiais de informação, o que levou Luzia Moniz a caracterizar a imprensa angolana com palavras que fazem o título da sua obra: “Silenciocracia, jornabófias e outras mazelas”.

Se em democracia, os jornalistas fazem parte do quarto poder, tidos como um superpoder, o escrutinador da vida pública, em silenciocracia, os dirigentes dos órgãos com capitais do Estado, quando abrem a boca não é para defender a profissão e o seu exercício em liberdade e com dignidade, mas sim para reivindicar a partilha dos louros da vitória do partido silenciocrata (Moniz, 2022:120).

Os índices comparativos apurados por Repórteres Sem Fronteiras e pela *Freedom House* classificam a liberdade de imprensa em Angola como bastante restrita. Uma análise recente, feita por um veterano ativista nos campos de imprensa e direitos humanos, prevê sombrias perspectivas para o futuro da imprensa independente em Angola, que se tornará mais confinada, desprovida de profissionais e eclipsada pelos meios de comunicação pró-regime, públicos e privados, que fazem propaganda governista e oferecem programas frívolos de entretenimento (Sogge, 2009).

Esta previsão teve ressonância no argumento de Fernando Pacheco, no Novo Jornal de 19 de março de 2021: “a comunicação social angolana tem muito má qualidade por se reger pela propaganda e por impedir que jovens talentos que se vão revelando tenham protagonismo. Tem má qualidade porque não dá espaço à oposição nem a vozes independentes da sociedade civil. Com isso, não merece a confiança dos cidadãos e constitui uma séria ameaça à concórdia”. Sampaio Mucanda é da mesma opinião, por isso acredita que “a comunicação social foi transformada em caixa de ressonância das propagandas retrógradas das políticas do MPLA, por isso, muitos não seguem as informações da rádio estatal nem da televisão pública”.

Sobre esta discussão Ayres & Babo (2018) acreditam que em Angola não existem meios de comunicação tradicionais – imprensa escrita, rádio e televisão – livres, por isso, não estão criadas condições para um espaço público democrático. Moniz (2022) diz não haver Liberdade de Imprensa por causa da conivência da comunicação social que maquilha ou omite

informações de corrupção dos políticos, que devia ajudar a combater, denunciando-a. Por isso, há limites de liberdade de expressão da imprensa e dos cidadãos, o que fez emergir novas formas de comunicação: os média digitais.

Segundo a análise de Tsandzana (2018), as redes sociais e outras formas de comunicação virtual mostraram-se essenciais, por permitirem a troca de informação com as contrapartes e com uma população desinformada. Pereira (2011) defende que estes espaços eletrónicos são fundamentais para que os atores da sociedade civil possam interagir através da troca de informações e perceções sobre determinadas questões, pois, os movimentos sociais, compreendidos aqui como caixas de ressonância das esferas sociais, são capazes de trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas. De acordo com a argumentação de Pereira, as redes sociais oferecem o espaço para que as questões sociais sejam refletidas, articuladas e publicizadas, tornando assim possível a inclusão, através da produção e distribuição de informações daqueles que até então se encontravam “inexistentes”. Assim, para Luvizotto (2016), muitas ações de carácter político-social se fortaleceram e se potencializaram à medida que a internet deu suporte a elas, utilizando sua arquitetura em rede para disseminar informação, promover a discussão coletiva e apoiar o ativismo.

Segundo Sampaio Mucanda, “as redes sociais têm ajudado bastante na maturação da consciência cívica e são o único canal verdadeiro entre os cidadãos, porque nos meios formais passam uma sociedade civil organizada do MPLA, pois as intervenções da verdadeira sociedade civil não têm espaço nos meios de comunicação controlados pelo MPLA”. E pensa assim também Eugénio Almeida, segundo o qual “a imprensa transmite aquilo que o poder lhe interessa que seja transmitido, pois, não há liberdade de imprensa. A comunicação está estrangida”. Por causa dos meios alternativos de informação dos média digitais, Eugénio Almeida chama a atenção às fake news: “somos obrigados a peneirar bem, porque ficamos na dúvida entre o verdadeiro, o menos verdadeiro e a fake news, pois o manipulado torna-se mais perigoso porque parece verdadeiro. O mais perigoso, principalmente na política de intervenção, é a manipulação da imagem e da palavra”.

O surgimento dos média digitais na sociedade angolana, como plataforma independente e alternativa, relaciona-se com os obstáculos colocados pelo poder político à plena liberdade de expressão, quer ao nível da imprensa quer ao nível das manifestações públicas⁴⁵. Para Ayres &

⁴⁵ Para citar alguns exemplos que ilustram a repressão e a violência que caracterizam a intimidação exercida pelo Estado angolano contra jornalistas e contra cidadãos que protestam, refiram-se: a prisão sumária, em Junho de 2015, de quinze ativistas que se reuniram para ler o livro *From Dictatorship to Democracy*, do académico norte-americano Gene Sharp, que analisa formas de protestos não-violentas; a condenação do jornalista investigador Rafael Marques de Morais, em 2015, acusado de calúnia no seu

Babo (2018), os média digitais jogam um papel na formação de um contrapoder, pois, os média digitais têm favorecido e promovido a participação de grupos social e economicamente marginalizados, que discutem problemas sociais que lhes dizem respeito ou que os afetam de acordo com as suas próprias perspetivas.

Este uso dos média digitais é considerado um meio relevante para estimular a disseminação de opiniões e a reflexão por parte dos indivíduos utilizadores, assim como para a publicitação das ideias destes em meios alternativos ao *mainstream* da informação, erigindo espaços alternativos nos quais a forma de um ativismo em rede mais participativo pode manifestar-se, onde vozes marginalizadas ganham expressão e se tornam ouvidas, desenvolvendo-se, com o uso das tecnologias digitais por *net ativistas*, formas comunicativas que permitem novos processos de ativismo (Luvizotto, 2016; Ayres & Babo, 2018; Atton, 2002; Waltz, 2005).

Para Luvizotto (2016), essas ferramentas estão a redesenhar e a redefinir a criação e a disseminação do ativismo social online, o que tem criado interessantes e novas oportunidades de transmissão, mais personalizadas, sociais e flexíveis, com um carácter de compartilhamento de informações. Luvizotto acredita que por meio da internet pode-se ultrapassar a censura ideológica e as políticas editoriais dos meios de comunicação tradicionais, como a televisão, a rádio e a mídia impressa.

De facto, os sucessivos abusos contra os direitos humanos perpetrados pelo Estado angolano contra a população, especialmente jovens ativistas, e os escândalos de corrupção ligados a altas figuras do governo não têm espaço na imprensa nacional e não são publicamente denunciados, por isso, acabam por não ser objeto de notícia na imprensa internacional. Assim, os média digitais e a pluralidade dos públicos engendram condições de intervenção política e de democratização da comunicação e, como resultado, instauram novas dinâmicas e fluxos de circulação da informação, das opiniões e das vozes (Ayres & Babo, 2018). Para Luvizotto (2016), a internet possibilita a participação e interação entre os indivíduos, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas. Esta análise de Luvizotto conclui que o ambiente online modificou a maneira como sujeitos e grupos sociais manifestam as suas demandas políticas e sociais, pois neste contexto, surge o ativismo que ganha espaço privilegiado na internet e a atuação dos movimentos sociais passa a ser mais abrangente ocupando os espaços online (na internet) e offline (nas ruas).

livro *Diamantes de Sangue*, em que relata a violação dos direitos humanos e a corrupção na indústria mineira angolana.

2.5. Desenvolvimento económico centralizado na produção de petróleo

Angola é um dos países mais ricos de África, país com bastantes recursos naturais. Todavia, o Orçamento Geral do Estado (OGE) é feito com base dos dividendos da exploração de petróleo. Não se sabe para onde são canalizados os rendimentos obtidos com outros recursos como, por exemplo, o diamante, o ouro, o granito, a madeira, o ferro. A economia do país é essencialmente extrativa e totalmente dependente do petróleo, com um sistema governamental pouco transparente, que não sente necessidade de prestação de contas (Schubert, 2013). Como confirma (Sogge, 2009), o principal produto do país é cada vez mais produzido *offshore*, e quase tudo o que consome é importado. Financeiramente, está profundamente atrelado aos mercados financeiros ocidentais e, mais recentemente, também aos bancos chineses.

Sob o domínio português, a economia angolana era vinculada aos mercados globais principalmente por meio das exportações agrícolas. Esses produtos estimulavam o consumo, que por sua vez alimentava o investimento e a produção *onshore*. Tudo isso foi mudado pelo petróleo e pela guerra. Estes geraram políticas que destruíram a economia agrária e deslocaram a população às áreas urbanas, às quais se tornaram o centro de gravidade democrático (Sogge, 2009:13).

A análise de Rodrigues (2013), dá a entender que Angola possui imensuráveis riquezas naturais, porém, apesar da abundância de minérios e de terras de cultivo, a maior parte da população, tanto a residente em zonas urbanas ou a fixada em comunidades rurais, não beneficia dessa riqueza porque ela não se traduz ainda em desenvolvimento económico e humano, do Estado e da sociedade, mas tem sido usado para se criarem guetos económicos. O governo angolano sempre preferiu concentrar a sua economia no petróleo, quando na verdade, o país possui recursos naturais imensuráveis, e não apenas o petróleo⁴⁶.

Em Angola existem elites cujo modo de vida contrasta com a situação de miséria a que foi votada o povo, porque a economia continua a ser altamente controlada pelo governo, um governo que favorece e promove apenas membros do seu partido, sendo a empresa estatal Sonangol quase um Estado dentro do Estado⁴⁷ (Amundsen & Abreu, 2007; Oliveira, 2015). A

⁴⁶ Se os recursos minerais, associados ao petróleo e às terras aráveis, fossem usados com responsabilidade, compromisso e transparência, o governo poderia oferecer uma vida digna à população e a paisagem social da atual Angola, seguramente teria sido diferente.

⁴⁷ A estatal Sonangol é um instrumento crucial das autoridades. Criada em 1976 para ser a empresa nacional de petróleo, é hoje uma grande corporação e bem-sucedida; instituição competente e robusta, assim como as Forças Armadas Angolanas (FAA), a qual existe num contexto amplo de decadência e fragilidade institucional. Um estudioso de política e petróleo no Golfo da Guiné descreve a Sonangol como “a peça-chave da administração do ‘Estado fracassado bem-sucedido’ de Angola” (Sogge, 2009:63).

ideologia do partido no poder e a guerra civil tinham excluído a propriedade estrangeira e a iniciativa privada durante a era do partido único; a pequena classe média (burguesia) é ainda hoje um grupo basicamente dependente do Estado (Amundsen & Abreu, 2007)⁴⁸.

Depois de 2002, com o Memorando de Luena que pôs fim às hostilidades, o MPLA culpou a guerra civil pelo retrocesso verificado na economia de Angola (Oliveira, 2015). A guerra foi obviamente um elemento decisivo neste processo, todavia, depois de 21 anos de paz, o quadro social continua deprimente. E isto deveu-se às políticas emanadas pelo *Bureau* do MPLA, que mostra, claramente, não conhecer o povo que governa, o que explica a inversão de prioridades na reconstrução pós-conflito, onde priorizou as infraestruturas em detrimento do capital humano, exatamente, para mostrar ao mundo um país mirífico onde falta tudo desde a água potável à energia elétrica (Zezano, 2021).

O modo como o MPLA governa, dá a entender que o seu objetivo é fazer de Angola um país que se autodenomine moderno, dando ênfase às infraestruturas e a outros objetos inanimados: “o investimento em recursos humanos e na criação de instituições são fatores secundários nesta visão. Uma análise mais aprofundada revela a inexistência de uma tentativa sustentada de desenvolver sistemas de gestão da complexa tecnologia que é o estado moderno” (Oliveira, 2015: 127).

Oliveira acredita existir um desfasamento entre a retórica desenvolvimentista e a agenda do MPLA. Para este investigador, o MPLA “possui uma longa tradição mimética de absorção de tudo o que se apresenta como moderno e inclina-se, no plano retórico, para concepções predominantes de progresso, ainda que divorciadas da realidade, sejam elas o socialismo, até 1991, ou a democracia, na atualidade” (Oliveira, 2015: 125).

A mensagem dos Bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST) para a Jornada Nacional da Reconciliação e da Paz, de 14 de março de 2023, também denuncia este mimetismo a que faz referência Oliveira: “aumenta, assustadoramente, o fosso entre os cada vez mais pobres e os poucos que se apoderam das riquezas nacionais, riquezas muitas vezes adquiridas de forma desonesta e fraudulenta. Assiste-se à falta de critério no uso dos fundos públicos, gastos exorbitantes, importação de coisas supérfluas que não aproveitam à comunidade”.

⁴⁸ O veterano banqueiro angolano, Mario Pizzaro, conclui que: “O tecido empresarial angolano é frágil e dependente. Esta fragilidade e esta dependência, impede a existência de uma massa crítica capaz de discutir e influenciar as decisões do Governo. Uma grande parte dos empresários angolanos, emanou do poder ou está direta ou indiretamente ligada ao poder” (Sogge, 2009:24).

Para compreender as estruturas do poder político e económico em Angola, depois de 2002, é necessário recuar até às inusitadas circunstâncias em que o país acedeu à independência, em 1975, e ao longo conflito armado que se seguiu (Oliveira, 2015; Sogge, 2009). Este longo conflito foi o pretexto para a centralização das tomadas de decisão. As receitas petrolíferas foram monopolizadas pelo MPLA, centrado na Presidência e na Sonangol. Esta estratégia permitiu o surgimento de uma economia política de dimensão internacional assente na exploração petrolífera e gerou redes de apoio e de clientelismo (Sogge, 2009).

A partidarização da esfera económica é altamente visível nos novos negócios que nasceram do boom económico pós-guerra, dominados por uma estreita rede de elites do partido e familiares do Presidente da República (Schubert, 2013). Houve outras dinâmicas que contribuíram para agravar a situação, onde a governação do MPLA tem sido apoiada pelo boom do petróleo e por um espetacular crescimento económico (Amundsen, 2011).

O aparelho do Estado foi entendido como uma recompensa política e tomado por angolanos inexperientes e não qualificados, o que lhe retirou capacidades, pois, a lealdade política assumiu um papel preponderante, onde o petróleo serviu para outros propósitos, que não os que se prendem com a gestão corrente do país (Oliveira, 2015:56).

Este favoritismo também abrange o sector empresarial. As oportunidades de negócios mais lucrativos, importação de licenças, contratos com o governo e proteção governamental – privilégios e monopólios –, destinam-se, maioritariamente, aos familiares e apoiantes leais do Presidente da República e do partido no poder (Amundsen, 2011; Oliveira, 2015). Posições de influência política e económica estão interligadas; quadros de topo, quer militares quer funcionários públicos, convertem-se em empresários, enquanto empresários de sucesso protegem os seus investimentos ao filiarem-se ao MPLA e ao fazerem donativos ao partido no poder (Amundsen, 2011). Para este pesquisador, o sistema de presidencialismo em Angola está aliado à concentração de poder político e económico em poucas mãos.

Amundsen & Abreu (2007) consideram Angola um país de extremas desigualdades económicas. A análise destes autores dá a entender que a prolongada guerra civil e a dependência (continuada) das receitas do petróleo e dos diamantes criou riquezas imensas para alguns e pobreza extrema para a maioria; assim, há uma pequena elite com acesso aos rendimentos do petróleo do governo e à economia do petróleo, e há também uma vasta maioria vivendo numa economia destruída pela guerra e sem acesso nem mesmo aos serviços mais básicos.

Os 48 anos de governação do MPLA enriqueceram a cúpula governativa e partidária de uma forma assustadora e fora do comum: os mais importantes recursos naturais do país, como

o petróleo e o diamante, não serviram para desenvolver o país, mas para criar elites que ignoram as necessidades do povo. O ímpeto da elite no poder foi de deter o pleno controlo das receitas dos recursos naturais, o que ainda hoje constitui um dos fatores que limita a organização da sociedade civil (Amundsen, 2011; Amundsen & Abreu, 2007; Ndapassoa, 2018; Oliveira, 2015)⁴⁹.

Quando o Presidente João Lourenço, recém-eleito em 2017, tomou posse, teve como programa o combate à corrupção e o repatriamento de capitais, exatamente, porque toda a riqueza do país estava e ainda está concentrada nas mãos de uma elite minoritária, contrastando com os níveis de extrema pobreza e exclusão da maioria da população (Ndapassoa, 2018).

As receitas do petróleo e dos diamantes possibilitam ao regime prestar favores materiais aos “clientes” em troca de apoio político, além da cultura política de secretismo e confidencialidade administrativa, existe igualmente uma cultura de clientelismo e de favorecimento (Amundsen & Abreu, 2007; Sogge, 2006, 2009). Isto inclui práticas como as cooptações – o suborno dos rivais políticos, incluindo líderes de ONGs –, regras e regulamentos deliberadamente evasivos e uma desconfiança generalizada das várias agências governamentais em relação às ONGs (Amundsen & Abreu, 2007)⁵⁰. As cooptações são frequentes, por exemplo, em intelectuais, ativistas e ONGs admitidos em comités especiais do partido no poder ou posições no governo (Amundsen, 2011; Oliveira, 2015).

O lucro do petróleo tornou fácil a compra de apoio, e os benefícios podem ser consideráveis para quem adere ao partido no poder e prova ser-lhe fiel, mas não estão disponíveis a quem esteja na oposição e são rapidamente retirados a quem seja considerado traidor, portanto, os benefícios são substanciais para quem adere ao partido no poder e prova ser-lhe fiel (Amundsen, 2011; Oliveira, 2015).

2.6. Manifestação de protesto: resolução ou gestão de conflitos?

A sociedade angolana insere-se ainda num tipo de sociedade que os psicanalistas, como por exemplo Erlich (2008), caracterizariam como sociedade de trauma coletivo, ou sociedade

⁴⁹ A elite política angolana é relativamente fechada, autoritária e autoconfiante, e acredita possuir legitimidade política por ter ganhado a luta de libertação, a incursão imperialista e a guerra civil, o apartheid sul-africano e os EUA, bem como ter ganhado as eleições em 1992; esta elite acredita que tem direito de governar o país sem interferência de forças sociais opositoras, estruturadas como organizações da sociedade civil, partidos na oposição ou outras formas (Amundsen & Abreu, 2007).

⁵⁰ O rendimento do petróleo facilitou o clientelismo que tornou o MPLA um partido hegemónico, e devido às dificuldades económicas e ao elevado custo de vida, a sociedade civil pode facilmente ser corrompida e a *intelligence* é muitas vezes cooptada em «comités especiais» do partido tornando-a ineficaz (Amundsen, 2011; Schubert, 2013; Oliveira, 2015).

traumatizada, onde se busca restabelecer o tecido social destruído pelo conflito civil, a fim de se encerrar os ciclos de violência e favorecer a reconstrução das instituições públicas. Num país tão rico como Angola, com uma população profundamente traumatizada (Schubert, 2013), a capacidade do Estado choca com a vontade política, e enquanto se vão criando guetos económicos, a maioria vai padecendo de fome.

Até 2002 o país viveu um longo período de guerra civil; e nos primeiros anos, após o fim dos conflitos, apesar do multipartidarismo, a burocracia do Estado continuou a ser ocupada hegemonicamente pelos mesmos grupos e pessoas, restringindo-se muitos dos direitos políticos à sociedade civil em geral, seja pelas consequências económicas ou sociais dos efeitos do longo período de guerra, seja pela desconfiança ou violência das instituições em relação aos opositores do governo (Marcon 2019).

O que é especial em Angola, segundo Amundsen (2011), é o facto de o país ter muitos recursos naturais – sendo o segundo maior produtor de petróleo em África, ter gás e ainda diamantes, ferro, ouro, mercúrio, e muitos outros recursos – que dariam qualidade de vida à população, mas o que se tem verificado é que os recursos naturais dão ao regime angolano um estímulo particular à tendência geral de monopolização política e económica.

Estes problemas sociais fizeram emergir os ativismos juvenis em Angola. O que antes deixava confortável os governantes, apesar da incompetência generalizada, era a *cultura do medo* que impedia expressões públicas de discórdia ao MPLA, incluindo o medo de que uma vitória da oposição teria como consequência o fim de projetos de desenvolvimento e de fundos governamentais para as suas localidades, e que se seguiriam perseguições e purgas (Amundsen, 2011; Schubert, 2013). Diante da cultura do medo e da corrupção – quando ainda o MPLA desencorajava todo o discurso de oposição ao regime – uma geração jovem ignorou o histórico aviso da Velha Chica, imortalizada na imponente voz do músico angolano Waldemar Bastos: “Xé menino, não fala política”. Assim, deu-se início às manifestações de protesto de jovens que vivem frustrados com a situação de pobreza e de falta de oportunidades. Tal como afirmou Abel Tchitunda: “os protestos juvenis constituem a forma mais visível de manifestar a depressão social por que cada um passa; e têm revelado as aflições da juventude, pois, não queremos morrer sem antes manifestar o nosso descontentamento a quem nos governa”.

Honwana (2020) percebeu que os jovens perderam totalmente a confiança nas instituições governamentais e, por isso, não acreditam que estas sejam capazes de resolver os seus problemas. O que explica, um pouco por todo o país, as manifestações de descontentamento com a situação que afeta não só a juventude, mas também a população em geral. Estas manifestações mais localizadas criticam políticas e programas específicos que

afetam os cidadãos. Se a Primavera Árabe não desembocou no Verão, as manifestações de protesto dos jovens angolanos também passaram do entusiasmo ao desencanto, e parte deste desencanto talvez se explique pela falta de perspetiva, diante de um horizonte de incertezas, quanto à mudança de regime ou alternância de partido no governo. Por isso hoje, como referiu um dos entrevistados, “os jovens conseguem sonhar com um futuro melhor sem o MPLA no poder”. Os protestos não resultaram nas mudanças fundamentais que se queria, por causa da partidarização das instituições, o que leva a crer que para a maioria dos angolanos a luta continua, porque existem ainda apoiantes fiéis do *status quo*, os que pretendem manter a situação, para não verem comprometidos os benefícios políticos, sociais e económicos de que desfrutam.

Estamos hoje numa conjuntura em que há escassez de empregos, e quando se consegue um trabalho, a remuneração não responde aos desafios económicos do país por causa da crise económica, financeira e cambial que desvalorizou a moeda nacional face à estrangeira: dólar e euro. Apesar disto, nas manifestações de protesto assistimos ao alvorecer de uma geração de cidadãos com maior consciência dos seus direitos políticos e sociais, e que tem menos receio de reivindicar esses direitos (Oliveira, 2015; Sanches, 2022; Schubert, 2013).

A respeito dos protestos, Sampaio Mucanda acredita que as organizações ativistas juvenis, em sociedades democráticas, são bem-vindas, pois, os cidadãos não podem ser todos militantes de partidos políticos, pelo que a sociedade civil pode ser considerada um tribunal para os líderes políticos. Sampaio Mucanda reconhece o contributo dos ativistas, por ajudarem a população menos esclarecida a perceber que os recursos naturais não podem apenas favorecer os líderes políticos, pelo que reivindicar o acesso a energia, a água potável e estradas asfaltadas ser um direito que a própria lei autoriza. Para Sampaio Mucanda, o maior fiscalizador das políticas públicas do Estado e da atuação do serviço parlamentar é o próprio cidadão, e quando são escrutinados não podem se sentir ameaçados.

Os protestos sociais se inserem, assim, num campo de conflitos, entre possibilidades e limites, entre o instituído e a sua transformação, enfatizando os processos de significação. De facto, como escrevem (Ackerman & Merriman, 2014), para manter o seu controle, os regimes autoritários dependem da obediência, em larga escala, das populações oprimidas. Isto leva a entender o protesto social, de acordo Mutzenberg (2015), como processo construído pelos agentes a partir de uma leitura do contexto, da conjuntura e das oportunidades políticas, articulada discursivamente na construção de pontos de identificação, portanto, os protestos sociais constituem uma das vozes dessas sociedades.

Princípios e Ações do Projeto Okulinga

Preâmbulo

Este último capítulo é o estudo de caso da nossa dissertação, onde buscaremos aprender com a maioria dos jovens angolanos que vivem nas periferias existenciais que Sakala (2006) chama de Angola profunda – onde há tudo mas falta tudo; onde as preocupações e necessidades dos jovens não são consideradas nem anotadas na agenda do governo; onde a liberdade de expressão e a independência financeira é uma miragem. Alguns destes jovens estão a terminar o ensino secundário, outros estão na faculdade, outros ainda deixaram de estudar, por não terem conseguido acesso à universidade. Todavia, estes jovens uniram-se e lutam para que as autarquias – transformadas em retórica pelos governantes que não respeitam a Constituição – sejam institucionalizadas ao abrigo da lei, porque acreditam que as autarquias são a solução dos problemas económicos que hoje Angola enfrenta, pois, apesar de imensos recursos naturais que o país possui, a riqueza não se reflete na vida da população por causa dos maus gestores e de políticas fracassadas, por isso, estes jovens acreditam que apenas as autarquias podem ajudar a aliviar o sofrimento da população.

3.1. Panorama Geoantropológico e Enquadramento Social do Projeto Okulinga

O nome Matala tem a sua origem em *Omatala*, língua local nyaneka-humbi, que traduzido para português significa lagoas (Administração Municipal da Matala, 2009). Neste espaço coabitam, além do português, línguas trazidas por indivíduos oriundos de vários pontos do país. Por isso, tornou-se uma zona de convergência de várias etnias, pois encontramos povos ovimbundu, ovanyaneka, ovangangela, tyokwe, kwanhama, entre outras minoritárias. O grupo etnolinguístico predominante é o Nyaneka humbi.

Matala é um dos catorze municípios da província da Huíla, cuja extensão territorial é de 9065 Km²; possui quatro comunas: Comuna-Sede (Matala), Capelongo, Mulondo e Micoze. Na comuna sede é onde se encontra a maior concentração populacional e na comuna do Mulondo a menor. O município da Matala situa-se à leste da província da Huíla, com uma distância da sede capital, Lubango, de 187 km, cuja ligação se faz através da estrada nacional 280 e os

Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes (CFM), que liga o município a Menongue, Lubango e ao porto do Namibe, o que garante a circulação de mercadorias e pessoas (Administração Municipal da Matala, 2009). Todavia, as estradas que ligam as comunas que compõem o município não estão asfaltadas, o que tem impossibilitado o escoamento de produtos agrícolas às comunas e zonas onde não passa a linha férrea nem a estrada nacional.

A rede hidrográfica do município da Matala é largamente dominada por um dos maiores rios do país, o rio Cunene. Além do rio Cunene, existem outros rios, como Calonga, Bembere, Cuvelai, Quê, Bamba, Chivangulula, Camunengue e Hossi. Todos estes rios apresentam um índice razoável de captura de peixe. Ao longo do rio Cunene, que possui o maior caudal, encontra-se a barragem hidroelétrica da Matala e o perímetro de irrigação (Canal da Matala, para o desenvolvimento agrícola e pecuário). Os solos desta região, de um modo geral, são favoráveis à agricultura (Administração Municipal da Matala, 2009; União dos Escritores da Matala, 2019).

Sobre a área comercial, um dos entrevistados considera Matala o segundo maior entreposto comercial da província, depois do Lubango, por possuir um mercado vasto e aberto, onde maior parte da população encontra meios de subsistência. O município possui aproximadamente 63 mercados informais e um formal. Os seus principais polos comerciais são: Praça Grande, praça do Calumbiro, junto à estação dos Caminhos-de-Ferro, Camúcuá, Cabungula e muitos outros pontos espalhados pelo interior do município. O comércio é, portanto, uma das fontes de rentabilidade e sustentabilidade de muitas famílias.

Mussanhay, no livro dos autores da Matala (OMATALA), sugere que o crescimento económico de um país depende fortemente do investimento privado, seja estrangeiro ou nacional. O Estado, como entidade reguladora, deve promover e facilitar um ambiente favorável de negócios, promover o crescimento das pequenas e médias empresas nas zonas rurais e urbanas, com o objetivo de criar e distribuir produtos e serviços. Do mesmo modo, deve facilitar o acesso ao suporte financeiro e técnico de forma a combater o fluxo inadequado de créditos, uso obsoleto de tecnologias e equipamentos, facilidades estruturais inadequadas e a falta de motivação. O que, infelizmente, não tem acontecido na Matala.

É neste ambiente rural, que o Projeto Okulinga tem procurado tornar real o sonho da juventude da Matala: a conquista da independência financeira. Por isso, a sua luta consiste na autonomia local (cf. Art. 214.º n.1), eco da própria Constituição da República de 2010, segundo a qual “as formas organizativas do Poder Local compreendem as Autarquias locais, as instituições do Poder Tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, nos termos da lei” (art. 213.º n.2); “as autarquias locais organizam-se nos municípios”

(art. 218.º n.1). A institucionalização das autarquias tem sido uma luta empreendida pelo “Movimento Jovens pelas Autarquias” da qual faz parte o Projeto Okulinga.

O governo não tem cumprido o estipulado na lei sobre a organização administrativa, e isto tem motivado o Projeto Okulinga a lutar pela institucionalização das autarquias, daí a tendência do seu ativismo ser de âmbito político, na medida que defende os direitos humanos e promove uma cultura de participação política juvenil como fator de transformação da comunidade, uma transformação que depende da autonomia local (autarquias). Assim, a falta de competência e responsabilidade da Administração municipal tem levado à precarização das relações de trabalho e ao agravamento das condições socioeconómicas que acentuaram as desigualdades sociais na Matala e aumentou, de certo modo, a polarização entre o Projeto Okulinga e a Administração municipal.

O Projeto Okulinga tem uma atuação de confronto e participação, não espanta os obstáculos que se lhe criam da parte do partido que governa, o que tem revelado má-fé dos militantes do partido no poder que estão mais para a manutenção do poder, promoção e defesa do *status quo* numa rede de clientelismo, por isso, perseguem os que pensam diferente. A não institucionalização das autarquias levou a uma relação contestatária entre a Administração e o Projeto Okulinga, o que se pode evidenciar no caso de muitos dos seus líderes terem sido aliciados, debilitando a organização, pois, os meios de apoio têm sido poucos o que tem deixado vulnerável a sua liderança, quanto ao aliciamento ou à intimidação.

O Estado angolano, tal como abordamos no Capítulo 2, é autocrático, o que explica hoje militância ter o sentido de se prescindir a cidadania para se promover o Partido. Por isso, surgiram organizações ativistas juvenis, como o Projeto Okulinga, que procuram formar a consciência cívica da população, confrontando um governo que usa métodos securitários e estratégias de cooptação, intimidação e suborno para se perpetuar no poder.

Por causa desta tendência política do ativismo do Projeto Okulinga, o atual Presidente Paulo Dias Malengue explica que a população tem acompanhado, participado e aderido aos eventos de natureza política, cultural e social sem grandes problemas, pois, a população atingiu um nível de mentalidade e de consciência, que muitos jovens exigem aos de direito o respeito pelas liberdades civis e garantias constitucionais.

A pressão que o Projeto Okulinga tem feito à Administração municipal, fez despertar uma certa antipatia dos políticos. Para se resolver esta pressão política feita pelo Projeto que tem aderência considerável da juventude e apoio da sociedade, capturaram, aliciaram, intimidaram e subornaram as vozes opositoras que têm notoriedade dentro do Projeto, portanto, os mentores ou líderes foram aliciados ou ameaçados. Tal como lamentou o antigo Presidente

do Projeto Okulinga: “O Projeto Okulinga já foi instrumentalizado e até mesmo os seus maiores cérebros saíram, como o Dr. Oliveira Miguel, o Miúdo Tchitala e por consequência eu, Jesus Domingos. Tudo isto aconteceu em função de várias ameaças, que acabei por ceder. Penso que também a falta de apoio (financeiro) influenciou bastante, a minha saída”.

O argumento de Schubert (2013), a respeito da cooptação de membros proeminentes da sociedade, pode ser aqui aproveitada, porquanto afirma que as autoridades tradicionais são politicamente seduzidas com ofertas e demonstrações de respeito durante as visitas oficiais. Os sobas que são selecionados nas aldeias são certamente chefes legítimos, escolhidos segundo as suas famílias e o seu prestígio dentro da comunidade; no entanto, o seu posto requer aprovação por parte do Governo. Esta partidarização das estruturas e administrações do Estado é claramente visível ao nível das aldeias. Segundo Schubert (2013), as bandeiras do MPLA encontram-se por todo o país, mesmo nas aldeias mais pequenas, enquanto a bandeira nacional e as bandeiras dos partidos na oposição estão muitas vezes ausentes. Nas comunas da Matala, como é o caso de Capelongo e Mulondo, a oposição não goza de simpatia por parte da população, por causa de questões históricas ligadas à guerra civil que têm sido aproveitadas pelo partido no poder, que se enraizou tão profundamente no tecido social ao ponto de os erros do governo serem imputados à UNITA. Jesus Domingos esclarece que a única comuna onde a oposição, UNITA, é mais forte do que o MPLA é a comuna de Micoise, onde o MPLA tem perdido nas eleições, e isto se entende porque é o município cuja população é Nhemba e maioritariamente Ovimbundu, povo que saiu de Chipindo e instalou-se nesta comuna, onde o povo Nyaneka tem pouca influência em comparação às outras duas comunas.

Em meio a este quadro desolador, aparece a Igreja que se apresentaria como a consciência crítica do governo, e que daria a entender que os governantes não trabalham para si mesmos, mas para o povo, e são funcionários públicos que devem ser mudados quando a incompetência adia o desenvolvimento do país (Zezano, 2020). Todavia, um dos entrevistados declara que tem havido auscultação pública, onde se tem feito representar líderes da Igreja e membros da sociedade civil. O que admira nisto, lamenta o entrevistado que preferiu anonimato, é de apesar das discussões, a Administração local, no fim de tudo, fazer o que bem entende, e ignora o contributo dos que participaram em tais auscultações, o que explica a Igreja Católica ultimamente não se fazer presente.

A estratégia securitária, própria do Estado angolano, permeia todo o governo desde o central aos municipais, pois, procura saber o que a sociedade civil e os líderes religiosos pensam para melhor se controlar a narrativa que os órgãos de informação veiculam sobre a sociedade e

a sua relação com o governo. Este controle criou políticas amorfas, que têm motivado as manifestações de protesto lideradas pelos membros do Projeto Okulinga.

Os que governam mostram-se pouco preocupados com as reais necessidades da população e procuram defender o partido usando todos os meios de que dispõem como, por exemplo, a manipulação da informação (desinformação), a intimidação e o suborno, tal como referimos ao longo do Capítulo 2. Apesar destas estratégias, que alimentaram a abulia social e colocou a população às margens das decisões políticas que lhes afeta diretamente, surgiram jovens, muitos pertencentes ao Projeto Okulinga, que têm sido um impulso para uma mudança social decisiva.

A oposição do Projeto Okulinga a muitos projetos não cumpridos pelo governo, ameaçou os governantes que passaram a olhar com preocupação para os jovens que se destacam na luta pelos direitos da população, pela dignidade dos cidadãos, pela justiça social e pelas desigualdades económicas. E esta preocupação tem encontrado solução no suborno ou na intimidação, e na maior parte dos casos, o suborno tem surtido efeito, o que levou um dos entrevistados a lamentar: “muitos jovens se servem do ativismo, e procuram fazer-se notar pelos governantes em atividades que congregam muita gente, como meio para alcançarem certos fins egoístas”.

Olhando para a situação atual do Projeto Okulinga, um dos entrevistados denunciou: “inicialmente a Administração municipal ignorava os jovens do Projeto Okulinga, mas depois procurou aliciar e intimidar os mentores das atividades de protesto ao governo, e muitos acabaram aliciados e, assim, de opositores tornaram-se defensores do programa do governo, um programa que antes contestavam. Por isso, é difícil, para quem está de fora do Projeto Okulinga, compreender esta incoerência que dá a entender que muitos jovens se servem do ativismo para conseguirem realizar certos objetivos pessoais”.

Como se pode depreender, o Projeto Okulinga nasce de um contexto socialmente precário e politicamente vulnerável, vulnerabilidade que se verifica na cidadania vigiada ou reprimida, onde a maneira mais fácil para se evitarem represálias e lutas desgastantes tem sido mesmo o silêncio ou a aderência ao partido MPLA que mostra ser benevolente com quem não o critica e que está disposto a prescindir a cidadania para abraçar a militância no seu partido.

O extremo empobrecimento da população, as injustiças económicas, a mentalidade partidária que grassa entre a população são marcas que definem a realidade desse território (Matala). É nesse sentido que o Projeto Okulinga assumiu como imperativo do seu ativismo político a institucionalização das autarquias e a formação da consciência cidadã.

3.2. Noção de Okulinga e Fundação

Okulinga é uma palavra da língua umbundu da etnia Ovimbundu, que em português significa, literalmente, fazer. A escolha deste nome deveu-se ao facto de o grupo ter a preocupação de fazer (okulinga) alguma coisa para a população do município da Matala. Assim, o Projeto Okulinga surgiu no âmbito local com intuito de se criarem estratégias que melhorem o município, na perspetiva de uma governação participativa onde a população não permaneça às margens das decisões políticas.

No 1º artigo, segundo ponto, dos Estatutos do Projeto de 30 de dezembro de 2019, encontramos a definição do Projeto: “O Projeto Okulinga é uma organização política de cidadãos e cidadãos residentes na Matala, que assume a forma constitucional de Grupos de Cidadãos Eleitores”. O Projeto Okulinga nasceu como Projeto “Eu Posso”, criado no dia 11 de fevereiro de 2017, sob a assessoria de Sedrick de Carvalho⁵¹. A sua direção era composta por: Oliveira Adão Miguel, coordenador; Celestino Máquina, Adjunto e Jesus Domingos, Secretário. Quando Oliveira Miguel abandonou o Projeto e Celestino Máquina preferiu não dar continuidade ao Projeto, Jesus Domingos comprometeu-se e mudou o nome “Eu Posso” para “Projeto Okulinga”, no dia 17 de dezembro de 2017. A primeira direção do Projeto Okulinga foi formada por: Jesus Domingos, Presidente; Paulo Dias Malengue, Vice-presidente; Casimiro Evambi, Marketing e Comunicação e Eduardo Alberto, Secretário da comuna sede.

Desde o seu nascimento, como projeto “Eu Posso”, o Projeto Okulinga mostrou ser uma organização que promovia a afirmação do cidadão, daí o “fazer” ser a característica intrínseca à sua natureza. O Projeto Okulinga faz parte do “Movimento Jovens pelas Autarquias” no qual fazem parte, além do Projeto Okulinga, Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Plataforma de Intervenção do Kilamba Kiaxi, Núcleo de Boas Ações do Município de Belas, Projeto Agir de Cacuo, Laulenu, Forças Ativas do Malueka, Movimento Revolucionário de Benguela, Mizangala Tuyenu Kuzole. O Projeto Okulinga tem relação com outras organizações ativistas juvenis cujos ideais convergem com os seus: fazer algo por Angola a partir de onde se está. E isto explica a escolha do lema do Projeto Okulinga: Cidadania e Progresso.

O intercâmbio de ideias que esta organização mantém com outras organizações ativistas juvenis enriqueceu as suas perspetivas sobre a governação, participação política, pressão por reformas democráticas e defesa dos direitos humanos, defesa do bem comum e promoção dos

⁵¹ Nasceu em Luanda, capital de Angola. É jornalista e ativista pelos direitos humanos. Preso político condenado pelo regime angolano a quatro anos e seis meses no «Processo 15+2», em 2016, sob acusação de «atos preparatórios de rebelião» e «associação de malfetores». Ficou preso durante um ano. Estudou cinco anos de Direito na Universidade Jean Piaget – Angola. Foi professor do ensino básico em Luanda.

interesses coletivos que devem suplantar os interesses de grupos políticos, o que realmente tem ajudado a promover uma maior consciência política e um desejo profundo por mudanças. Portanto, por termos um governo que ignora o grito dos fracos da sociedade, essa organização surgiu como a unidade de vozes excluídas, discriminadas e que o governo procura silenciar usando o suborno, a intimidação ou a perseguição.

3.3. Princípios e Objetivos do Projeto Okulinga

O 6º artigo dos Estatutos do Projeto Okulinga apresenta os Princípios orientadores: “o Projeto Okulinga e os seus respetivos membros regem-se pelos princípios de igualdade, liberdade, solidariedade e do respeito pelo património”.

Como todas as organizações, a efetivação dos princípios que favoreceram a criação do Projeto depende dos seus objetivos, pois, os objetivos movimentam a organização. O 1º artigo, 2º e 3º pontos, apresenta os objetivos do Projeto:

2 – O Projeto Okulinga funda-se nas ideias convergentes de grupos e forças que ao longo dos anos têm vindo a reivindicar o exercício pleno dos direitos de cidadania, o respeito pelas liberdades públicas, a igualdade de género, o combate de todas as formas de exclusão e de discriminação baseada nas implicações étnicas, raciais, religiosas, de opiniões e de orientação sexual.

3 – O Projeto Okulinga defende e promove uma cultura cívica de participação política local juvenil como fator de transformação das comunidades.

Os fatores que estão na base da criação do Projeto Okulinga emanam das constantes violações dos direitos humanos, da letargia juvenil, em poder participar ativamente na política do país, e, principalmente, das autarquias. Um outro fator que motivou a criação do Projeto Okulinga é a pretensão de querer contribuir na melhoria da população da Matala, no sentido de engajar a juventude na solução dos problemas sociais, propondo ou contrapondo políticas que melhorem ou prejudiquem a população. E sobre este tema, o antigo Presidente do Projeto, Jesus Domingos, fundamenta: “a falta de uma oposição séria que realmente defendesse os interesses do povo, fez com que o Projeto Okulinga surgisse para ser voz dos sem voz”.

Portanto, os princípios e objetivos do Projeto Okulinga centram-se na consciencialização da população para participar ativamente na política, além das eleições e, sobretudo, se debate pela institucionalização local das autarquias, que uma vez implementadas, representariam um modelo de governação descentralizado. Estes jovens acreditam que o modelo descentralizado privilegia a governação de proximidade com o cidadão, que é

fundamental para se definir um plano de governação que responda, efetivamente, às necessidades reais sentidas pelos cidadãos. Essas necessidades compreendem os direitos civis, políticos, económicos, social e cultural cuja realização permitiria uma vida digna aos cidadãos. Contudo, é sobre esta impossibilidade da institucionalização das autarquias que o Projeto Okulinga se afirma, se expressa e faz o seu ativismo.

3.4. Organização e Atividades do Projeto Okulinga

As atividades do Projeto Okulinga dependem, fundamentalmente, da Direção do Projeto, que, de acordo o Artigo 12º dos Estatutos, está assim organizada: Presidente; Dois Vice-presidentes; Secretário-Geral; Porta-Voz. A Direção é ajudada pelos seguintes Departamentos: Gabinete de Tesouraria; Gabinete de Estudos e Planeamento; Gabinete de Gestão de Pessoal; Gabinete de Comunicação e Marketing; Gabinete de Gestão do Património, e ainda conta com uma Comissão Jurídica que responde pelas questões de natureza jurídica. O Projeto não tem uma sede permanente, mas opera no município da Matala, tal como refere o art. 4º dos Estatutos: “O Projeto Okulinga tem a sua sede no município da Matala, podendo estabelecer delegações representativas noutras circunscrições municipais, quando se revele necessário”.

O art. 10º assim orienta:

1 – São órgãos do Projeto Okulinga:

- a) A Assembleia de Membros;
- b) O Órgão de Direção;
- c) A Comissão de Direitos;
- d) Os Núcleos;
- e) Os Grupos de Trabalhos.

2 – Podem ser criados, de acordo com o presente Estatuto, órgãos subsidiários considerados necessários para a realização de tarefas específicas.

Os membros do Projeto Okulinga afirmam que a maior parte das atividades têm quase sempre um propósito orientado, principalmente pelos objetivos do Projeto, uma vez que a maior parte das atividades são de âmbito formativo para a promoção da cidadania.

Os temas das palestras ou conferências são variados, tratam quase de tudo o que seja de interesse da maioria, mas que desperte o espírito analítico e crítico dos participantes. Para as palestras, normalmente convidam escritores, jovens que se destacam na academia e pessoas chaves no cenário político do país, tais como: deputados e ativistas. As atividades académicas cujos convidados apresentam ideias opostas às estratégias do partido no poder têm aborrecido

a Administração municipal, o que explica muitas vezes não encarar com bons olhos as atividades do Projeto Okulinga. Sobre isto, segundo Paulo Dias Malengue, quando a Administração é consultada para ceder um espaço para conferência ou fórum de âmbito académico cujo tema seja de pendor político contestatário, muitas vezes cria entraves.

A primeira manifestação de protesto do Projeto Okulinga foi realizada no dia 13 de março de 2020, para exigir a institucionalização das autarquias. O atual Presidente do Projeto Okulinga, Paulo Dias Malengue, afirma que “as manifestações de protesto têm sido o último recurso, e usadas quando o diálogo falha”, portanto, as manifestações não têm sido constantes, mas apenas quando necessárias.

O deputado da UNITA Sampaio Mucanda, na entrevista que concedeu no dia 21 de junho de 2023, afirmou: “o nosso governo é quase surdo, nem sempre analisa os motivos das reivindicações dos jovens. Pois, os ativistas têm despertado a população, o que tem levado os partidos tanto na oposição como no poder a tomarem certas posições por causa dos protestos dos ativistas”. E nestas tomadas de posições, muitos jovens ativistas se têm queixado da repressão do governo, tal como diz o antigo Presidente do Projeto, Jesus Domingos: “A administração municipal, aliás o MPLA, nunca olhou com bons olhos a nossa forma de atuação, pois somos os únicos opositores fortes para eles”.

O Projeto Okulinga tem uma escola de quadro que realiza aulas sobre Direitos humanos, cidadania, governação, Marketing e Oratória, e ainda capacita os seus membros com material académico de muitas outras áreas do saber. Essa escola é restrita, é como uma espécie de escola ideológica. O Projeto Okulinga possui núcleos nos bairros e núcleos comunais, que trabalham na mobilização dos bairros para aderir ao Projeto.

Nem sempre as cotas (contribuição dos membros) têm chegado para suportar financeiramente os projetos do Projeto Okulinga. Conta o anterior Presidente, Jesus Domingos: “às vezes eu, como presidente, tinha de tirar mesmo do meu próprio bolso para timbrar as camisas, alugar salas para as atividades e a deslocação de formadores para a Matala”. Importa referir que o Projeto Okulinga já recebeu o apoio do FOA (Friends Of Angola) para a realização de palestras sobre Autarquias, onde o Projeto criou o seguinte lema: “Matala Rumo às Autarquias”. Das palestras realizadas, três se destacam pela presença dos palestrantes: O deputado Sampaio Mucanda falou sobre “o impacto da implementação das autarquias locais no município da Matala”, no dia 04 de setembro de 2020; no dia 02 de outubro de 2020 foi palestrante o deputado da UNITA, Adriano Sapiñgala, que abordou o tema: “os desafios da governação local”; no dia 31 de março de 2021 foi palestrante o Deputado Nelito Ekuikui, que falou sobre “o impacto da juventude na transformação da comunidade”. Na história do

município e da província, o Projeto Okulinga foi a única organização que conseguiu convidar palestrantes deputados, que abordavam temas fora da capital da província da Huíla, Lubango.

O Projeto Okulinga serve-se das novas tecnologias de informação e comunicação, as mídias digitais, principalmente o Facebook onde tem uma página ativa e um grupo interativo, para informar e apresentar as suas atividades, o que configura e veicula as suas atividades numa espécie do chamado ativismo político online (net ativismo), que tem permitido a sua comunicação no processo de criação, organização e disseminação de suas demandas políticas e sociais.

Houve tempos que os membros do Projeto Okulinga se manifestavam com frequência, na senda das manifestações que ocorriam em Luanda, Benguela, Huambo e Lubango. Recentemente, as manifestações têm sido esporádicas, e quando acontecem nem sempre são promovidas pelos membros do Projeto Okulinga como, por exemplo, a manifestação do dia 17 de junho de 2023, em aderência a manifestação convocada a nível nacional. Localmente, a manifestação teve a expressão dos problemas que mais incomodam a população, por isso, os manifestantes exigiam o diálogo, a asfaltagem da estrada que liga a sede municipal à comuna de Capelongo, entre outras queixas ligadas a má governação e a perda do poder de compra dos cidadãos.

De modo geral, de acordo com os membros do Projeto Okulinga, a aderência dos participantes nas atividades programadas tem sido positiva, embora em algumas atividades o número de participantes tenha sido ínfimo, talvez porque não interessasse o assunto tratado. Contudo, o atual momento desafiante do Projeto, de que falaremos no ponto a seguir, tem levado o Projeto Okulinga a reavaliar-se e refazer-se para melhor responder aos desafios porque tem passado. Portanto, o respeito pelos direitos dos cidadãos e a institucionalização das Autarquias estão sempre na ordem do dia na agenda do Projeto Okulinga.

3.5. Projeto Okulinga: Desafios e Perspetivas

Quarenta e sete anos depois da proclamação da independência e vinte e um anos depois da conquista da paz, olhando para Angola a gente percebe que, na verdade, “faltou vontade política para definir a visão de um país inclusivo que se ergueria com o esforço de todos e para todos. Pois, cultivou-se a mentalidade de exclusão e a psicologia de suspeição, num processo em que se perdia ou se ganhava tudo” (Muekalia, 2013: 33). Isto aconteceu porque “o MPLA chegou a

confundir a história do seu partido com a História do país” (Chiwale, 2008: 39)⁵². E como justifica Numa (2015), a guerra em Angola eliminou o futuro de uma juventude promissora que foi envolvida nos objetivos alheios.

Os jovens na Matala, movidos pelos sentimentos de justiça social, na linha do que estava a acontecer nos centros urbanos do país, manifestaram-se contra o governo local, por causa do adiamento das autarquias. Assim, seguiram o exemplo dos jovens que se manifestaram quase em todo o país, em sinal de protesto. Estes jovens ergueram a voz e reivindicaram os seus direitos. No contexto da Matala, e de Angola de modo geral, é difícil constituir e manter uma organização ativista juvenil cujo ativismo é político, mas sem vínculos partidários cujas atividades e manifestação dos seus membros é uma contestação ao regime. De facto, o regime é alérgico a críticas, exatamente, por dar a entender que a paz significa silêncio: silêncio das vítimas das injustiças e da corrupção, silêncio de tudo o que possa manchar a imagem do Presidente da República, daí a perseguição que sofrem os ativistas e todos os que têm o apoio da população.

Um dos problemas fundamentais que constitui um dos desafios a todas as organizações de ativismo juvenil tem a ver com o problema do suborno, cooptação, infiltração e instrumentalização que são as estratégias que o regime usa para que todos fiquem de acordo com a sua visão de pensar o país, e relativamente a isto, tanto Auerbach (2021); Da Cruz (2016); Oliveira (2015); Sogge (2006, 2009) acreditam que o clientelismo tem debilitado o exercício da cidadania, e usado para a sociedade civil não ser livre. A respeito do clientelismo, um dos entrevistados lamenta ser difícil entender os jovens do Projeto Okulinga, por causa da sua liderança que se mostrou ser fácil de ser subornada. Antes o Projeto intervinha em questões sociais ignoradas pelo governo, o que muitas vezes levou os seus membros à rua em manifestação de protesto. A Administração municipal sentia-se pressionada, mas ignorava as reivindicações como estratégia: preferia ir atrás dos mentores e os aliciava; assim aconteceu com três membros que foram aliciados com cargos e empregos. Depois de subornados, calaram-se e passaram a combater outros jovens que criticam o governo. Para as pessoas que não entendem o Projeto Okulinga olham para a Direção do Projeto e percebem que já não defende as causas iniciais e os objetivos da sua criação. “O Projeto Okulinga era a esperança do povo –

⁵² A mentalidade de um complexo de superioridade de o MPLA pensar ser o único ofuscou a visão ideal de se fazer de Angola um país de todos e para todos os angolanos. Hoje, contemplamos uma sociedade onde os mais velhos – que na sabedoria africana são símbolos de sabedoria e, por isso, merecem reverência e obediência – estão moralmente falidos, e nos perguntamos o que os mais velhos, guardiões da sabedoria, fizeram logo a seguir a proclamação da independência? Por que ser do partido tornou-se sinal de prosperidade e realização?

disse um dos entrevistados – porque dava voz ao descontentamento da população e se manifestava diante das más condições dos hospitais, o problema das estradas e da água, mas hoje o Projeto se calou”. Referindo-se ao projeto do governo “água para todos”, iniciado em 2012, um dos entrevistados sentiu-se desiludido com o silêncio do Projeto Okulinga, que antes pressionava o governo, mas decorridos sensivelmente 11 anos desde o início do projeto “água para todos” o problema não foi solucionado. Apesar de o segundo maior rio do país, o rio Cunene, passar no município, ainda há problemas gritantes de falta de água e até de energia, apesar da hidroelétrica que o município possui.

Paulo Dias Malengue defende que um dos desafios do Projeto Okulinga hoje tem a ver com a recuperação ou mesmo a reconquista da confiança da população. Esclarece um dos membros do Projeto Okulinga que a perda de confiança se deveu à saída de Jesus Domingos, o então Presidente do Projeto, que recebeu proposta da Administração Municipal para ser Diretor Municipal dos Transportes Tráfego e Mobilidade; ao aceitar, teve de deixar o cargo de Presidente do Projeto, e hoje é apenas um membro. Este facto levou muitos a pensar que alguns jovens se tornam ativistas como meio para serem notados e assim puderem alcançar certos objetivos pessoais. A recente direção percebeu que um dos seus maiores desafios, a par da recuperação da confiança perdida, é o de devolver a esperança à população da Matala que vê ainda as suas aspirações adiadas, pelo que pressionar o governo a implementar as autarquias ser um passo decisivo para a vitória dos seus propósitos.

A saída de Jesus Domingos pôs em questão a seriedade do Projeto Okulinga, já que muitos sabem que o regime alicia ou intimida vozes opositoras e com influência entre a camada juvenil. Ao ser atraído para o círculo do poder com a oferta de um cargo, muitos viram nisso mais um “comprado”, na expressão comum usada por um jovem desapontado que disse que “ele se tornou parte daquilo que ele criticava”.

Jesus Domingos considera que há uma grande crise instalada dentro do Projeto Okulinga, desde a sua saída, por não ter conseguido dar continuidade às atividades. E realmente, o Projeto era como que fiscal da Administração, mas hoje ela está muito silenciosa ou silenciada, tal como lamenta um antigo membro do Projeto, Celestino Máquina: “o Projeto Okulinga existe apenas no nome, mas a sua ação parou quando o Presidente desta organização foi nomeado Diretor dos Transportes pela Administração da Matala, em 2021. Foi subornado o Presidente e os demais ficaram quase sem ação”. Apesar deste silêncio, Celestino Máquina revela que existem membros do Projeto que se destacam, por ainda manterem o propósito do ativismo do Projeto. Alguns jovens do Projeto trabalham em Colégios privados como professores e têm se deparado com obstáculos que impedem a expressarem as suas ideias e

ajudarem o Projeto, por causa dos donos dos mesmos colégios que são militantes do partido MPLA, e que se sentem mal com as manifestações de protesto encabeçadas por jovens do Projeto Okulinga, e por isso, dificultam a vida destes jovens ativistas. Celestino Máquina, ao perceber que são poucos os membros que ainda lutam por levar avante os objetivos, princípios e ações do Projeto, afirma: “para ser sincero, cá na Matala o Projeto Okulinga parou!”

Apesar da perseguição e aliciamento, que tem levado muitos membros do Projeto a ceder a pressão do partido MPLA, muitos membros ainda se dirigem às localidades mais afastadas do município sede, conversam com o povo para conhecer as suas dificuldades e colocar as mesmas na agenda das atividades do Projeto Okulinga, por isso, muitos ainda continuam a confiar no Projeto por ser uma voz opositora ao regime que oprime o povo, e por ser um lugar onde muitos dos seus membros se sentem protegidos. A respeito disso, o deputado Sampaio Mucanda enaltece este Projeto por estar bem estruturado e organizado; segundo este deputado, muitos ativistas são presos por agirem de forma isolada e não terem uma organização que os proteja, enquanto o Projeto Okulinga é uma organização que se une, e dá a entender que se um deles for preso numa manifestação terão onde recorrer e com quem contar.

Sampaio Mucanda mostrou um grande apreço pelo Projeto Okulinga, que ele muito bem conhece por já ter sido convidado para uma palestra: “o Projeto Okulinga é formado por jovens intelectuais, que promovem grandes atividades e convidam membros da sociedade civil para pensar o país, eles convidam deputados dos partidos na oposição e do partido no poder, embora os deputados do MPLA tenham sempre resignado os convites. O Projeto Okulinga tem feito um grande trabalho a nível do sul de Angola”. Tal como Sampaio Mucanda, muitos também acreditam que a mudança poderá acontecer quando os membros do Projeto Okulinga forem mais apoiados e protegidos. Neste sentido, Jesus Domingos acredita no futuro do Projeto, pois, teve sempre o apoio dos membros que compreenderam as circunstâncias da sua saída.

O regime angolano não está habituado a ouvir o contraditório, tal como no-lo diz o deputado Sampaio Mucanda: “toda opinião contrária é um insulto, por isso, quem se manifesta é chamado de arruaceiro e vândalo”. Apesar desta alergia às críticas, o Projeto Okulinga tem sido a diferença numa zona em que converge a cidade e o campo, onde a juventude vai trabalhando para fazer da Matala um lugar melhor para se viver, por isso, o Projeto Okulinga não se cansa de alertar o governo a implementar as autarquias, conforme previsto na Constituição, para assim se desenvolver o município. Mas como referem muitos membros do Projeto Okulinga e os ativistas em geral: “o governo tem medo de implementar as autarquias por ter perdido a popularidade. E sabe que se implementar, corre o risco de perder o seu poder que o torna hegemónico e onnipresente”.

Conclusões

Os ativismos juvenis pretendem despertar a consciência cidadã dos jovens que se veem economicamente marginalizados, por isso, procuram formas de mudar o panorama político excludente que os leva à estagnação económica numa situação permanente de *waithood*, no dizer de Honwana (2014).

O presente estudo buscou compreender as causas do ativismo juvenil em Angola de 2011 a 2022, e que podem ser assim elencadas: a exclusão e marginalização política, o índice elevado de desempregados, na sua maioria jovens que não conseguem alcançar a independência financeira, o empobrecimento social, a perda do poder de compra da população, consequência da má governação e de más políticas públicas, o declínio da consciência patriótica, o não cumprimento das promessas eleitorais, o escândalo da corrupção e a não institucionalização das autarquias. Como se pode depreender, os problemas sociais estão na base da causa dos ativismos juvenis onde os protestos têm sido resposta a este quadro social, económica e politicamente insuportável.

Estas causas estão na base da criação das organizações ativistas juvenis que se impuseram como *conditio sine qua non* diante dos problemas sociais que o regime político se mostrou incapaz de solucionar, o que tem desembocado em manifestações de protesto, que para os jovens tem sido um preço inevitável da liberdade e um exercício de cidadania previsto pela lei (cf. Artigo 47º da Constituição da República de Angola). Os ativistas apareceram como braços operacionais de oposição ao autoritarismo do regime, e intervêm em prejuízo ao governo. Contudo, as manifestações de protesto tornaram-se catalisadores da mudança, por reclamarem um lugar para os jovens no espaço público. Os jovens demonstraram ser os potenciais agentes de correção de legados feitos de autoritarismos, corrupção endémica e nepotismo generalizado.

O regime angolano tem conseguido, através da intimidação, perseguição política, portanto, autoritarismo, manter-se no poder, o que tem provocado insatisfação popular, revoltas e protestos. O que se vê hoje é um regime político a debater-se com numerosos obstáculos, quer no plano interno, quer no externo. A democracia encontrou dificuldades em consolidar-se no atual contexto de grande miséria, perseguição aos opositores políticos, onde a maior parte da

população é analfabeta e não tem acesso aos cuidados de saúde e há dificuldades de acesso entre as regiões.

Como vimos, ao longo do Capítulo 2, o Projeto Okulinga confronta-se com o autoritarismo e clientelismo do regime, que pretende manter o *status quo* e promover a abulia da cidadania, com a finalidade de levar a população a exigir menos dos seus governantes e a contentar-se com o pouco que o governo faz pelo país. Todavia, a ideologia amorfa do regime tem desembocado no protesto, não como primeira, mas sim como última medida, por causa do comportamento repressivo da polícia que protege os interesses da administração municipal e central, e não da população. A repressão policial é justificada por estarem a cumprir as ‘ordens superiores’ do regime.

O trabalho realizado pelo Projeto Okulinga tem ajudado a população a tornar-se mais consciente das condições precárias a que foi votada. Os membros desta organização questionaram a legitimidade dos governantes e, através da contestação ao regime, buscaram maior participação política e liberdades civis. Essa tomada de consciência deveu-se ao acesso à informação veiculada pelos média digitais, que tem sido alternativa à informação oficial, num contexto de autoritarismo acentuado e ditadura na informação. Estas condições levaram ao eclodir e expansão do *net ativismo* que criou um ambiente propício para a exigência de mais liberdade política, maior participação cívica e reformas democráticas. A população tomou consciência dos seus direitos e liberdades individuais, o que tem ajudado este Projeto a ter aceitação, apesar das acusações de suborno aos seus líderes fundadores ter posto em questão a seriedade do mesmo.

O Projeto Okulinga surgiu como uma centelha de esperança diante de uma sociedade silenciada pelos defensores ferrenhos do regime, que escrutinam a sociedade e perseguem os indignados, procurando capturar ou silenciar vozes opositoras. Muitas vezes os defensores do regime conseguem silenciar os ativistas, outras vezes deparam-se com opositores audazes cuja verticalidade os impede de abandonar os motivos da sua luta. A audácia destes jovens demonstra que a verdadeira oposição ao governo do MPLA é a juventude que unida em organizações ativistas, pressiona o governo para rever as políticas públicas mal concebidas. Portanto, foi a partir destes jovens que contemplamos o alvorecer de uma nova Angola que tem ganhado forma pelo processo educativo da consciência cívica que há tempos esteve partidarizada. Estes jovens saíram da maré da apatia e, por isso, não têm permitido que desapareça a perspetiva do futuro nem a morte da esperança.

Referências Bibliográficas

- Ackerman, P., & Merriman, H. (2014). *Passos para vencer a tirania The Checklist for Ending Tyranny*.
- Administração Municipal da Matala. (2009). *Perfil do Município da Matala-Província da Huíla*.
- Agência Lusa (2020). *Primavera Árabe: A revolução que fez sonhar toda uma região irrompeu há 10 anos*. Disponível em: <https://observador.pt/2020/12/16/primavera-arabe-a-revolucao-que-fez-sonhar-toda-uma-regiao-irrompeu-ha-10-anos/>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.
- Amundsen, I. (2011). *Partidos políticos em Angola: Na tendência africana*.
- Amundsen, I., & Abreu, C. (2007). *Sociedade Civil em Angola: Incursões, Espaço e Responsabilidade*.
- Auerbach, J. (2021). *DA ÁGUA AO VINHO: tornando-se classe média em Angola*.
- Ayres, C., & Babo, I. (2018). Espaço público e ativismo em rede: o caso Maka Angola. *Communication, Technologies et Développement*, 6. <https://doi.org/10.4000/ctd.664>.
- Bellucci, B. (2010). *O ESTADO NA ÁFRICA*.
- Bezerra, Juliana. (s/d). *Primavera Árabe*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/primavera-arabe/>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.
- Bialoborska, M., & Barros, M. de. (2020). *Ativismos em África: Introdução*. Cadernos de Estudos Africanos, 40, 7–12. <https://doi.org/10.4000/cea.5153>.
- Bouras, N. (2020). *Introduction: dynamiques féminines, résistances et activisme islamiste. Égypte/Monde Arabe*, 21, 9–17. <https://doi.org/10.4000/ema.11582>.
- Burocco, L. (2020). *Juventude moderna na Nigéria*. <https://ilmanifesto.it/gioventu-moderna-in-nigeria/>.
- Bussotti, L., & Mutzenberg, R. (2016). *Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias*. <https://index.rsfs.org/#/>.
- Chabal, P. (2002). *The Quest for Good Government and Development in Africa: Is NEPAD the Answer?* In Affairs (Royal Institute of International Affairs (Vol. 78, Issue 3).
- Chiwale, S. (2008). *Cruzei-me com a História*. Porto: Sextante.
- Collier, P. (2007). *Os Milhões da Pobreza. Por que motivo os países mais carenciados do mundo estão a ficar cada vez mais pobres? Qual a verdadeira chave para o seu crescimento?* Córdova: Casa das Letras.
- Constituição da República de Angola de 2010.
- Costa, Fernando Nogueira da. (2021). *Inverno Árabe: Democracia Impopular*. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2021/08/30/inverno-arabe-democracia-impopular/>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.

- Da Cruz, D. (2016). *ANGOLA AMORDAÇADA. A imprensa ao serviço do autoritarismo*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Dumont, R. (1965). *A África começa mal*. Lisboa: Dom Quixote.
- Erlich, S. (2008). *Trauma coletivo e o espaço psicanalítico*. Revista de Psicanálise Da SPPA, 15, n. 1, 157–171.
- Ferreira, M. E. (2005). *Integração económica em África: poder e identidade*. 65–85.
- Freedom House. (2022). *FREEDOM IN THE WORLD 2022. The Global Expansion of Authoritarian Rule*. www.freedomhouse.org.
- Fröhlich, Silja. (2020). *O impacto da Primavera Árabe na África Subsaariana*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/o-impacto-da-primavera-%C3%A1rabe-na-%C3%A1frica-subsaariana/a-55970583>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.
- Furtado, C. (1998). *Democracia em África: possibilidades e limites*.
- Gonçalves, A. N. da S. (2016). “*Da ditadura à democracia*”, o difícil caminho para uma (re) democratização de Angola: Entrevista com Luaty Beirão. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia06/texto06.pdf>
- Honwana, A. (2014). *Waithood e Protestos Sociais em África Desafios para Moçambique*.
- Honwana, A. (2020). *Que Política e Política para quem? Juventude e Engajamento Político em Moçambique*. 255–272. <https://www.researchgate.net/publication/353452683>
- Honwana, A. M. (2012). *The time of youth: work, social change, and politics in Africa*. Virginia: Kumarian Press.
- House, P. B. (2023). *AMNESTY INTERNATIONAL REPORT 2022/23. The State of the world's Human Rights*. www.amnesty.org.
- Idowu, A. O. (2020). *Social protests and government responsiveness in Nigeria: a study on Bring Back Our Girls Movement* *Protestos sociais e responsabilidade do governo na Nigéria: um estudo sobre o Movimento “Bring Back Our Girls.”* In PERSPECTIVAS-JOURNAL OF POLITICAL SCIENCE (Vol. 23).
- Imbamba, J. M. (2010). *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos: um projeto filosófico para Angola do 3º Milénio à luz de Battista Mondin* (2 ed.). Luanda: Paulinas.
- João, D. F. P. (2020). *ANGOLA: DEMOCRACIA QUE TEMOS E A QUE PRECISAMOS ANGOLA: DEMOCRACY WE HAVE AND WHICH WE NEED*. Dados de África (s), 01, 77–89.
- Lázaro, G., & Silva, O. (2016). *Hip-hop em Angola: O rap de intervenção social*. Cadernos de Estudos Africanos, 31, 41–67. <https://doi.org/10.4000/cea.2013>
- Lobo-Fernandes, L. (2008). *OLHANDO PARA A ÁFRICA SUBSAARIANA: INSTABILIDADE ENDÉMICA OU A FACE DOS ESTADOS INACABADOS-Que Agenda de Investigação?*
- Luvizotto, C. K. (2016). *Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras*. Comunicação e Sociedade, 30, 297–312. [https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2499](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2499)

- Marcon, F. (2019). *Aesthetic agencies: Youth, mobilizations and activitivism, the case of Angola*.
- Martin, J. P. (2006). *Releitura do Desenvolvimento e dos Direitos: Lições da África*.
- Martins, F. (2019). *Constitucionalismo abusivo: realidade, perspectivas e propostas para uma possível limitação*. III (1), 29–41.
- Mateus, D. C., & Mateus, Á. (2010). *Purga em Angola* (4 ed.). Alfragide: Texto.
- Mbembe, A. (1985). *Les jeunes et l'ordre politique en Afrique noire*. L'Harmattan.
- Meirinho, Bruno. (2017). *Inverno Árabe*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/colunistas/bruno-meirinho/inverno-arabe-9vwvcgl4sh6cdv9qhal7rlusz/>. Consultado a 22 de dezembro de 2022.
- Mendonça Júnior, F. C. G. (2018). *Do palco para as ruas: O rap como impulsionador das manifestações cívicas em Angola*. 14, 9–43.
- Mendonça Júnior, F. C. G. (2020). *RAP E ATIVISMO POLÍTICO NO ESPAÇO LUSÓFONO Estudos de caso no Brasil, Portugal, Angola e Moçambique*.
- Miranda, J. (n.d.). *A Constituição de Angola de 2010*.
- Moniz, L. (2022). *Silenciocracia, Jornabófias e outras Mazelas* (Vol. 1). Lisboa: UE-Portugal.
- Morais, Rafael Marques de. (2015). *JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS TEM MEDO DE LIVROS E DE “MIÚDOS”*. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2015/07/jose-eduardo-dos-santos-tem-medo-de-livros-e-de-miudos>. Consultado a 12/09/2023.
- Muekalia, J. (2013). *Angola: A Segunda Revolução. Memórias da luta pela Democracia* (4 ed.). Lisboa: Sextante.
- Munteanu, A. (2020). *Les militantes du Parti de la justice et du développement au Maroc et d'Ennahdha en Tunisie: formes d'engagement et d'organisation*. Égypte/Monde Arabe, 21, 69–88. <https://doi.org/10.4000/ema.11607>.
- Murapa, R. (2002). *A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica. SOUTHERN AFRICA DEVELOPMENT COMMUNITY (SADC): TOWARDS POLITICAL AND ECONOMIC INTEGRATION*. www.africa.ue.edu.
- Mussunda Da Silva, J. M. (2020). *Hip hop, ferramenta de resistência dos jovens angolanos na luta pela igualdade social: estilo rap underground 1*. Revista África e Africanidades-Ano XII-n, 33. www.africaeaficanidades.com.brwww.africaeaficanidades.com.br.
- Mutzenberg, R. (2015). *Protestos em África*. Revista Sociedade e Estado, 30, 415–447.
- Ndapassoa, A. M. (2018). *REGIMES POLÍTICOS E DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU: PERSPETIVA COMPARADA*.
- Nóbrega, Á. (2010). *JANUS 2010 anuário de relações exteriores*.
- Numa, J. A. K. (2015). *Angola - Prólogo ao Projecto do Mwangay. Democracia e Construtivismo*.
- Oliveira, R. S. de. (2015). *Magnífica e Miserável: Angola desde a guerra civil*. Lisboa: Tinta da China.

- Oliveira, Susan de. (2015). *O rap e o ativismo pelos direitos humanos em Angola - parte 1*. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/palcos/o-rap-e-o-ativismo-pelos-direitos-humanos-em-angola-parte-1>. Consultado dia 20 de fevereiro de 2023.
- Paiva, A. de A. (1965). *REGIMES POLÍTICOS E SISTEMAS DE GOVERNO CONTEMPORÂNEO*.
- Pereira, M. A. (2011). *Internet e mobilização política-os movimentos sociais na era digital*. Compólitica. Associação Brasileira de Pesquisadores Em Comunicação e Política.
- Pestana, N. (2003). *As Dinâmicas da Sociedade Civil em Angola*.
- Pini, A. M. (2018). *A DEMOCRACIA EM DECLÍNIO: ASPECTOS REGIONAIS DO CONTINENTE AFRICANO* (Vol. 9, Issue 3).
- Puello-Socarrás, E. G.-S. F. J. (2015). *¿La época de los “pos”? Conflicto social-armado, acuerdos de paz y anocracia neoliberal en Colombia*. <http://esapvirtual.esap.edu.co/>
- Rodrigues, C. C. (2013). *ÁFRICA SUBSARIANA: PERSPETIVAS DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO*.
- Sakala, A. (2006). *Memórias de um guerrilheiro*. Lisboa: Dom Quixote.
- Sanches, E. R. (2022). *POPULAR PROTEST, POLITICAL OPPORTUNITIES, AND CHANGE IN AFRICA*. <https://www.routledge.com/>.
- Santos, S. J., & Santos, B. de S. (1940-. . .). (2012). *Dicionário das crises e das alternativas* (pp. 168–168). Almedina.
- Schubert, J. (2013). «Democratização» e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra. *Relações Internacionais*, 079–098.
- Sogge, D. (2006). *Angola: e onde está a “boa governação” do mundo?*
- Sogge, D. (2009). *Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido*.
- Telo, F. (2018). *Jovens mulheres e a participação política em Angola: o caso 15+DUAS*.
- Tomás, M. J. (2013). *Da Primavera ao Inverno Árabe*. Lisboa: Círculo de leitores e Temas e Debates.
- Tsandzana, D. (2018). *Urban youth and social networks in Mozambique: The political participation of the helpless connected*. *Comunicação e Sociedade*, 34, 235–250. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2947](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2947).
- Tsandzana, D. (2020). *Redes Sociais da Internet como “Tubo de Escape” Juvenil no Espaço Político-Urbano em Moçambique1*. *Cadernos de Estudos Africanos*, 40, 167–189. <https://doi.org/10.4000/cea.5500>.
- União dos Escritores da Matala. (2019). *Omatala*.
- Vasconcelos, F. A. de, & Araújo, L. L. de. (2022). *questão da democracia na África*. *Logeion: Filosofia Da Informação*, 9 (1), 6–21. <https://doi.org/10.21728/logcion.2022v9n1>. P 6-21.

- Venâncio, J. C. (2012). *Historicismo, ciência e poder de classificação. Reflexões em torno da problemática da democracia em África e em Angola*. Revista Angolana de Sociologia, 10, 35–48. <https://doi.org/10.4000/ras.231>.
- Viana, Natalia & Capai, Eliza (2015). *É proibido falar em Angola*. Disponível em: <http://apublica.org/2015/10/proibido-falar-em-angola/>. Consultado a 12/09/2023.
- Young, T. (2002). «*You Europeans, you are just like Fish!*». *Some sceptical reflections on Modernity and Democratisation in Africa*. Cadernos de Estudos Africanos, 3, 111–126. <https://doi.org/10.4000/cea.1088>.
- Zezano, M. (2020). *A Miséria de um povo rico* (2 ed.). Huíla: Chela.
- Zezano, M. (2021). *Angola: um projecto falhado?* Huíla: Chela.

ANEXOS

Anexo A: Guião de Entrevista

As entrevistas foram divididas em quatro blocos: o primeiro bloco de entrevistas foi dirigida aos jovens sem ligação partidária, e entrevistamos dois jovens, cujas idades variaram entre os 18 aos 35 anos, idade que em África os jovens se situam no período que Honwana chama *waithood*; o segundo bloco foi dirigido aos deputados, e entrevistamos apenas um deputado do partido UNITA; o terceiro bloco foi dirigido aos membros da sociedade civil, e conseguimos entrevistar dois membros; finalmente, o último bloco de questões foi dirigido aos membros do Projeto Okulinga, e neste bloco conseguimos um número considerável de jovens disponíveis e restringimos o número a três jovens. Ao todo, entrevistamos oito pessoas. Garantimos confidencialidade e anonimato aos entrevistados, com exceção dos que quiseram ser identificados. Assim, as perguntas dirigidas a estes quatro blocos de pessoas podem ser assim resumidas:

Questões	Respostas
1. Quais são os maiores problemas que a juventude angolana enfrenta?	Desemprego, repressão policial, autocracia, falta de habitação.
2. O que pensa sobre as organizações ativistas juvenis?	São o impulso social para uma mudança decisiva.
3. O que pensa do ativismo feito nas redes sociais? Como considera a imprensa em Angola?	É mais livre, célere e pouco controlada. A imprensa está para manutenção do regime e propaganda de suas atividades.
4. O que pensa do comportamento da polícia diante dos protestos? Acha que o governo tem criado políticas públicas para evitar os protestos?	A nossa polícia está a ser instrumentalizada, porque o regime entende que combater os ativistas é usar a polícia contra o povo.
5. Qual é a tendência do ativismo do Projeto Okulinga?	O ativismo do Projeto Okulinga é político.

Anexo B: Fotografias de Atividades do Projeto Okulinga

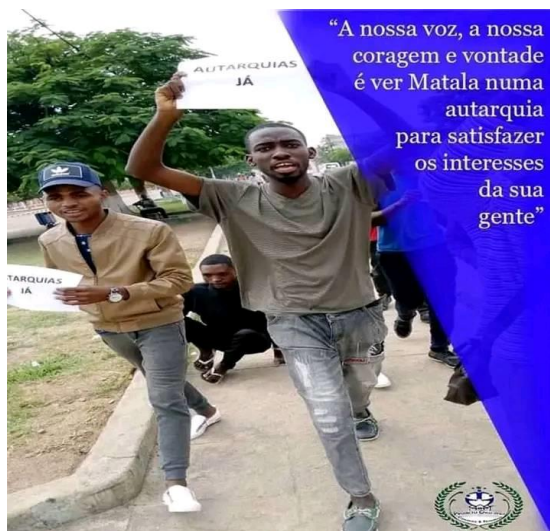


Foto 1. Projeto Okulinga: Primeira manifestação organizada dia 13 de março de 2020 na MATALA.



Foto 2. Projeto Okulinga: formação com o Professor Ruy Llera Blanes na Sede do Projeto Okulinga



Foto 3. Projeto Okulinga: Flyer publicitário de uma palestra

Anexo C: Mapas



Municípios limítrofes da Matala. Fonte: Moisés Kajico Lucas, 2019:75.

